

**Universidade Federal do Paraná
Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas
Gestão de Negócios**

**Análise da viabilidade financeira e mercadológica da abertura de
uma loja de roupas femininas, Kambuhy Jeans Wear, na cidade de
Araucária, PR.**

Elisane Cambuhi Horstmann

**Curitiba
2015**

Elisane Cambuhi Horstmann

Análise da viabilidade financeira e mercadológica da abertura de uma loja de roupas femininas, Kambuhy Jeans Wear, na cidade de Araucária, PR.

Monografia apresentada como exigência para obtenção do grau de Especialização em Gestão de Negócios da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Luiz Carlos Souza, Msc

**Curitiba
2015**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois sem ele, nada seria possível.

A minha família e pessoas amadas, pelo apoio, dedicação e compreensão, em todos os momentos desta e de outras caminhadas.

AGRADECIMENTO

Agradeço aos professores desta instituição, pelo carinho e dedicação ao longo deste ano, obrigada pelo incentivo e pela admiração desse curso que agora tenho o orgulho de concluir. Obrigada por acreditarem na educação, e não desistirem desta missão de ensinar.

“Cada dia que amanhece assemelha-se a uma página em branco, na qual gravamos os nossos pensamentos, ações e atitudes. Na essência, cada dia é a preparação de nosso próprio amanhã.”

Chico Xavier

RESUMO

O presente plano de negócio estuda a viabilidade operacional, mercadológica, econômica e financeira de abertura de uma loja de roupas, especializada em jeans no centro da cidade de Araucária/PR, devido ao interesse real da autora em empreender tal negócio, servindo também como base para pesquisas de outros empreendedores. O objetivo deste projeto é demonstrar os conhecimentos adquiridos no curso de Gestão de Negócios, da Universidade Federal do Paraná. Nele estão contidas várias áreas de conhecimentos, todas aplicáveis no dia a dia de uma organização, para dela extrair o melhor dos processos, em um ambiente ideal e competitivo. Observando a gestão de pessoas e de processos, sistemas de informações bem como os aspectos legais e financeiros.

Palavras-chave: Vestuário feminino, Jeans, empreendedorismo, Plano de negócios.

ABSTRACT

This business plan studies the operational feasibility, market, economic and financial opening a clothing store, specializing in jeans in the city center of Araucaria / PR due to the real interest of the author to undertake such business, serving also as a basis to research other entrepreneurs. The objective of this project is to demonstrate the knowledge acquired in the course of Business Management, Federal University of Parana. In it are contained in various areas of knowledge, all applicable on the day of an organization to extract from it the best of cases, in an ideal and competitive environment. Observing the management of people and processes, information systems and legal and financial aspects.

Keywords: Women's Clothing, Jeans, entrepreneurship, business plan.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA DA LOCALIZAÇÃO	14
FIGURA 2 – LOGOMARCA DA EMPRESA.....	15
FIGURA 3 – LOGO IMPRESSO NA ETIQUETA.....	15
FIGURA 4 - O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE UNIDADE DE NEGOCIO.	21
FIGURA 5 - REQUERIMENTO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA.	26
FIGURA 6 - ORGANOGRAMA ORGANIZACIONAL.....	28
FIGURA 7 – LAYOUT	30
FIGURA 8 - MATRIZ SWOT.....	37
FIGURA 9 - MODELOS JEANS	40
FIGURA 10 - MAPA DE ARAUCÁRIA E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	42

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TABELA DE PRAZOS E CUSTOS.....	23
TABELA 2 – CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA	28
TABELA 3 – CAPITAL INVESTIDO NA CAMPANHA DE LANÇAMENTO	44
TABELA 4 – INVESTIMENTO INICIAL DO PROJETO	51
TABELA 5 – DEMOSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	54
TABELA 6 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA	56
TABELA 7 – BALANÇO PATRIMONIAL	59
TABELA 8 – CÁLCULO DA TIR	61
TABELA 9 – CÁLCULO DO VPL.....	62
TABELA 10 – CÁLCULO DO PAYBACK	63
TABELA 11 – VANTAGENS E DESVANTAGENS DO PAYBACK	64

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - SIM UTILIZADO PELA KAMBUHY JEANS WEAR.	45
QUADRO 2 – ORÇAMENTO DE PESSOAL OPERACIONAL.....	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O NEGÓCIO	13
2.1 A Marca	14
2.2 Problema de Pesquisa	16
2.3 Justificativa	16
2.4 Diretrizes Organizacionais	17
2.4.1 Missão	18
2.4.2 Visão	19
2.4.3 Valores	19
2.5 Postura estratégica	20
2.6 Objetivos	21
2.6.1 Objetivo geral	22
2.6.2 Objetivos específicos	22
4 A EMPRESA	22
4.1 Razão Social	24
4.2 Porte da Empresa, Obrigações Fiscais e Exigências Legais	26
4.3 Registro de marcas, patentes ou propriedade intelectual	27
4.4 Ramo de atuação e atividades a serem desenvolvidas	27
4.5 Estrutura Organizacional	28
4.6 Estrutura Física	29
5 MERCADO	31
5.1 Análise de Mercado	31
5.1.1 Análise do Macroambiente	32
5.1.2 Análise do Microambiente	33
5.2 Análise da Concorrência	34
5.3 Análise Swot	35
5.3.1 Análise do ambiente interno	35
5.3.2 Análise do ambiente externo	36
6 ESTRATÉGIA DE MARKETING	37
6.1 Produto	38
6.2 Preço	41
6.3 Praça	42
6.4 Promoção	43
6.4.1 Promoção de lançamento	43
6.5 Sistema de informação de Marketing	44

7 Mão-de-Obra	45
7.1 Descrição de Cargos e Salários	46
7.2 Avaliação de desempenho.....	47
7.3 Recrutamento, seleção e contratação	48
6.3 Orçamento de pessoal.....	49
7 PLANO FINANCEIRO	50
7.1 Capital Social do Projeto.....	50
7.2 Investimento Inicial	51
7.3 DRE – Demonstrativo de Resultado do Exercício.	53
7.4 Demonstrativo do Fluxo de Caixa.....	55
7.5 Balanço Patrimonial	57
8 ANÁLISE FINANCEIRA.....	59
8.1 TIR - Taxa Interna de Retorno	61
8.2 Valor Presente Líquido	61
8.3 Período de Recuperação do Investimento – PAYBACK.....	63
10 CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICE A – MODELO DO CONTRATO SOCIAL.....	71
ANEXO I – LEI COMPLEMENTAR 123/06.....	75
ANEXO II – CONVENÇÃO COLETIVA DO COMÉRCIO-SINDICOM	114

1 INTRODUÇÃO

O presente plano de negócio estuda a viabilidade operacional, mercadológica, econômica e financeira de abertura de uma loja de roupas, especializada em jeans no centro da cidade de Araucária/PR. O projeto apresenta detalhadamente a empresa, sua missão, visão, objetivos e valores da organização. Explica também sua estrutura física, legal, organizacional e comercial.

Neste estudo, se analisa o mercado de varejo e do vestuário e a evolução e crescimento da cidade de Araucária neste seguimento.

Para a comprovação da viabilidade operacional e mercadológica do negócio serão realizadas pesquisas e análises de mercado e da concorrência, bem como planos estratégicos para a entrada da empresa no setor almejado, vislumbrando estabilidade e crescimento.

O potencial econômico e financeiro do empreendimento será analisado através de projeções de vendas, gastos e lucros realizadas para os primeiros cinco anos de vida da empresa, resultando em um fluxo de caixa projetado, utilizado na análise financeira, realizada com o uso de métodos de avaliação como o Payback (Período de recuperação do investimento) e a TIR (Taxa Interna de Retorno).

A loja se chamara Kambuhy Jeans Wear, seu principal produto será o jeans, acompanhando peças básicas como blusinhas, camisetas, vestidos, lenços e camisas, para compor looks modernos.

Uma empresa não vive no vácuo, isolada e totalmente auto-suficiente, mas funciona dentro de um contexto, do qual dependem para sobreviver e crescer. É do ambiente que as empresas obtêm os recursos e informações necessárias para sua subsistência e funcionamento, e é neste ambiente que colocam os resultados de suas operações. (CHIAVENATO, 2008, p.200)

Este estudo visa principalmente execução do projeto, e as melhorias que o mesmo trará para sua comunidade, além e uma nova opção de compras com uma proposta moderna de vestuário, com marcas variadas e preços acessíveis, bem como contribuição para economia local, giro do dinheiro dentro do município e a geração de empregos.

A Pesquisa Anual do Comércio realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012) no ano de 2012 aponta que a receita operacional líquida das empresas comerciais, daquele ano, foi de aproximadamente R\$ 2,4 trilhões, sendo que destes, 43,8% (R\$ 1,31 trilhões) foi gerada pelas empresas do comércio varejista, constando ainda que deste total varejista, 10,8% são referentes a artigos de vestuário e complementos, sendo esta atividade a que apresentou a mais alta taxa de margem de comercialização 72%.

Araucária é uma cidade de 131.356 habitantes, população estimada pelo IBGE em 2014. Hoje há muitas lojas de vestuário na cidade, mas nenhuma com uma proposta exclusiva em jeans. Ao se instalar em Araucária, a empresa pretende contribuir com o crescimento econômico da cidade, indiretamente contribuindo com o crescimento social, com a criação de oportunidades de emprego, disseminação da atividade econômica, distribuição dos ganhos (via salários), pagamento a fornecedores de serviços e impostos. A proposta da Kambuhy Jeans Wear será dar ao consumidor um ambiente agradável e moderno, onde possa encontrar variedade e novidades, sem precisar se deslocar para Curitiba.

2 O NEGÓCIO

A Kambuhy Jeans Wear terá como foco de trabalho o Jeans, acompanhado de peças básicas que compõem looks modernos e agradáveis para o dia a dia.

A opção de focar no jeans como peça chave de trabalho, deve-se ao fato de aproveitar um nicho de mercado mal explorado em Araucária.

O nome fantasia será Kambuhy Jeans Wear, que é uma derivação do sobrenome da autora, Cambuhi.

Estudando os possíveis pontos comerciais para instalação da loja, decidiu-se pela locação de uma sala comercial, na av. Dr. Vitor do Amaral, 986. Sala com 30m², localizada na região central, com contrato a partir de um ano e valor de R\$ 2.000,00 mensais.



FIGURA 1 – MAPA DA LOCALIZAÇÃO

FONTE: GOOGLE MAPS

2.1 A Marca

Segundo Kotler (2000, p. 34), a marca tem até seis níveis de significados, que são: benefícios, atributos, valores, personalidade, cultura e usuário.

As percepções dos consumidores, em relação aos produtos são, em grande parte, determinantes para o sucesso de uma marca. Este entendimento se dá através dos significados transmitidos nas mensagens publicitárias.

De acordo com a definição da American Marketing Association (2006 apud Keller, 2006, p.30), “marca é um nome, termo, símbolo, desenho ou uma combinação desses elementos que deve identificar os bens e serviços de um fornecedor ou grupo de fornecedores e diferenciá-los dos da concorrência”, em síntese, a marca é a imagem gráfica que a representa, o logotipo.

Para desenvolver a marca é preciso considerar seu significado, o que ela representa para as pessoas, para que não seja apenas um nome que remete a um produto, mas um elemento que proporcione competitividade a empresa.

Parafraseando Kotler, (2000, P.33) “Todas as empresas lutam para estabelecer uma marca sólida – ou seja, uma imagem de marca forte e favorável.”

A Kambuhy Jeans Wear desenvolveu sua marca, visando transmitir jovialidade e

modernidade, com designer feminino e cores marcantes, um nome forte, de fácil memorização, agregando mais valor para a empresa, transmitindo aos consumidores bem estar e a imagem de uma empresa atenta ao seu público.



FIGURA 2 – LOGOMARCA DA EMPRESA

FONTE: O AUTOR (2014)



FIGURA 3 – LOGO IMPRESSO NA ETIQUETA

FONTE: O AUTOR (2014)

2.2 Problema de Pesquisa

No Brasil a probabilidade de manter um negócio aberto, por mais de três anos é relativamente baixa. De acordo com o SEBRAE, 24,4% das empresas fecham no seu segundo ano.

Uma das principais razões é a falta de políticas públicas que viabilizem a consolidação dos novos empreendimentos. O país não apresenta um cenário muito acolhedor ao pequeno empreendedor, com poucas linhas de crédito e juros altos, além disso, os tributos e as obrigações trabalhistas consomem uma boa fatia do seu faturamento.

Em Araucária não há grandes shoppings, as lojas são de rua, embora haja algumas franquias como Hering, Copel, Havan, isso não retém o público na cidade, devido à proximidade da capital, Curitiba, muitas pessoas acabam se deslocando para realizar suas compras.

Este estudo visa identificar as necessidades destes consumidores e possíveis falhas que muitas vezes causam insatisfação, pois, no contexto atual, verificasse a importância de conhecer os anseios e desejos dos clientes, para melhor atendê-los e satisfazê-los, e assim manter-se competitiva no mercado comercial.

Assim, tem-se como problema de pesquisa: **É viável a abertura de uma loja de roupas, especializada em jeans, no centro da cidade de Araucária?**

2.3 Justificativa

Todo negócio tem uma missão a cumprir, a Kambuhy Jeans Wear, vai além de oferecer roupas e acessórios, ela pretende atender aos anseios dos consumidores e realizar desejos, com uma visão futurística, sempre atualizado de acordo com as tendências e desejos dos clientes, não só com produtos de qualidade, mas também com um atendimento personalizados.

Ao se instalar em Araucária, a Kambuhy Jeans Wear pretende contribuir com o crescimento econômico da cidade através da criação de oportunidades de emprego, disseminação da atividade econômica, distribuição dos ganhos (via salários), além

de oferecendo uma nova opção de consumo, visando suprir as necessidades dos clientes.

Araucária é uma cidade com grande potencial de crescimento, aumentando de 20.000 pessoas na década de 70 para mais de 131.156 em 2014, segundo dados do IBGE, (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Sendo considerada para muitos a cidade das oportunidades, com amplo parque industrial com áreas topográficas adequadas para a instalação de diversos empreendimentos, conta também com grande potencial metalúrgico, pólo petroquímico, diversas fontes energéticas, avançado sistema logístico, ótima malha viária e ferroviária, acessando a todas as regiões do país e do interior do estado, facilitando a chegada de insumos e escoamento da produção. Conta também com a abundância de recursos hídricos e diversidade cultural e tecnológica. Por ser uma cidade com varias vias de acesso e por estar localizada a apenas 20 km de Curitiba, a capital do estado do Paraná, o município de Araucária viabilizou a instalação de várias multinacionais e muitas empresas nacionais proporcionando desta forma um ótimo crescimento econômico.

Araucária é uma cidade colonizada por imigrantes europeus que inicialmente baseava sua economia na agricultura. Com o inicio da industrialização, a partir da década de 60 com a instalação de várias indústrias que contribuiu para a migração de povos de diversas localidades brasileiras.

Analizando esses fatores a Kambuhý Jeans Wear, adotara uma política de satisfação, fidelizando seu cliente, oferecendo produtos de acordo com suas expectativas, levando em conta seus costumes, valores e hábitos.

2.4 Diretrizes Organizacionais

Para Certo e Peter et al (2005 p. 50) Estabelecer as diretrizes organizacionais é parte fundamental na tarefa da administração, por “facilitar o entendimento sobre os rumos da organização”.

Após a análise dos ambientes da empresa e do mercado, devem-se estabelecer as diretrizes, os caminhos e a meta da empresa, o que ela pretende ser e como as alcançara. (KELLER, 2006)

Corroborando com o pensamento de Kanaane, (2007 p. 45) “a finalidade de uma

organização representa os propósitos a serem atingidos e os respectivos impactos no ambiente interno e externo”. Assim estas influências refletem o estágio da organização, seu “momento” e os recursos empregados para o alcance de sua missão, visão e objetivos.

2.4.1 Missão

A ideologia da empresa necessita de um caminho, de um rumo para alcançar os objetivos, sejam eles de curto, médio ou longo prazo, assim como descreve Chiavenato, (2005, p.138) “Missão significa a razão de ser do próprio negócio, por que ele foi criado, para que ele existe”

A definição de uma missão possibilita à organização concentrar a atenção de seus colaboradores e focalizar seus esforços no atendimento das necessidades, não apenas de seus clientes, mais também de seus principais concorrentes, entendendo qual a necessidade no mercado a organização satisfaz (MAXIMIANO, 2004, p.397-398)

Conforme Oliveira (2001, p.71) “Missão é a determinação do motivo central do planejamento estratégico, ou seja, a determinação de onde a empresa quer ir”

A Missão da Kambuhy Jeans Wear é: Atuar competitivamente no mercado, consolidando a proposta de produtos e serviços com valor percebido, promovendo uma experiência única de consumo com foco na satisfação dos clientes.

Ter o cliente como parceiro e centro de nossas ações, sendo a primeira marca a ser lembrada, quando se fala em vestuário visando garantir a satisfação do cliente.

De acordo com Certo e Peter (1993, p.76) “A missão deve também ser resumida de documentada em uma declaração para que se torne formal

2.4.2 Visão

Para "A visão de uma organização é sua imagem, especialmente do futuro." (MAXIMIANO, 2004 p.396)

De acordo com Fernandes e Berton (1990 p.52) "A visão é a explicação do que se idealiza para a organização. Envolve os desejos de aonde se quer chegar, compreendendo temas como valores, desejos, vontades, sonhos e ambição".

Para Oliveira (2001, p.82) a visão da empresa "é conceituada com os limites que os proprietários e principais executivos da empresa conseguem enxergar dentro de um período de tempo mais longo e uma abordagem mais ampla"

A Kambuhy Jeans Wear tem como visão: Ser reconhecida como referência em comercialização de produtos e serviços de vestuário.

2.4.3 Valores

Os valores de uma empresa são os princípios que guiam a vida da organização, tendo por objetivo atender a empresa e também as necessidades de todos aqueles que estão a sua volta.

Conforme Chiavenato (2005, p.152) "Os valores essenciais de uma empresa são a qualidade, o preço, a confiabilidade e a presteza"

Oliveira (2010, p.67) destaca que "valores representam o conjunto dos princípios e crenças fundamentais de uma empresa, bem como fornecem sustentação para todas suas principais decisões"

Os principais valores da Kambuhy Jeans Wear são: Competência, Ética Profissional, Responsabilidade, Criatividade, Inovação, Qualidade e Satisfação do Cliente.

2.5 Postura estratégica

A Kambuhy Jeans Wear vislumbra divulgar e fortalecer sua marca, adotando assim a estratégia de diferenciação pela qualidade do atendimento e dos produtos e serviços prestados, fornecendo aos clientes uma experiência única, com produtos de qualidade e bom atendimento.

O desempenho de uma empresa dentro de um setor está ligado a dois fatores, de acordo com Fernandes e Berton (2005, p.69) “o desempenho estrutural do setor e o posicionamento da empresa nesse setor”

A estratégia da diferenciação consiste em projetar forte identidade própria no serviço ou produto a fim de torná-lo nitidamente distinto dos produtos e serviços concorrentes. Isso significa enfatizar uma ou mais vantagens competitivas, como qualidade, serviço, prestígio para o consumidor, estilo do produto ou aspectos das instalações. (MAXIMIANO, 2004, p.400)

Para levar essa mensagem até o cliente será utilizado diversos meios de comunicação como, site da empresa, anúncios, folhetos, carros de som e outdoors. Para atingir resultados esperado a Kambuhy Jeans Wear oferece produtos modernos de grande qualidade, estando sempre atenta ao mercado, observando as ameaças, oportunidades, pontos fracos e fortes, buscando o diferencial entre os concorrentes com novas tecnologias e produtos diferenciados.

É de suma importância que o empreendimento conheça os panoramas atuais e as principais tendências do setor onde está inserido. Para que a empresa possa obter uma melhor indicação dos rumos que este setor tomará. As empresas podem utilizar cenários para auxiliar a compreender o impacto das decisões estratégicas no futuro da organização, principalmente em um ambiente de incertezas. (PORTER 1989, p.412)

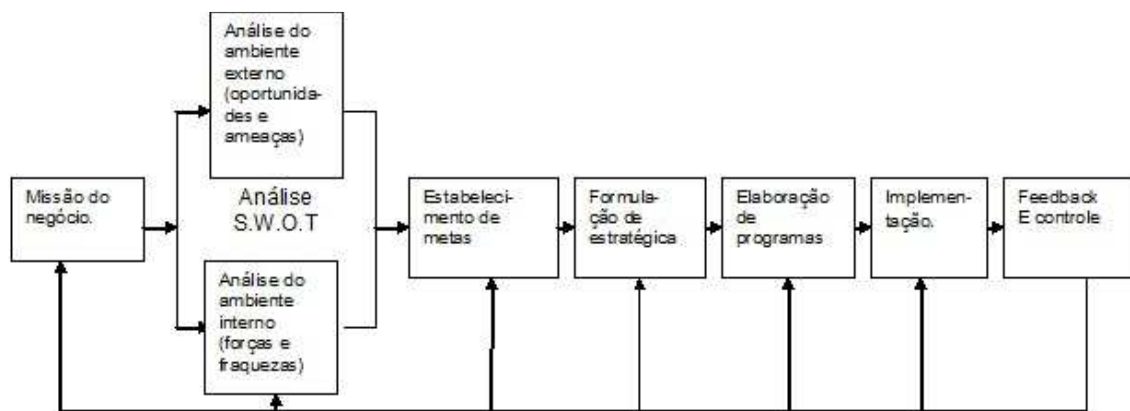


FIGURA 4 - O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE UNIDADE DE NEGOCIO.
 FONTE: Adaptado de KOTLER, P. / KELLER, K.L. – A bíblia do Marketing (2006 p. 251)

2.6 Objetivos

A Indústria da moda está em evidência no Brasil e sua repercussão pelo país cresce a cada dia. Todos os anos são realizados grandes eventos de moda por todo o país, para promover o lançamento de novas coleções proporcionando aos empresários e lojistas a ampliação da moda como negócio, e a prospecção de novos mercados.

De acordo com Certo e Peter, (2005 p. 53) “um objetivo organizacional é uma meta para a qual a organização direciona seus esforços.” Fornecendo o fundamento para o planejamento, a organização, a motivação e o controle. Podendo a organização tomar qualquer direção, sem objetivos e sem uma comunicação efetiva.

Em suma, os objetivos refletem tendências determinadas por fatores específicos aos projetos que se vão caracterizando no contexto organizacional. Os objetivos deste trabalho voltam-se à análise do contexto atual deste mercado potencial, bem como a execução deste projeto no município de Araucária/PR, com foco principal na satisfação das necessidades dos clientes.

2.6.1 Objetivo geral

Kanaane (2007 p. 46) ressalta que “os objetivos traduzem diferentes caminhos a serem perseguidos pelas empresas na figura de indivíduos e grupos, na tentativa de delinear um ou mais projetos de execução”.

Já Certo e Peter, (2005 p. 54) afirmam que “para desenvolver e manter uma organização eficiente, os administradores devem ter em mente, com muita clareza, os objetivos organizacionais.”

O Objetivo geral deste projeto é estudar a viabilidade econômica e mercadológica para a implantação da loja Kambuhy Jeans Wear no centro do município de Araucária/PR, por meio da elaboração de um plano de negócios.

2.6.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos para o alcance do objetivo principal deste projeto são:

- Definir o negócio bem como suas características;
- Definir a variedade dos produtos e marcas a serem oferecidos;
- Desenvolver um conceito (identidade) compatível com os valores esperados da marca: qualidade, atendimento especializado, diferenciação, sofisticação e jovialidade;
- Reconhecimento da Marca;
- Desenvolver um planejamento administrativo financeiro, que demonstre o cálculo da viabilidade do empreendimento

4 A EMPRESA

Neste capítulo serão apresentadas as informações relacionadas à empresa Kambuhy Jeans Wear, tratará dos aspectos legais da constituição da empresa.

Segundo Almeida (2003, p.18) a empresa é “o organismo formado por uma ou varias pessoas com a finalidade de exercitar os atos da manufatura ou circulação de

bens ou prestação de serviços”. Ou seja, uma organização constituída para atingir objetivos, através de seu capital humano orientadas por um líder.

Rizzardo, (2008 p.459) destaca que em principio, não há contrato sem o concurso de duas ou mais pessoas, que se colocam de acordo sobre uma determinada coisa, o que importa em afastar a possibilidade de alguém contratar com si mesmo. É impossível que uma pessoa assuma a dupla posição de credor e devedor.

Para Chaui (2000, p.49) no pacto ou o contrato, as partes integrantes, ganham identidade, garantindo a liberdade e a propriedade privada dos integrantes que a integram, além do estado público.

Assim estabelecendo uma sociedade empresária, ou seja, quando duas ou mais pessoas reúnem-se para exploração de uma atividade econômica, estes passam a ser denominados empresários. Exercendo profissionalmente uma atividade organizada para produção de bens ou serviços, sendo estabelecidas suas obrigações e direitos por meio de um contrato social.

A tabela 1 detalha os passos, custos e locais que serão necessários para abertura da empresa, e para que esta consiga seu número de identificação: (CNPJ) cadastro nacional de pessoa jurídica, que dará a empresa situação legal de funcionamento.

DEFINIÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS				
1º Passo	O QUE	ONDE	CUSTO	PRAZO
1º Passo	Pesquisa sobre os antecedentes de cada sócio	Cartório de notas	R\$ 12,00 cada	Sai na hora
	Autenticação e Reconhecimento de assinaturas	Cartório de notas	60,00	Sai na hora
	Verificar zoneamento do local de instalação	Prefeitura	R\$ 0,00	Sai na hora
3º Passo	Registrar contrato social na Junta Comercial	Retira-se a cópia pela internet	R\$ 71,30 GRP + DARF	5 DIAS
4º Passo	DARF	Receita Federal	R\$ 21,00	Sai na hora
5º	Entrada no processo de alvará	Prefeitura	Até R\$ 490,00	60 dias

Passo	Taxa dos bombeiros (Valor variável, de acordo com metragem)	Prefeitura (espaço cidadão)	R\$ 140,00	Verificação e correção
6º Passo	Consulta amarela	Meio ambiente	R\$ 10,00 a R\$ 15,00	4 dias úteis
	Honorário Contador	-	400,00	

TABELA 1 - TABELA DE PRAZOS E CUSTOS

FONTE: O AUTOR (2015).

DADOS: JUCEPAR – JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ (2015).

Passo a Passo para constituir a empresa:

- 1) Definir Atividade Econômica;
- 2) Definir local do empreendimento, verificando junto ao setor de Urbanismo Municipal (consulta comercial), corpo Bombeiros e outros que será indicado na consulta comercial se neste local é possível a pratica das atividades ora pretendidas, sendo necessário cumprir as exigências:
- 3) Contratar o Espaço
- 4) Estabelecer a sociedade e suas responsabilidades na empresa;
- 5) Nome da empresa;
- 6) Nome Fantasia;
- 7) Valor do capital social e como será integrado por cada sócio;
- 8) Contratar um contador para realizar todo tramite, onde:
 - A) Será efetuado o contrato Social;
 - B) Registrado Junta Comercial;
 - C) Receita Federal;
 - D) Receita Estadual;
 - E) Prefeitura Municipal;
 - F) Dependendo da atividade outros órgãos necessários;

4.1 Razão Social

Razão social é o nome devidamente registrado sob o qual uma pessoa jurídica se

individualiza e exerce suas atividades. Diferenciando-se do nome dado a um estabelecimento ou do nome comercial adotado pela empresa, o qual é conhecido como nome fantasia.

Considerada de forma jurídica sociedade limitada (Ltda), que conforme Gitman (2001, p.36) “Consiste de dois ou mais proprietários, operando juntos com fins lucrativos”. Bodie e Merton (2002, p.37) reforçam que, a descrição de sociedade limitada, “é a empresa com dois ou mais proprietários, chamados sócios, que partilham o patrimônio do negócio. Um acordo de parcerias geralmente estipulada como serão tomadas as decisões e como serão compartilhados os lucros e perdas.

Segundo o código civil (2002), o contrato social é um documento onde duas ou mais pessoas, físicas ou jurídicas, unidas para exercício de uma atividade com fins econômicos, obrigam-se a contribuir, com bens ou serviços, partilhando de seus resultados.

Ao registrar uma razão social, o órgão competente ao registro da empresa deverá realizar uma pesquisa para certificar-se que não há outra instituição utilizando o mesmo registro. Este registro dá a empresa identidade perante a sociedade.

A razão social da Kambuhy Jeans Wear será: Cambuhi e Horstmann Comércio de confecções Ltda. A responsabilidade de cada sócio é restrito ao valor de suas quotas, como descreve o Contrato Social (apêndice A). Porém, os sócios irão responder pela integralização do capital social, sendo responsabilidade de ambos, os compromissos da empresa, como estabelece o art.1.052 do código civil “na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social”.

Para registrar a empresa, serão necessárias algumas medidas jurídicas, tais como inscrição em órgãos públicos, pagamento de taxas e impostos, vistorias compatíveis a sua atividade.

O registro público de Empresas Mercantis e atividades afins é regulado pela lei 8934/94, que dispõe em seu art. 1º acerca de suas finalidades.

a) Dar Garantia publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos da empresas mercantis submetidos a registro pela lei 8934/94;

b) Cadastrar as empresas nacionais e estrangeiras em funcionamento no país e manter atualizadas as informações pertinentes;

c) Preceder a matrícula dos agentes auxiliares do comércio, bem como ao seu cancelamento.

A razão social da Kambuhy Jeans Wear dar-se-á pelo requerimento de sua inscrição na Junta Comercial do Paraná, conforme modelo de solicitação a baixo:

Terça-feira, 5 de Maio de 2015

GUIAS E FORMULÁRIOS
Requerimento de Processo
 Preencha todos os campos abaixo, de acordo com sua solicitação, escolhendo o Ato e o Evento respectivos.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Empresa >>> Fácil

CNPJ: nº de inscrição no Registro de Empresas:

NATUREZA JURÍDICA: 206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

2 - REQUERIMENTO

ILMO SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

NOME:

CPF ou CNPE: (não use hífen nem ponto. Se necessitar, requer a V.E.P. o deferimento do seguinte ato)

Nº da Voto: Data de Voto: Seleção do ato / evento:

3 SELECIONE O ATO DESEJADO:

Representante legal da Empresa / Agente Autorizado da Câmara:

Nome: Função:

Home - Escritórios Descentralizados
 Estrutura Organizacional - Fala Direção - Junta do País
 Legislação Oficial - Manual de Registro de Empresas
 Recursos - Opções - Relatórios Estatísticos

© 1996 - Junta Comercial do Paraná - Jucepar
 jucepar@pr.gov.br

FIGURA 5 - REQUERIMENTO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA.
 FONTE: JUCEPAR – JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ (2015).

4.2 Porte da Empresa, Obrigações Fiscais e Exigências Legais

A receita federal baseia-se na lei complementar 123/06 (anexo I), para classificar as empresas em relação ao seu porte e conseqüentes obrigações fiscais.

A Kambuhy Jeans Wear se enquadrará como empresa de pequeno porte conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (republicação em atendimento ao disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011), da definição de microempresa e de empresa de pequeno porte conforme art. 3º descrito abaixo.

I - no caso da microempresa aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso da empresa de pequeno porte aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões

e seiscentos mil reais). (CASA CIVIL, 2011)

As empresas de pequeno porte poderão optar pela modalidade do Simples Nacional, um regime de diferenciação tributária, o qual as empresas optantes recebem benefícios fiscais, que podem variar conforme a faixa de faturamento.

4.3 Registro de marcas, patentes ou propriedade intelectual

Propriedade intelectual baseia-se na noção de que, como ideia de uso, parte do princípio de que outros não poderão usar determinadas criações, sem consentimento prévio.

Na execução de sua administração, a Kambuhy Jeans Wear, se baseará no que dita à lei 9279/96 que tutela as marcas.

Segundo dados do (INPI), Instituto Nacional da Propriedade Industrial, a importância do registro de marcas, não se refere apenas a uma forma de garantir um direito, mas principalmente em função do reconhecimento cada vez mais frequente de que a marca se constitui num importante ativo para as empresas.

Depois de elaborar a logomarca, a empresa precisa registra - lá.

a) Fazer uma consulta no INPI - Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, órgão governamental responsável pela expedição do registro e marcas.

b) Após consulta, caso não haja a marca registrada, solicitar registro da mesma.

A marca é um ativo valioso para a empresa, porém o pedido de registro não dá exclusividade de seu uso, mas gerará a expedição de um Certificado de Registro da Marca, que dará direito de privilégio de uso por 10 anos.

4.4 Ramo de atuação e atividades a serem desenvolvidas

O ramo de atuação define qual a atividade econômica se enquadra a empresa.

A Kambuhy Jeans Wear será uma loja de roupas, especializada em produtos jeans, porém com outras opções, de acordo com a necessidade dos clientes.

Código	Descrição CNAE
<u>4755-5/03</u>	ROUPAS DE CAMA, MESA E BANHO; COMÉRCIO VAREJISTA
<u>4763-6/02</u>	ROUPAS PARA PRÁTICA DE ESPORTES; COMÉRCIO VAREJISTA
<u>4781-4/00</u>	LOJA DE ROUPAS; COMÉRCIO VAREJISTA
<u>4781-4/00</u>	ROUPAS DE COURO; COMÉRCIO VAREJISTA
<u>4781-4/00</u>	ROUPAS EM GERAL; COMÉRCIO VAREJISTA
<u>4781-4/00</u>	ROUPAS ÍNTIMAS; COMÉRCIO VAREJISTA
<u>4781-4/00</u>	ROUPAS MASCULINAS, FEMININAS, INFANTIS; COMÉRCIO VAREJISTA
<u>4781-4/00</u>	VESTUÁRIO, ROUPAS PARA ANIMAIS; COMÉRCIO VAREJISTA DE
<u>4785-7/99</u>	ROUPAS USADAS; COMÉRCIO VAREJISTA

TABELA 2 – CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA

FONTE: O AUTOR (2015).

DADOS: RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

4.5 Estrutura Organizacional

A empresa será uma sociedade LTDA, entre Elisane Cambuhi Horstmann e Sidnei Horstmann, ambos formaram o Conselho administrativo, responsável pela tomada de decisões estratégicas de mercado e investimentos

FIGURA 6 - ORGANOGrama ORGANIZACIONAL
FONTE: O AUTOR (2015).

A Administração da loja, Kambuhy Jeans Wear será feita pela sócia Elisane Cambuhi Horstmann, onde dentre suas atividades principais estão, compras, formulação de preços das mercadorias, supervisão da equipe de vendas, contratações e demissões.

4.6 Estrutura Física

A loja terá uma área de 30 metros quadrados (6 metros x 5 metros), com dois provadores um banheiro e uma pequena copa, para lanches e refeições.

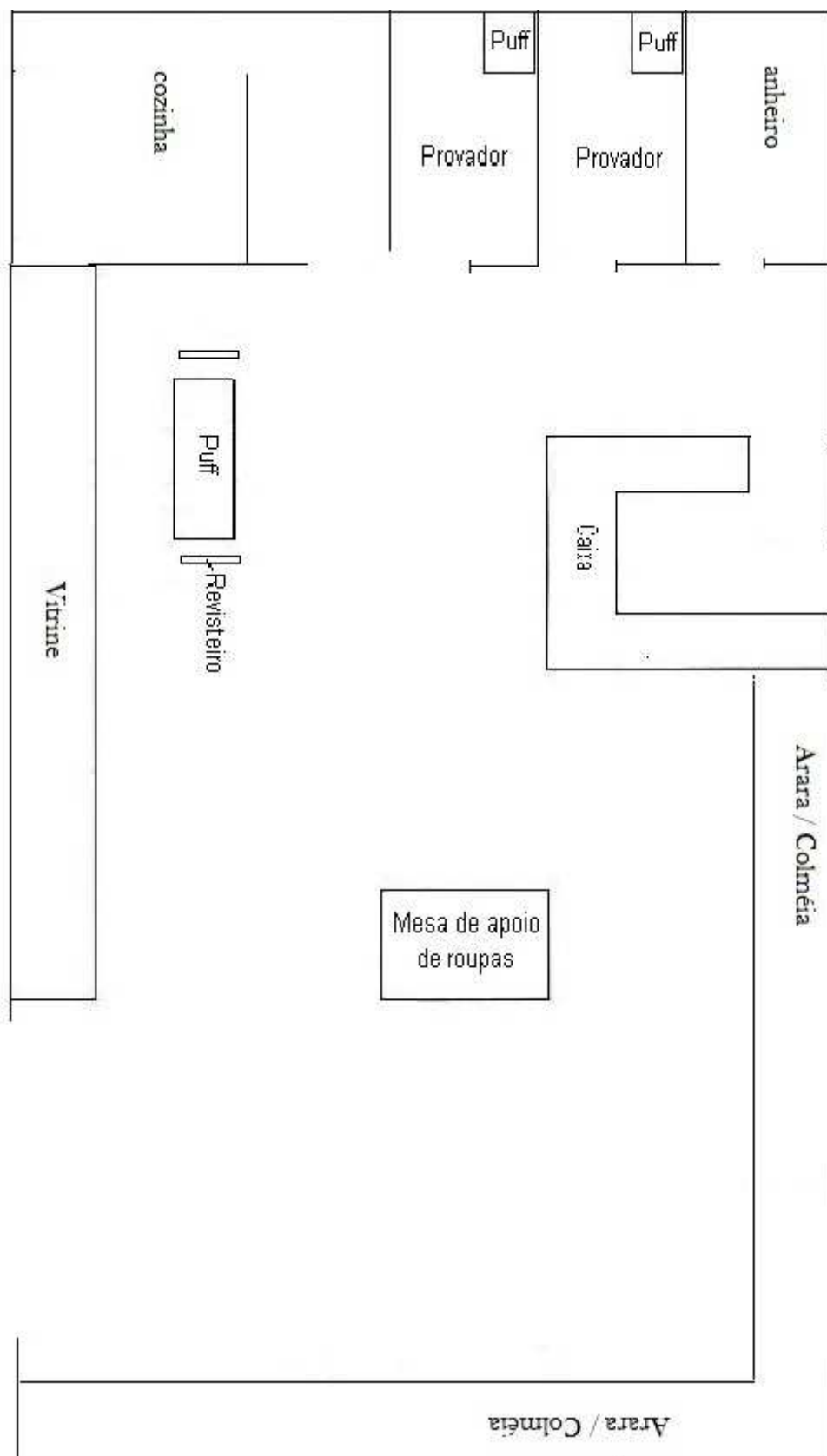


FIGURA 7 – LAYOUT
FONTE: O AUTOR (2015).

A loja terá um ambiente Agradável e jovem que passará bem estar e conforto.

Para dar uma sensação de um ambiente amplo, as portas dos provadores, serão espelhadas e o ambiente também será muito bem iluminado.

Por ser composto, em sua grande parte, por móveis claros os clientes terão a sensação de amplitude do espaço.

5 MERCADO

Para Kotler (2000, p.140) “um mercado é o conjunto de todos os compradores, efetivos e potenciais, de uma oferta ao mercado.” seu tamanho depende do numero de compradores que possa existir para uma determinada demanda.

A mensuração de demanda atende um propósito específico, podendo uma empresa prever demandas de curto prazo, para determinados produtos, para fins de compra de matérias primas, planejamento de produção ou levantamento de recursos financeiros.

De acordo com Hitt *et al.* (2008 p.162) “o poder de mercado existe quando uma empresa consegue vender seus produtos acima do nível competitivo definido ou reduzir os custos de suas atividades primárias e de suporte abaixo do nível competitivo, ou ambos”

Somente o interesse dos consumidores não basta para definir um mercado, eles devem possuir renda e ter acesso à oferta. “o mercado disponível é o conjunto de consumidores que possuem renda, interesse e acesso a uma determinada oferta” KOTLER (2000, p.141)

5.1 ANÁLISE DE MERCADO

Como citado anteriormente, pelos dados do IBGE, pode-se observar que o mercado de varejo de vestuário e complementos esteve em crescimento nos últimos anos. Fato este, que devido à instabilidade da economia, pode ou não se repetir no último semestre deste ano de 2015 a 2016.

Conhecer as variações que ocorrem no mercado ao qual pertence, dá a organização ferramentas para que alcance seus objetivos. (STONER E FREEMAN, 1999).

5.1.1 Análise do Macroambiente

De acordo com Wright et al (2000 p. 47) “Toda empresa existe dentro de uma complexa rede de forças ambientais. Todas as empresas são afetadas por tendências e sistemas político-legais, econômicos, tecnológicos e sociais. Juntos esses elementos formam o macroambiente das empresas.” Essas forças são muito dinâmicas e estão em constante mudança criando para o administrador estratégico milhares de oportunidades e ameaças ou restrições.

Corroborando com o pensamento de Araujo, (2004 p. 54) Há uma nova leitura nos estudos das organizações. “As organizações vivem em um ambiente ou vivem em diversos ambientes, logo não podem ser tratadas, estudadas de forma isolada”, a base das indagações não seria apenas o interior das organizações, não há mais uma preocupação de se adaptar ao ambiente, mas de entendê-lo.

As organizações são organismos vivos em sistemas abertos, influenciando e sendo influenciadas por diversos fatores externos que interferem direta ou indiretamente em suas atividades.

A Kambuhy Jeans Wear identifica como ameaças a escassez de mão de obra especializada, a concorrência, e uma eventual retração da economia que possa ter efeito negativo no consumo de produtos de vestuário, e oportunidades o grande crescimento do mercado, o crescimento econômico da região, o potencial industrial entre outros.

A empresa proposta desenvolveu uma análise do ambiente, considerando Inicialmente, o ambiente político, legal e econômico. Primeiramente, uma das ameaças mais relevantes refere-se à carga tributária existente no Brasil, extremamente alta, quando comparada à de outras nações, o que acaba inibindo a atuação de pequenas e micro empresas, maioria no setor em questão. A capacidade de competir seja no mercado nacional ou no internacional diminui, uma vez que os empresários do setor de confecções sofrem com um sistema tributário desfavorável.

Outro fator político que dificulta o desempenho das empresas brasileiras de pequeno e médio portes, dentre as quais a Kambuhy Jeans Waer, refere-se a aspectos macroeconômicos.

O comércio interno tem padecido com a concorrência de produtos advindos de países asiáticos, cujas indústrias são bem mais competitivas do que a brasileira. A

indústria chinesa, por exemplo, já vem se destacando e ganhando mercado a ponto de preocupar os produtores brasileiros em grande escala.

Em termos demográficos, percebe-se que o poder aquisitivo da população de baixa renda apresentou crescimento na última década – proporcionado principalmente pela maior estabilidade do real e sua valorização. O poder de compra da população em geral também vem apresentando crescimento, e a busca por supérfluos elevaram-se em tempos recentes. Em decorrência disso, muitos consumidores de roupas passaram a se preocupar em adquirir produtos de marcas de renome, muitas vezes importadas. A moda internacional também tem influenciado diversos fabricantes nacionais no que se refere ao desenho de produtos, a cores oferecidas e a outros detalhes. Fora do país, percebe-se que os segmentos de confecção mais bem recebidos são a chamada moda praia, jeans, lingerie de determinados tipos e acessórios esportivos.

Contudo, nota-se um nicho de mercado pouco explorado na cidade, a proposta de uma loja exclusiva em jeans abre uma oportunidade de um novo mercado.

5.1.2 Análise do Microambiente

Na compreensão de Chiavenato (1985, p.86) a empresa deve ser analisada em relação aos seguintes itens: os recursos que dispões suas limitações, capacidades e habilidades, pontos fortes e fracos, compromissos e objetivos.

Para Wright et al, (2007) os pontos fortes e fracos de uma empresa constituem seus recursos.

Incluem os recursos humanos (experiência, capacidades, conhecimentos, habilidades e julgamento de todos os funcionários da empresa), os organizacionais (os sistemas e processos da empresas, inclusive suas estratégias, estruturas, cultura, administração de compras / materiais, produção / operações, base financeira, pesquisa e desenvolvimento, marketing, sistemas de informação e sistemas de controle) e físicos (instalações e equipamentos, localização geográfica, acesso a matérias primas, rede de distribuição e tecnologia) (WRIGHT, 1998, p.86).

No âmbito interno da organização, fazem-se necessárias análises avaliativas das potencialidades e fragilidades da empresa com o intuito de minimizar riscos e maximizar os esforços para melhorar os resultados.

Para avaliar a posição dos atores que compõem o microambiente em que a Kambuhy Jeans Wear atua, faz-se necessário entender isoladamente seus fornecedores, clientes e concorrentes.

A análise do ambiente interno de uma empresa requer avaliar o portfólio de recursos da empresa. Parafraseando Hitt *et al*, (2008 p.71) é necessário uma “Mentalidade globalizada” para reconhecer o que a empresa tem de recurso e capacitações que permitam o entendimento e as reações adequadas à situação competitivas que são influenciadas por fatores específicos de determinados cenários.

5.2 Análise da Concorrência

De acordo com Maximiano (2004, p. 385) “A ação da concorrência é o principal fator que cria ameaças e algumas vezes, oportunidades para as empresas, através de novas ideias, novos mercados, novas visões de necessidades e em novos conceitos de administração”.

Kotler (2000 p. 244) Define que “concorrentes são empresas que atendem as mesmas necessidades dos clientes”

A Kambuhy Jens Wear ao identificar seus principais concorrentes, deverá pontuar suas características, especificamente suas estratégias, seus objetivos, forças e fraquezas, bem como seus padrões de reação. No início, terá forte concorrência, pois no último ano, aumentou consideravelmente o número empreendimento em formato Boutique, na cidade de Araucária, além de franquias de marcas como Hering, Lojas Copel, e a Havan, porém nenhuma no segmento específico de jeans. O principal concorrente direto será a Loja Le Mont, uma loja ampla e confortável, que atente uma boa fatia de mercado, pois está instalada a cerca de 6 anos na cidade. Contudo aborda uma proposta muito diferente, pois oferece artigos diversos, masculino e feminino. Com exceção da Le Mont, as demais lojas ao redor são de estilos populares.

Hitt et al (2008 p.58) destaca, que “Entender as ações dos concorrentes contribui claramente para a capacidade da empresa de concorrer com sucesso em seu setor”

A empresa para ser bem sucedida deve satisfazer as necessidades e desejos dos clientes, melhor do que seus concorrentes a Kambuhy Jens Wear adotara como estratégia competitiva o preço justo, a ótima localização central, bem como a excelente qualidades dos produtos oferecidos.

5.3 Análise Swot

Wright et al (2007, p.85) cita Tony Anderson, alto administrador da H.B.Fuller, uma empresa “existe para fazer dinheiro para seus acionistas, mas se ela tem clientes e funcionários felizes (...), a compensação dos acionistas virá automaticamente”. Para conceitualizar o propósito de uma empresa se pode utilizar o contexto da análise S.W.O.T. os (pontos fortes – Strenghts e fracos – Weakenesses) de uma empresa em relação a seus concorrentes, bem como (oportunidades – Oportunities e ameaças –Threats do ambiente externo).

O autor supracitado ressalta que a análise que “o objetivo da análise é possibilitar que a empresa se posicione para tirar vantagem de determinadas oportunidades do ambiente e evitar ou minimizar as ameaças ambientais”.

De acordo com Oliveira (2010 p. 69) “os pontos fortes e fracos representam as variáveis controláveis, enquanto as oportunidades e ameaças representam as variáveis não controláveis pela empresa”

5.3.1 Análise do ambiente interno

Esta análise tem como base as forças e fraquezas do âmbito interno da empresa.

Pontos Fortes:

- A loja trabalhará com várias marcas, não se prendendo a imagem de uma franquia.
- Atendimento personalizado, para fidelizar os clientes, o atendimento será realizado de acordo com o perfil de cada um.
- O ambiente apesar de ser pequeno terá uma ótima disposição dos móveis, o que proporcionará um ambiente agradável e diferenciado, tendo assim o
- layout como um dos pontos fortes da loja.
- A qualidade dos produtos com diversas marcas e preços, buscando atender diversos públicos, focando sempre na qualidade como fator determinante.

Pontos fracos:

- Marca Nova, ao ingressar no mercado, a loja levará um período de divulgação, até ter sua marca reconhecida e respeitada pela sociedade, até conseguir atrair os clientes, acostumados nos concorrentes.

5.3.2 Análise do ambiente externo

Esta análise tem como base as ameaças e oportunidades do ambiente externo do negócio.

Conforme Cobra (1987, p.257) “todo o processo de marketing deve ser dirigido para encontrar oportunidades atrativas, tanto as oportunidades ambientais quanto as oportunidades latentes na própria empresa”

As ameaças referem-se às condições ou as barreiras que podem impedir a empresa de atingir seus objetivos. Como as oportunidades, as ameaças devem ser identificadas para não limitarem o desempenho da empresa (FERRELL et al 2000, p.34)

Segundo Wright, et al (2000 p.86) “o objetivo da análise é possibilitar que a empresa se posicione para tirar vantagens de determinadas oportunidades do ambiente e evitar ou minimizar as ameaças ambientais”

Oportunidades:

- Mercado em crescimento, conforme estudos citados.
- Grande participação da mulher no mercado de trabalho e na economia como um todo.
- Uma nova proposta, um novo conceito de loja na cidade.

Ameaças:

- Concorrentes já estabelecidos no mercado.
- Possível abertura de outra loja no mesmo seguimento por um concorrente futuramente.

Forças	Fraquezas
Qualidade do atendimento Profissionais capacitados Variedade de marcas Layout da loja Qualidade dos produtos	Marca nova no mercado
Ameaças	Oportunidades
Escassez de mão-de-obra Grande concorrência Uma eventual retração na economia que possa ter efeito negativo sobre o modo de como as pessoas gastam.	Participação em um setor com grande crescimento. Desenvolvimento e crescimento econômico da região Grande Participação da Mulher no mercado de trabalho e na economia.

FIGURA 8 - MATRIZ SWOT

FONTE: O AUTOR (2015)

6 ESTRATÉGIA DE MARKETING

Com base nas informações da avaliação estratégica a partir da ferramenta

SWOT, foi montado um checklist de todas as tarefas que deverão ser realizadas, visando minimizar as ameaças e fraquezas, bem como desenvolver as forças e oportunidades.

O foco do plano e ação é integrar todos os princípios citados na missão e visão do empreendimento, fazendo com que sejam facilmente percebidos pelos clientes, ou seja, para ter excelência em prestação de serviços de vestuário é necessário trabalhar o ambiente interno e externo, buscando fortalecer os pontos positivos e desenvolver os pontos negativos.

As estratégias de marketing estão diretamente ligadas aos meios e métodos em que a empresa irá atingir seus objetivos. Essas estratégias geralmente se referem ao composto de marketing, ou 4P's: produto, preço, praça (canais de distribuição) e propaganda/comunicação. Adotando estratégias específicas sobre este composto, a empresa terá um melhor resultado sobre seus competidores. (DORNELAS, 2001, p.140)

Agir estrategicamente significa antecipar-se aos fatos, é saber aonde esta e pra onde vai, dedicando tempo e atenção ao que é realmente importante e “não fazendo nada que de nada sirva” (COBRA, 1988 p.22)

A ferramenta usada para desenvolvimento do planejamento estratégico é 5W2H, Segundo Branco (1996, p.17) “é o modo de verificar racionalmente um acontecimento ou um fato, uma descrição” é uma espécie de lista de verificação, com uma metodologia para fazer as perguntas de modo a garantir que todos os pontos serão cobertos.

Os cinco “W” e os dois “H”, são iniciais de perguntas do vocabulário inglês What (o que), Where (onde), When (quando), Where (onde), How (como) e How Much (quanto custa). A escolha desse modelo de plano de ação foi feito devido á facilidade de analisar e listar as ações que devem ser tomadas, possibilitando a operacionalização da estratégia.

6.1 Produto

Para Kotler (2008, p.28) "Um produto é algo que pode ser oferecido para

satisfazer a uma necessidade ou desejo" Este produto consiste em três componentes, sendo eles bens físicos, serviços e ideias.

Certo e Peter (2005 p. 164) destaca que "é necessário descobrir por que os consumidores comprem um produto em especial, o que o produto significa para eles e quais resultados esperam ao usá-los"

Tendo a consciência que os serviços assim como os produtos têm seus ciclos de vida específicos, se pode afirmar que é fundamental que as empresas inovem fazendo desta forma a manutenção dos serviços e produtos ultrapassados e a luz das informações extraídas junto ao mercado consumidor inserir novos produtos que venham a atender as novas necessidades.

Kotler (2000, p. 39) ressalta que "os consumidores, dão preferência a produtos que ofereçam qualidade e desempenho superiores ou que tenham características inovadoras"

O principal produto da Kambuhy Jeans Wear será o Jeans, este produto muda de acordo com a moda, levando em consideração as tendências de época e peculiaridades de estações.

Em qualquer guarda roupas, o Jeans é a peça mais democrática. Combina com tudo e com várias ocasiões. São nove os principais modelos das calças Jeans, mas escolhe-lo não é uma missão muito fácil, isso por que cada tipo de corpo exige um modelo diferente. Os modelos tradicionais possuem cintura ajustada e corte reto, com três bolsos na frente e dois atrás. Vestem bem qualquer mulher, sendo o escolhido das mais curvilíneas, pois se ajusta perfeitamente ao corpo.

- O tradicional é o modelo patriarcal do mundo das calças e dá origem às famílias diferentes da peça.

Família flashback: são dois os modelos, pantalona ou flare e bootcut. A pantalona ou flare possui modelagem que inicia mais estreita na cintura e se abre até a barra na forma de um A, com a largura das pernas bem ampla. Já a bootcut ou "corte para botas" possui a perna um pouco mais larga do joelho para baixo para facilitar o uso do calçado para dentro da calça.

- Família encorpada: são três modelos, slim fit, cigarret e skinny. A slim fit, que pode ter corte reto ou afunilado, possui caimento justo, apertado e cintura baixa. As cigarretes possuem modelagem ajustada ao contorno do corpo, com pernas justas e cintura baixa. A skinny, também possui modelagem bem justa, no entanto, é mais apertada na parte abaixo do joelho.

- Família conforto: são três modelos, oversized, saruel e boyfriend. A oversized é um jeans bem folgado de cintura larga, quadril desestruturado e pernas amplas, o mesmo vale para a saruel, que também possui uma modelagem ampla e desestruturada, mas o cós se desloca para baixo, ficando quase nos joelhos. Já a boyfriend, inspirada no armário masculino, também apresenta pernas amplas, além da cintura alta e da necessidade de um cinto para ficar próxima ao corpo, conferindo um look franzido à peça.



FIGURA 9 - MODELOS JEANS
 FONTE: O AUTOR (2015) - IMAGEM DA INTERNET.

São lançadas duas principais coleções anuais, primavera / verão que abrange calças leves, vestidos, shorts, camisas, saias, mini saias entre outros e outono / inverno, onde os looks são compostos por peças mais pesadas como casacos e blazers, fios e lãs.

6.2 Preço

Dornelas (2001, p. 150) cita que se “Por um lado o mercado – alvo escolhido tem como característica a concorrência estritamente em preços, à empresa terá que ser muito eficiente para colocar o produto com o preço mais competitivo possível nesse mercado”.

A empresa, inicialmente precisa formular uma política de preço, estabelecendo métodos para determiná-los, analisando o preço dos concorrentes para então determinar condições de pagamento e prazos de venda, bem como descontos para os diferentes tipos de clientes.

De acordo com Kotler e Armstrong (2004, p.263) “preço é a quantidade em dinheiro que se cobra por um produto ou serviço” ressaltando que, “o preço é o único elemento do mix de marketing que produz receita”

Para se destacar no mercado, a empresa precisa traçar estratégias para seu posicionamento, mesmo sendo global para a organização, é preciso que esta estratégia seja flexível. (SELEME e PAULA, 2006).

O preço, terceiro e complexo componente do Marketing, engloba o que se pratica no mercado (preço de mercado), mas também o quanto o consumidor está disposto a pagar. A Kambuhy Jeans Wear estabelece seu preço de venda analisando o preço praticado pela concorrência, a qualidade das marcas oferecidas, bem como os custos e as despesas diretos e indiretos envolvidos no processo, desde a compra da mercadoria até a venda final.

Serão concedidos descontos de 10% na compra a vista, e as compras a prazo serão parceladas em até três vezes sem juros, financiado pela loja. Havendo a possibilidade de negociação nos descontos e nos prazos de pagamento, de acordo com a quantidade vendida. Anualmente serão feitas duas grandes promoções anuais para troca de coleções.

Os pagamentos poderão ser feitos em moeda corrente, cartão de crédito e de débito.

6.3 Praça

Para Dornelas (2001, p. 151) “Os canais de distribuição envolvem as diferentes maneiras que a empresa pode adotar para levar o serviço até o consumidor”.

No início de suas atividades a Kambuhy Jeans Wear pretende atender a população de Araucária, uma cidade com 131.156 habitantes, segundo dados do IBGE, 2014 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Integrado à Região Metropolitana de Curitiba - RMC, o município de Araucária faz parte do centro mais ativo e desenvolvido do estado, com área de influência em crescente expansão e destaque na Região Sul do país.



FIGURA 10 - MAPA DE ARAUCÁRIA E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FONTE: CODAR – CIA DESENVOLVIMENTO ARAUCÁRIA.

6.4 Promoção

Corroborando com o pensamento de Dornelas (2001, p. 152) “A propaganda tem o objetivo de fazer com que uma mensagem atinja uma audiência selecionada, com o propósito de informar, convencer e reforçar o conceito do produto junto aos consumidores”.

De acordo com Kotler (2001), a promoção será a comunicação com o consumidor, ou seja, todo o esforço que o motiva ou o encoraja a comprar. A promoção deve agregar um diferencial para experiência de compra (físico ou emocional) para que o consumidor tenha uma percepção positiva e possa também contribuir para a imagem da empresa ou produto.

Para realizar uma propaganda que consiga atingir todo o público alvo, no município de Araucária, a propaganda será realizada através jornais locais semanalmente, distribuição de folders, mala direta, internet, anúncio em guias setoriais, outdoors além da participação de feiras do comércio promovidas pela associação comercial da cidade.

A propaganda é uma grande aliada para o desenvolvimento do projeto, e aceitação dos consumidores, para se manter competitivo será realizada periodicamente análises de vendas e serviços para verificar a necessidade de novas ações de Marketing.

6.4.1 Promoção de lançamento

O plano promocional da Kambuhy Jeans Wear envolve divulgação do empreendimento e dos produtos oferecidos através de propagandas via internet e material impresso.

Comunicação é uma transmissão verbal ou não-verbal de informações entre alguém que deseja expor uma ideia e alguém que recebe essa ideia. Um dos benefícios existentes dentro da sociedade é o direito de poder se comunicar podendo utilizar desse meio para influenciar sentimentos, crenças e comportamentos de clientes potenciais (ETZEL et al, p.447)

As empresas modernas precisam se munir de ferramentas que

auxiliem aos seus esforços em comercializar seus produtos ou serviços além da força de vendas, a propaganda merchandising e a promoção das vendas são os três principais componentes do esforço promocional. (COBRA, 1977, p.38)

Para a inauguração da loja haverá uma maior divulgação a fim de chamar a atenção dos consumidores e despertar a sua curiosidade.

Serão colocados outdoors em pontos estratégicos da cidade, haverá propaganda em diversos pontos. Além do envio de convite para o coquetel de inauguração da loja através de mala direta aos associados da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Araucária (ACIAA)

O capital investido na campanha de inauguração esta descrito, conforme tabela 3.

Mídia	R\$
Panfletos (Pacote de 10.000 unidades)	700,00
Outdoors VIP (4x R\$ 480,00) + 130,00 confecção cada Outdoor	2.440,00
Rádio Gralha Azul 98,3 FM (151 x 15" x R\$ 7,25)	1.094,75
TOTAL	4.234,75

TABELA 3 – CAPITAL INVESTIDO NA CAMPANHA DE LANÇAMENTO
FONTE: O AUTOR (2015).

6.5 Sistema de informação de Marketing

Em concordância com Paixão, (2008 p. 69) “não adianta apenas as empresas conhecerem as necessidades e os desejos de seus clientes. É necessário que tenham informações sobre todas as variáveis controláveis e incontroláveis do ambiente, como concorrentes, fornecedores e tecnologia”.

Paixão (2008) salienta que o SIM é um sistema composto por pessoas equipamentos e procedimentos, tendo esta composição o objetivo, coletar dados,

selecionar os que são relevantes, analisar as informações, avaliar sua qualidade e distribuí-los de acordo com as necessidades dos tomadores de decisões, conforme demonstrado no quadro 1.

Sistema de registros internos.	Sistema de inteligência de marketing.	Sistema de apoio às decisões de marketing.	Sistema de pesquisa de marketing.
Análise de relatórios internos como: - Pedidos - Vendas - Preços - Níveis de estoque - Contas a receber - Contas a pagar	Pesquisa sobre o que acontece no mercado através de revistas, jornais, anúncios, feiras e convenções, bem como análise da concorrência, dos consumidores, fornecedores, distribuidores, e funcionários da própria empresa.	Utilização de ferramentas como Softwares e hardwares como suporte para coleta de informações oriundas do negócio e do ambiente para transformá-los em uma base de ação de marketing	Processo de analisar e interpretar os dados coletados, para então realizar o planejamento estratégico.

QUADRO 1 - SIM UTILIZADO PELA KAMBUHY JEANS WEAR.

FONTE: O AUTOR (2015).

7 MÃO-DE-OBRA

Segundo Carvalho (1992 p. 79) A finalidade central da pesquisa do potencial de RH é proporcionar à organização uma visão clara do número e tipos de funcionários necessários ao pleno funcionamento da empresa num determinado período.

Um dos objetivos estratégicos da organização é capacitar seus colaboradores para que com excelência de atendimento, a postura estratégica de diferencial competitivo pela qualidade de atendimento seja conquistada, a empresa elaborará um planejamento para desenvolvimento de seus colaboradores e estratégias para a formação de uma equipe coesa e motivada.

As pessoas serão a base de sustentação dos processos eficientes que a Kambuhy Jeans Wear desenvolverá. Inicialmente a empresa terá apenas 1 vendedora com jornada semanal de 44 horas, que auxiliará a sócia

(administradora) no atendimento e organização da loja. Conforme aumentar a demanda de trabalho, este quadro será expandido.

As políticas adotadas pelo recursos humanos são maneiras de melhorar a relação entre empregador e empregado, além de, agregar valores humanos, integrá-los e alinhá-los em suas atividades, treinar, preparar e desenvolver os funcionários, proporcionando valor á organização e ao cliente, sobretudo, mantendo a empresa sempre eficaz e competitiva (CHIAVENATO, 2009, RIBEIRO 2005)

O recursos humanos pode ser entendido e administrado com um grande sistema, mas dentro de uma análise sistêmica, o mesmo deve ser tratado como sendo composto por quatro subsistemas: provisão (quem irá trabalhar) que envolve recrutamento e seleção de pessoas; aplicação (o que as pessoas farão) diz respeito à integração das pessoas, descrição de cargos e avaliação de desempenho; manutenção (como manter as pessoas na organização) trata de remuneração, benefícios, segurança do trabalho e relações sindicais; e desenvolvimento (como preparar e desenvolver pessoas).

7.1 Descrição de Cargos e Salários

Carvalho, (1992 p. 18) cita que todas as organizações, sem exceção, fazem administração de cargos e salários, tenham ou não uma estrutura organizacional para tratar de assuntos, entretanto, em virtude de vários fatores, surge ao longo do tempo um descompasso entre necessidades da empresa, a realidade do mercado e a capacidade de resolução do problema.

Cargo é o conjunto de funções quase idênticas quanto à natureza das tarefas executadas e às características exigidas dos ocupantes. Sua análise é um instrumento fundamental dentro de vários processos do setor de recursos humanos como plano de carreira, avaliação de desempenho, recrutamento e seleção entre outros (PONTES, 2004)

A descrição de cargo é o relato das tarefas descritas de forma organizada. Na descrição de cargos, é relacionado desde o que o colaborador faz até o motivo pelo qual ele faz, contemplará o título de cargo, sumario das atividades a serem desempenhadas e as principais responsabilidades do cargo (SOUZA, 2005)

Para a contratação a Kambuhy Jeans Wear Iniciará com uma análise de cada cargo, descrevendo funções, requisitos, valores relativos e absolutos, estruturas de cargos e mercado de trabalho, para então implantar, levando em consideração aspectos tecnológicos, mudanças do mercado, a política econômica, verificando inicialmente o planejamento orçamentário da organização, para então finalizar esse projeto.

A remuneração é o pacote de recompensas que o funcionário recebe em troca do trabalho prestado e é constituída por três componentes principais: remuneração básica, incentivos salariais e benefícios (CHIAVENATO, 2004)

Salário é a retribuição em dinheiro ou equivalente que o empregado recebe de seu empregador por devido ao cargo que exerce e aos serviços prestados (CHIAVENATO, 2003)

O salário pago ao colaborador será conforme definido em Convenção Coletiva Sindical, no caso o sindicato do Comercio de Curitiba e Região – Sindicom, conforme convenção coletiva em (anexo II).

7.2 Avaliação de desempenho

A avaliação de desempenho tem como objetivo analisar o comportamento do empregado diante das responsabilidades que são impostas ao seu cargo (PONTES, 2004). O feedback é parte fundamental no processo de acompanhamento continuo que é feito junto ao funcionário, ele é extremamente importante na busca de orientação das pessoas, sempre com objetivo de melhorar desempenho e comportamento (BEE, 2000)

Para mensurar o desempenho dos colaboradores, a Kambuhy Jeans Wear analisará os resultados atingidos na execução das tarefas, com aplicação de relatórios verbais e escrito para maior comunicação e feedback entre o líder e colaboradores, com esse método a empresa pretende obter informações para futuras melhorias no ambiente de trabalho podendo assim recompensar o colaborador de acordo com seu desempenho.

Com o resultado da avaliação de desempenho será possível identificar oportunidades e desenvolvimento e melhoria e a partir desse momento desenvolver um plano de ações. Além disso, a avaliação de desempenho terá como foco alinhar

os objetivos individuais com os da organização, facilitar o diálogo com os funcionários, gerando confiança na relação, promovendo assim, auto-aperfeiçoamento verificando se o processo de recrutamento e seleção é eficaz.

Os indicadores que serão analisados são seis: a eficácia, responsabilidade, adaptação e flexibilidade, relacionamento interpessoal, gestão de recursos e aperfeiçoamento contínuo.

7.3 Recrutamento, seleção e contratação

De acordo com Carvalho, et al (2004) recrutamento constitui-se um elo entre a organização e o mercado de trabalho, sendo o ponto de referencia inicial entre o candidato a um determinado cargo e a empresa.

O recrutamento não restringe apenas ao processo de atrair talentos, para que o resultado seja positivo para a empresa, é necessário levar em consideração a estrutura e futura e principalmente ter bem definido o destino da organização.

Sendo assim, é necessário tratar o recrutamento como uma ferramenta estratégica para a empresa e planejar de forma adequada seu crescimento e desenvolvimento. A Kambuhy Jeans Wear adotara os seguintes critérios para o recrutamento e futura contratação.

- Tempo de experiência na área, conhecimentos técnicos e pratico.
- Índice de rotatividade nos empregos anteriores.
- Responsabilidade e pontualidade.
- Disponibilidade de aprender.

Para a divulgação da vaga e triagem dos candidatos vão ser utilizados os serviços do SINE (Sistema Nacional de Emprego), conforme processo definido:

- Definição do perfil da vaga.
- Encaminhamento do perfil da vaga para o SINE.
- Divulgação e informação da vaga pelo site do SINE WWW.sine.pr.gov.br ou na própria agência.

- O SINE entra em contato com os candidatos e faz uma triagem deixando três que se encaixa melhor com o perfil solicitado.
- O SINE encaminha para a empresa os selecionados para entrevista final com gerente responsável.
- Se o candidato atender as necessidades da vaga e feita à contratação.

Se houver aumento de demanda a Kambuhy Jeans Wear utilizará serviços de empresas de recrutamento e seleção especializada que estejam registradas ao ministério do trabalho podendo assim optar por funcionários temporários como e previsto na lei 6.019/74.

6.3 Orçamento de pessoal

Encargos Sociais e Trabalhistas		
Função: Vendedor	Salário Base	R\$ 1.018,00
Encargos Trabalhistas		
13º Salário	8,33%	R\$ 84,80
Férias	11,11%	R\$ 113,10
Encargos Sociais		
INSS	0,00%	R\$ 0,00
SAT/RAT	0,00%	R\$ 0,00
Salário Educação	0,00%	R\$ 0,00
INCRA/SEST/SEBRAE/SENAT	0,00%	R\$ 0,00
FGTS	8,00%	R\$ 81,44
FGTS/Provisão de Multa para Rescisão	4,00%	R\$ 40,72
FGTS Prov. Férias	0,89%	R\$ 9,05
Total Previdenciário	12,00%	R\$ 122,16
Previdenciário s/13º e Férias	2,33%	R\$ 23,72
Sub Total	46,66%	R\$ 474,99
Transporte		
Vale Transporte	6 dias x R\$ 2,50 (Passagem Araucária)	R\$ 120,00
Alimentação		
Vale Alimentação	R\$ 10,00 / dia	R\$ 240,00
Encargos + Benefícios		R\$ 834,99

Total Fopag		R\$ 1.852,99

QUADRO 2 - ORÇAMENTO DE PESSOAL OPERACIONAL

FONTE: O AUTOR (2015).

7 PLANO FINANCEIRO

O Sucesso da Kambuhy Jeans Wear não é esperado apenas por se tratar de um projeto inovador, a falta de um planejamento financeiro sólido pode causar falta de liquidez e com isso comprometer a saúde financeira da empresa. Uma empresa fica inadimplente se não for capaz de saldar suas obrigações sejam elas junto aos seus funcionários, fornecedores ou instituições financeiras.

Para garantir o sucesso, serão utilizados índices financeiros com o objetivo de monitorar as operações, assegurando que os recursos disponíveis sejam utilizados de forma eficaz e assim descobrir se a posição financeira e operacional da empresa esta melhorando com o passar do tempo, se a resposta for negativa, será responsabilidade dos sócios a retomada do controle.

De acordo com Groppelli e Nikbakht, (2005 p.368) “plano financeiro é o processo por meio do qual se calcula quanto de financiamento é necessário para se dar continuidade às operações de uma companhia e se decide quanto e como a necessidade de fundos será financiada.”

7.1 Capital Social do Projeto

Capital social é o montante necessário para se constituir e iniciar as atividades de uma nova empresa. O valor do capital social é estipulado baseado no plano de negócios.

De acordo com Martins (2001, p.142) “o capital a ser mantido representa o conjunto de ativos líquido (ativos deduzidos dos exigíveis) que deve permanecer na empresa, visando igualar sua situação atual à inicial ou determinada.”

Para iniciar este projeto de abertura da empresa Kambuhy Jeans Wear cada sócio integralizará R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) totalizando R\$ 100.000,00 (Cem mil reais). A integralização do capital social se dará em moeda. No contrato social deverá constar se o capital social de cada um dos sócios foi integralizado e de que forma.

7.2 Investimento Inicial

Supracitando Silva (2007, p.24) a tomada das decisões estratégicas financeiras devem ser feitas por meio de subsídios fornecidos por análises financeiras de boa qualidade.

Na Kambuhy Jeans Wear as informações que nortearão a empresa para avaliação de risco a tomada de decisões, inicialmente levantadas a partir do regime de tributação em que a empresa estará enquadrada, para que sejam considerados os impactos tributários em todas suas operações. Enquadrada no Simples Nacional, um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a empresa para uma guia única o DAS – Documento de Arrecadação do Simples Nacional, com uma alíquota de 5,47%, percentual para empresa que arrecadam até R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil) anuais.

Depois de levantados todos os orçamentos necessários para o funcionamento e abertura da empresa, para iniciar um negocio, é importante mensurar a necessidade de investidores, tanto de seus sócios e, se necessário, o aporte de capital de terceiros.

INVESTIMENTO INICIAL			
DESCRIÇÃO		Orçamento em R\$ a realizar	Recursos Próprios
1	Ponto Comercial (locação 6 meses)	12.000,00	100%
2	Reformas	3.200,00	100%
2.1	Pintor	500,00	100%
2.2	Vidraceiro	1.200,00	100%
2.3	Eletricista	300,00	100%

2.4	Piso	1.200,00	100%
3	Equipamentos	2.962,90	100%
3.1	Computador (Notebook)	1.199,00	100%
3.2	Impressora Multifuncional	349,00	100%
3.3	Telefone sem fio	69,90	100%
3.4	Software automação comercial (Nota Fiscal, Cheque, Cod. Barra)	600,00	100%
3.5	Passadeira a vapor	199,00	100%
3.6	Microondas	237,00	100%
3.7	Cafeteira	109,00	100%
3.8	Câmeras de Segurança (4 unidades)	200,00	100%
4	Abertura da empresa	815,00	100%
4.1	Taxas de abertura da empresa, licenças, etc.	415,00	100%
4.2	Escritório de Contabilidade (Abertura da Loja)	400,00	100%
5	Capital de giro próprio	30.438,35	100%
6	Móveis e utensílios	10.849,00	100%
6.1	Banqueta alta	110,00	100%
6.2	Puff (5 unidades)	400,00	100%
6.3	Cabide Acrílico (1.500 unidades)	1.350,00	100%
6.4	Manequim (3 unidades)	1.050,00	100%
6.5	Gancho de Provador	12,00	100%
6.6	Espelhos (2 provadores)	300,00	100%
6.7	Sacolas (P, M, G) papel Kraft impresso 2 cores 1 lado 2.000 unidades	1.627,00	100%
6.8	Moveis (cabides, colméias, provadores...)	6.000,00	100%
7	Campanha de lançamento	4.734,75	100%
7.1	Panfletos (Pacote de 10.000 unidades)	700,00	100%
7.2	Outdoors (4x R\$ 480,00) + 130,00 confecção cada Outdoor	2.440,00	100%
7.3	Rádio Gralha Azul 98,3 FM (151 x 15" x R\$ 7,25)	1.094,75	100%
7.4	Outros	500,00	100%
8	Estoque inicial	35.000,00	100%
	TOTAL DOS INVESTIMENTOS	100.000,00	

TABELA 4 – INVESTIMENTO DO INICIAL DO PROJETO

FONTE: O AUTOR (2015)

Todo o investimento a ser aplicado na Kambuhy Jeans Wear, contara com cálculos de retorno de investimento para seus sócios e parceiros futuros tenham mais segurança ao investimento na organização.

Todo negocio visa lucros, a Kambuhy Jeans Wear será conduzida de forma a atingir lucratividade e assertividade em suas negociações, tal visão dará a segurança de investir na organização, ate que esta tenha condições de se manter sozinha.

7.3 DRE – Demonstrativo de Resultado do Exercício.

Silva, (2007, p. 95) define a DRE - Demonstração do Resultado do Exercício como tendo objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações (lucro ou prejuízo) realizadas num determinado período, normalmente doze meses.

Em concordância, Martins (1986, p.89) define “a demonstração do resultado do exercício tem como finalidade exclusivamente apurar o lucro ou prejuízo.”

A demonstração do resultado observa o princípio de competência, evidenciando a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas, e os correspondentes custos e despesas. Este relatório reúne as estimativas de faturamento mensal e custos totais (fixos e variáveis) e é onde se pode saber se a empresa ira operar com lucro ou prejuízo. Este documento permite ao administrador ter uma visão real de seu negocio e detectar qualquer tipo de anomalia em seus resultados.

No Brasil, as empresas são obrigadas pela legislação a demonstrar suas operações por meio do DRE. Tal documento é regido pela lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, denominada lei sociedade por ações que obriga a constar neste documento, de forma verticalizada os operações realizadas no exercício, ou seja, no ano contábil (1º de janeiro á 31 de dezembro) do mesmo ano.

Depois de levantadas as receitas, descontados os impostos e verificados todas as despesas dentro do exercício, através de demonstrações contábeis dentro do regime de competência a empresa representa de forma dinâmica os lucros ou prejuízos obtidos com duas movimentações financeiras, expressa no DRE.

Na Kambuhy Jeans Wear tais operações estão vinculadas à expectativa de faturamento, bem como ao levantamento dos custos decorrentes da aquisição e comercialização dos produtos.

O DRE dos primeiros cinco anos da empresa, considerando tais projeções apresenta-se na tabela 5.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

DISCRIMINAÇÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
VENDAS BRUTAS	R\$ 360.000,00	R\$ 388.800,00	R\$ 423.792,00	R\$ 466.171,20	R\$ 512.788,32
VENDAS	R\$ 360.000,00	R\$ 388.800,00	R\$ 423.792,00	R\$ 466.171,20	R\$ 512.788,32
IMPOSTOS	-R\$ 25.391,88	-R\$ 27.537,23	-R\$ 30.078,28	-R\$ 33.086,10	-R\$ 36.394,72
ICMS	-R\$ 6.696,00	-R\$ 7.231,68	-R\$ 7.882,53	-R\$ 8.670,78	-R\$ 9.537,86
ISS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PIS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
COFINS	-R\$ 3.096,00	-R\$ 3.343,68	-R\$ 3.644,61	-R\$ 4.009,07	-R\$ 4.409,98
CSLL (Contr. Soc. Lucro Liqu.)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
IRPJ (Imp. Rend. Pess. Jurídica)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CPP (Cont. Previd. Patronal)	-R\$ 9.900,00	-R\$ 10.692,00	-R\$ 11.654,28	-R\$ 12.819,71	-R\$ 14.101,68
Impostos Folha	-R\$ 5.699,88	-R\$ 6.269,87	-R\$ 6.896,85	-R\$ 7.586,54	-R\$ 8.345,19
VENDAS LÍQUIDAS	R\$ 334.608,12	R\$ 361.262,77	R\$ 393.713,72	R\$ 433.085,10	R\$ 476.393,60
CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	-R\$ 48.840,00	-R\$ 53.724,00	-R\$ 59.096,40	-R\$ 19.965,00	-R\$ 21.961,50
Calça	-R\$ 29.304,00	-R\$ 32.234,40	-R\$ 35.457,84	-R\$ 11.979,00	-R\$ 13.176,90
Shorts / saia	-R\$ 12.210,00	-R\$ 13.431,00	-R\$ 14.774,10	-R\$ 4.991,25	-R\$ 5.490,38
Outros	-R\$ 7.326,00	-R\$ 8.058,60	-R\$ 8.864,46	-R\$ 2.994,75	-R\$ 3.294,23
LUCRO BRUTO	R\$ 285.768,12	R\$ 307.538,77	R\$ 334.617,32	R\$ 413.120,10	R\$ 454.432,10
Despesas Administrativas	-R\$ 99.625,65	-R\$ 84.770,40	-R\$ 93.247,44	-R\$ 102.572,18	-R\$ 112.829,40
Investimento inicial	-R\$ 22.561,65				
Água	-R\$ 960,00	-R\$ 1.056,00	-R\$ 1.161,60	-R\$ 1.277,76	-R\$ 1.405,54
Aluguel	-R\$ 24.000,00	-R\$ 26.400,00	-R\$ 29.040,00	-R\$ 31.944,00	-R\$ 35.138,40
Combustível	-R\$ 4.800,00	-R\$ 5.280,00	-R\$ 5.808,00	-R\$ 6.388,80	-R\$ 7.027,68
Internet	-R\$ 4.200,00	-R\$ 4.620,00	-R\$ 5.082,00	-R\$ 5.590,20	-R\$ 6.149,22
Luz	-R\$ 2.400,00	-R\$ 2.640,00	-R\$ 2.904,00	-R\$ 3.194,40	-R\$ 3.513,84
Seguros	-R\$ 2.904,00	-R\$ 3.194,40	-R\$ 3.513,84	-R\$ 3.865,22	-R\$ 4.251,75
Software	-R\$ 600,00	-R\$ 660,00	-R\$ 726,00	-R\$ 798,60	-R\$ 878,46
Material de Limpeza	-R\$ 600,00	-R\$ 660,00	-R\$ 726,00	-R\$ 798,60	-R\$ 878,46
Material Informática	-R\$ 600,00	-R\$ 660,00	-R\$ 726,00	-R\$ 798,60	-R\$ 878,46
Pró-Labore	-R\$ 36.000,00	-R\$ 39.600,00	-R\$ 43.560,00	-R\$ 47.916,00	-R\$ 52.707,60
DESPESAS COMERCIAIS	-R\$ 26.976,00	-R\$ 29.673,60	-R\$ 32.640,96	-R\$ 35.905,06	-R\$ 39.495,56
Material de Escritório	-R\$ 600,00	-R\$ 660,00	-R\$ 726,00	-R\$ 798,60	-R\$ 878,46
Salário vendedor (fixo)	-R\$ 12.216,00	-R\$ 13.437,60	-R\$ 14.781,36	-R\$ 16.259,50	-R\$ 17.885,45
Marketing	-R\$ 6.000,00	-R\$ 6.600,00	-R\$ 7.260,00	-R\$ 7.986,00	-R\$ 8.784,60
Outdoors	-R\$ 5.760,00	-R\$ 6.336,00	-R\$ 6.969,60	-R\$ 7.666,56	-R\$ 8.433,22
Telefone	-R\$ 2.400,00	-R\$ 2.640,00	-R\$ 2.904,00	-R\$ 3.194,40	-R\$ 3.513,84
DESPESAS FINANCEIRAS	-R\$ 8.400,00	-R\$ 9.240,00	-R\$ 10.164,00	-R\$ 11.180,40	-R\$ 12.298,44
Cartório	-R\$ 600,00	-R\$ 660,00	-R\$ 726,00	-R\$ 798,60	-R\$ 878,46
Correio	-R\$ 300,00	-R\$ 330,00	-R\$ 363,00	-R\$ 399,30	-R\$ 439,23
Taxa Adm Maq. Cartão Crédito	-R\$ 2.340,00	-R\$ 2.574,00	-R\$ 2.831,40	-R\$ 3.114,54	-R\$ 3.425,99
Taxa Manut. Maq. Cartão Crédito	-R\$ 600,00	-R\$ 660,00	-R\$ 726,00	-R\$ 798,60	-R\$ 878,46
Serasa	-R\$ 3.600,00	-R\$ 3.960,00	-R\$ 4.356,00	-R\$ 4.791,60	-R\$ 5.270,76
Despesas Bancárias	-R\$ 960,00	-R\$ 1.056,00	-R\$ 1.161,60	-R\$ 1.277,76	-R\$ 1.405,54

Capital de Giro	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
DEPRECIACÕES	-R\$ 2.157,48	-R\$ 2.157,48	-R\$ 2.157,48	-R\$ 2.157,48	-R\$ 2.157,48
LUCRO OPERACIONAL	R\$ 148.608,99	R\$ 181.697,29	R\$ 196.407,44	R\$ 261.304,98	R\$ 287.651,22
LUCRO ANTES DO IMPOSTOS	R\$ 148.608,99	R\$ 181.697,29	R\$ 196.407,44	R\$ 261.304,98	R\$ 287.651,22
CSSL					
IMPOSTO DE RENDA					
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	R\$ 148.608,99	R\$ 181.697,29	R\$ 196.407,44	R\$ 261.304,98	R\$ 287.651,22
LUCRO LÍQUIDO ACUMULADO	R\$ 148.608,99	R\$ 330.306,28	R\$ 526.713,72	R\$ 788.018,70	R\$ 1.075.669,92

TABELA 5 – DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.

FONTE: O AUTOR (2015).

7.4 Demonstrativo do Fluxo de Caixa.

Parafraseando Silva (2007, p. 100), a demonstração fluxo de caixa é um instrumento de análise, que permite descrever o processo de identificação do dinheiro. Envolve os pagamentos e os recebimentos em qual sua análise examina a origem e a aplicação do dinheiro que transitou pela empresa, seja no caixa, no sentido contábil da palavra ou no banco através de pagamentos via internet, cheques e recebimentos por depósito ou créditos.

Santos (2005, p.57) afirma que o “fluxo de caixa é um instrumento de planejamento financeiro que tem por objetivo fornecer estimativas da situação de caixa da empresa em determinado período de tempo à frente”.

O fluxo de caixa é composto pelas receitas e despesas oriundas da movimentação da empresa e seus reflexos. Para corroborar com a gestão financeira da organização, a Kambuhy Jeans Wear utilizará esta ferramenta para acompanhamento da entrada e saída de dinheiro, sendo essencial, no processo de tomada de decisões, análise de investimentos e eventual necessidade de aporte de capital.

De acordo com Marion (2012) a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Lei 6.404/76. A demonstração dos fluxos de caixa (DFC), quando utilizada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, é capaz de fornecer informações que habilitam os usuários a avaliar as mutações nos ativos líquidos de uma empresa, sua estrutura financeira e sua capacidade para alterar os valores e prazos

dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às novas tendências e oportunidades do mercado.

Marion (2012 p. 54) ressalta, que “a demonstração dos fluxos de caixa é um dos principais relatórios contábeis para fins gerenciais” evidenciando as modificações ocorridas no saldo de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) da organização em determinado período, através dos fluxos de recebimentos e pagamentos.

A DFC indica, no mínimo, as alterações ocorridas no exercício no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos.

Provisão de fluxo de caixa para os primeiros cinco anos, demonstrados na tabela 6.

FLUXO DE CAIXA

DISCRIMINAÇÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
SALDO INICIAL	R\$ 30.438,35	R\$ 9.304,70	R\$ 76.698,14	R\$ 124.980,15	R\$ 159.510,18
Capital de Giro	R\$ -				
VENDAS À VISTA	R\$ 270.000,00	R\$ 291.600,00	R\$ 317.844,00	R\$ 349.628,40	R\$ 384.591,24
VENDAS A PRAZO	R\$ -	R\$ 90.000,00	R\$ 97.200,00	R\$ 105.948,00	R\$ 116.542,80
RECEBIMENTO DAS VENDAS	R\$ 270.000,00	R\$ 381.600,00	R\$ 415.044,00	R\$ 455.576,40	R\$ 501.134,04
PAGAMENTOS FORNECEDORES	-R\$ 120.000,00	-R\$ 144.000,00	-R\$ 180.000,00	-R\$ 216.000,00	-R\$ 264.000,00
Mão de Obra Direta	-R\$ 14.040,00	-R\$ 15.163,20	-R\$ 16.527,89	-R\$ 18.015,40	-R\$ 19.636,78
Combustível	-R\$ 4.800,00	-R\$ 5.184,00	-R\$ 5.650,56	-R\$ 6.159,11	-R\$ 6.713,43
PAGAMENTOS A FORNECEDORES	-R\$ 146.340,00	-R\$ 179.947,20	-R\$ 219.182,45	-R\$ 258.708,87	-R\$ 310.552,67
PAGAMENTO DE IMPOSTOS					
ICMS	-R\$ 6.696,00	-R\$ 7.231,68	-R\$ 7.882,53	-R\$ 8.670,78	-R\$ 9.537,86
ISS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PIS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
COFINS	-R\$ 3.096,00	-R\$ 3.343,68	-R\$ 3.644,61	-R\$ 4.009,07	-R\$ 4.409,98
CSLL (Contr. Soc. Lucro Liqu.)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
IRPJ (Imp. Rend. Pess. Jurídica)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CPP (Cont. Previd. Patronal)	-R\$ 9.900,00	-R\$ 10.692,00	-R\$ 11.654,28	-R\$ 12.819,71	-R\$ 14.101,68
Impostos Folha	-R\$ 5.699,88	-R\$ 6.269,87	-R\$ 6.896,85	-R\$ 7.586,54	-R\$ 8.345,19
PAGAMENTO DE IMPOSTOS	-R\$ 9.792,00	-R\$ 10.575,36	-R\$ 11.527,14	-R\$ 12.679,86	-R\$ 13.947,84
DESPESAS ADMINISTRATIVAS					
Investimento inicial	-R\$ 22.561,65				

Água	-R\$ 960,00	-R\$ 1.056,00	-R\$ 1.161,60	-R\$ 1.277,76	-R\$ 1.405,54
Aluguel	-R\$ 24.000,00	-R\$ 26.400,00	-R\$ 29.040,00	-R\$ 31.944,00	-R\$ 35.138,40
Combustível	-R\$ 4.800,00	-R\$ 5.280,00	-R\$ 5.808,00	-R\$ 6.388,80	-R\$ 7.027,68
Seguros	-R\$ 2.904,00	-R\$ 3.194,40	-R\$ 3.513,84	-R\$ 3.865,22	-R\$ 4.251,75
Internet	-R\$ 4.200,00	-R\$ 4.620,00	-R\$ 5.082,00	-R\$ 5.590,20	-R\$ 6.149,22
Luz	-R\$ 2.400,00	-R\$ 2.640,00	-R\$ 2.904,00	-R\$ 3.194,40	-R\$ 3.513,84
Material Informática	-R\$ 600,00	-R\$ 660,00	-R\$ 726,00	-R\$ 798,60	-R\$ 878,46
Material de Limpeza	-R\$ 600,00	-R\$ 660,00	-R\$ 726,00	-R\$ 798,60	-R\$ 878,46
Pró-Labore	-R\$ 36.000,00	-R\$ 39.600,00	-R\$ 43.560,00	-R\$ 47.916,00	-R\$ 52.707,60
Software	-R\$ 600,00	-R\$ 660,00	-R\$ 726,00	-R\$ 798,60	-R\$ 878,46
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-R\$ 99.625,65	-R\$ 84.770,40	-R\$ 93.247,44	-R\$ 102.572,18	-R\$ 112.829,40
DESPESAS COMERCIAL					
Material de Escritório	-R\$ 600,00	-R\$ 660,00	-R\$ 726,00	-R\$ 798,60	-R\$ 878,46
Salário vendedor (fixo)	-R\$ 12.216,00	-R\$ 13.437,60	-R\$ 14.781,36	-R\$ 16.259,50	-R\$ 17.885,45
Telefone	-R\$ 2.400,00	-R\$ 2.640,00	-R\$ 2.904,00	-R\$ 3.194,40	-R\$ 3.513,84
Marketing	-R\$ 6.000,00	-R\$ 6.600,00	-R\$ 7.260,00	-R\$ 7.986,00	-R\$ 8.784,60
Outdoors	-R\$ 5.760,00	-R\$ 6.336,00	-R\$ 6.969,60	-R\$ 7.666,56	-R\$ 8.433,22
DESPESAS COMERCIAIS	-R\$ 26.976,00	-R\$ 29.673,60	-R\$ 32.640,96	-R\$ 35.905,06	-R\$ 39.495,56
DESPESAS FINANCEIRAS					
Serasa	-R\$ 3.600,00	-R\$ 3.960,00	-R\$ 4.356,00	-R\$ 4.791,60	-R\$ 5.270,76
Correio	-R\$ 300,00	-R\$ 330,00	-R\$ 363,00	-R\$ 399,30	-R\$ 439,23
Taxa Adm Maq. Cartão Crédito	-R\$ 2.340,00	-R\$ 2.574,00	-R\$ 2.831,40	-R\$ 3.114,54	-R\$ 3.425,99
Taxa Manut. Maq. Cartão Crédito	-R\$ 600,00	-R\$ 660,00	-R\$ 726,00	-R\$ 798,60	-R\$ 878,46
Cartório	-R\$ 600,00	-R\$ 660,00	-R\$ 726,00	-R\$ 798,60	-R\$ 878,46
Despesas Bancárias	-R\$ 960,00	-R\$ 1.056,00	-R\$ 1.161,60	-R\$ 1.277,76	-R\$ 1.405,54
Capital de Giro	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS FINANCEIRAS	-R\$ 8.400,00	-R\$ 9.240,00	-R\$ 10.164,00	-R\$ 11.180,40	-R\$ 12.298,44
SALDO FINAL	R\$ 9.304,70	R\$ 76.698,14	R\$ 124.980,15	R\$ 159.510,18	R\$171.520,31

TABELA 6 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA.

FONTE: O AUTOR (2015).

7.5 Balanço Patrimonial

Para que as informações contábeis sejam utilizadas na pelos gestores na tomada de decisão devem estar inseridas em relatórios confeccionados de forma a despertar seus interesses e a aceitação. Essa ideia é defendida por Ludícibus (1998, p. 282), quando afirma:

Sistemas contábeis sofisticados, análises contábeis financeiras realizadas com alto descortínio, apropriações de custos elaboradas com técnica e perfeição, todos perdem seu efeito se não forem consubstanciados em relatórios que tenham aceitação por parte dos gerentes [...].

O Balanço patrimonial é uma das demonstrações contábeis mais completas e tem como finalidade, segundo FIPECAFI (1995, p. 34), “apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática”.

Gitman, (2001) define o balanço patrimonial como a de demonstração resumida da posição financeira da empresa em um determinado momento, confrontando o ativo (o que ela possui), com suas fontes de financiamento, que podem ser passivos ou o patrimônio líquido (que foram fornecidos pelos proprietários).

Para Santos (1999, p. 35), o Balanço Patrimonial “retrata de forma estática o acervo de bens, direitos e obrigações de uma entidade”. Essa peça contábil demonstra a situação financeira e patrimonial da entidade, permitindo à empresa avaliar o presente e planejar o futuro da organização.

O balanço patrimonial de uma empresa prove informações a respeito da estrutura dos investimentos da empresa de um lado e a estrutura de suas fontes de financiamento do outro. As estruturas escolhidas devem levar de forma consistente a maximização da riqueza dos proprietários da empresa.

O balanço patrimonial é um relatório que determina a movimentação dos recursos da empresa, é composto por bens, direito e obrigações, retratando a posição patrimonial da empresa, decorrente de recursos próprios dos sócios ou de lucros. É considerado um instrumento estático, pois reflete como uma fotografia as condições da empresa no período determinado. Demonstrando os resultados da empresa desde o início até seu ultimo período apurado, serve como uma base para avaliar as decisões que foram tomadas e investimentos que foram feitos, podendo ser visto, como um relatório acumulativo demonstrando os impactos sob as decisões tomadas, aplicações e financiamentos, dando assim um histórico da empresa.

Em seu balanço, a Kambuhy Jeans Wear terá informações para análises econômicas da evolução das duas divisões principais do balanço patrimonial, sendo

elas o Ativo e o Passivo. No Ativo estão descritos os direitos da organização e no Passivo suas obrigações.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO					
	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 242.054,57	R\$ 426.509,34	R\$ 625.803,27	R\$ 896.621,06	R\$ 1.193.873,39
CAIXA	R\$ 749,87	R\$ 2.611,20	R\$ 2.875,12	R\$ 2.568,08	R\$ 2.156,00
BANCO CONTA MOVIMENTO	R\$ 9.304,70	R\$ 76.698,14	R\$ 124.980,15	R\$ 159.510,18	R\$ 171.520,31
CLIENTES A RECEBER	R\$ 90.000,00	R\$ 97.200,00	R\$ 105.948,00	R\$ 116.542,80	R\$ 28.197,08
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 142.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 392.000,00	R\$ 618.000,00	R\$ 892.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 14.054,42	R\$ 11.896,94	R\$ 9.739,46	R\$ 1.109,54	-R\$ 7.520,38
Moveis e utensílios	R\$ 10.849,00	R\$ 10.849,00	R\$ 10.849,00	R\$ 10.849,00	R\$ 10.849,00
Edificações	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Equipamentos de Informática	R\$ 5.362,90	R\$ 5.362,90	R\$ 5.362,90	R\$ 5.362,90	R\$ 5.362,90
(-) Depreciação Acumulada	-R\$ 2.157,48	-R\$ 4.314,96	-R\$ 6.472,44	-R\$ 15.102,36	-R\$ 23.732,28
TOTAL DO ATIVO	R\$ 256.108,99	R\$ 438.406,28	R\$ 635.542,73	R\$ 897.730,60	R\$ 1.186.353,01

PASSIVO					
	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 7.500,00	R\$ 8.100,00	R\$ 8.829,00	R\$ 9.711,90	R\$ 10.683,09
FORNECEDORES A PAGAR	R\$ 7.500,00	R\$ 8.100,00	R\$ 8.829,00	R\$ 9.711,90	R\$ 10.683,09
FINANCIAMENTOS					
Capital de Giro	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
PATIMONIO LIQUIDO	R\$ 248.608,99	R\$ 430.306,28	R\$ 626.713,72	R\$ 888.018,70	R\$ 1.175.669,92
CAPITAL SOCIAL	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
LUCROS ACUMULADOS	R\$ 148.608,99	R\$ 330.306,28	R\$ 526.713,72	R\$ 788.018,70	R\$ 1.075.669,92
TOTAL DO PASSIVO	R\$ 256.108,99	R\$ 438.406,28	R\$ 635.542,72	R\$ 897.730,60	R\$ 1.186.353,01

TABELA 7 – BALANÇO PATRIMONIAL.

FONTE: O AUTOR (2015).

8 ANÁLISE FINANCEIRA

Silva, (2007, p. 24) elucida que “a análise financeira precisa ter um enfoque holístico, abrangendo a estratégia da empresa suas decisões de investimento e de financiamento e suas operações.” Por terem as empresas objetivos importantes, como o retorno para os acionistas, propiciar um bom ambiente de trabalho e o

interesse dos funcionários, entre outros. A estratégia compreende os meios para atingir os objetivos, a empresa identifica as oportunidades e os riscos oferecidos pelo ambiente externo, define o que fazer seu público-alvo, e sua área de atuação e implementa ou ajusta sua estrutura organizacional para operacionalização do que foi definido.

As técnicas de análise financeiras são ferramentas de apoio fundamentais para o processo decisório. É por meio delas que se têm condições de aferir o impacto de determinados fatos sobre a situação financeira da empresa.

A utilização de índices para diagnóstico financeiro é muito comum. Embora, uma análise financeira não se resume no cálculo de índices, a essência da análise é a interpretação e contextualização dos dados.

De acordo com Marion (2012, p. 12) “A gerência é considerada eficiente quando a administração do Ativo da empresa gerar lucro” sendo este o maior objetivo de uma empresa constituída com fins econômicos.

A análise pode ser desenvolvida numa perspectiva estática ou dinâmica. É dentro dessa orientação que se organizam os procedimentos de análise.

A análise estática é realizada por meio de índices calculados em um dado período, já a análise dinâmica implica em comparações de saldos e medidas ao longo do tempo. Com base nesse raciocínio, se a análise de índices for realizada considerando-se uma série temporal (períodos consecutivos), pode-se afirmar que essa análise é dinâmica.

Peter (2005 p.222) Destaca que os indicadores financeiros “são usados para examinar a “saúde” da empresa” naturalmente, o valor da análise numa perspectiva dinâmica é significativo porque sinaliza tendências e descontinuidades na evolução dos saldos patrimoniais.

Em resumo, as análises das perspectivas financeiras da Kambuhy Jeans Wear consistem num exame minucioso dos dados financeiros disponíveis sobre a empresa.

8.1 TIR - Taxa Interna de Retorno

De acordo com Motta, Calôba, (2006, p.116) A TIR – Taxa Interna de Retorno, é um índice relativo que mede a rentabilidade do investimento por unidade de tempo, no caso da Kambuhy Jeans Waer é de 63%.

Sanvicente (2007, p.52) Ressalta que para fins de decisão a Taxa obtida deverá ser confrontada à taxa que representas o custo de capital da empresa e o projeto só devera ser aceito quando a sua taxa interna de retorno superar o custo de capital, significando que as aplicações da empresa estarão rendendo mais do que o custo dos recursos usados na entidade como um todo.

A TIR esta diretamente relacionada com a VPL, à função do valor presente liquido, a taxa de retorno calculado por TIR é a taxa de juros correspondente a um valor presente liquido zero.

Para calcular a TIR se usa a movimentação do Fluxo de Caixa, liquido, sem os acúmulos, conforme o exemplo na tabela 8.

Saldo Final Fluxo de Caixa	Capital
Ano 0	-R\$ 100.000,00
Ano 1	R\$ 9.304,70
Ano 2	R\$ 76.698,14
Ano 3	R\$ 124.980,15
Ano 4	R\$ 159.510,18
Ano 5	R\$ 171.520,31

TIR	63%
-----	-----

TABELA 8 – CÁLCULO DA TIR.

FONTE: O AUTOR (2015).

8.2 Valor Presente Líquido

Motta, Calôba (2006, p.106) definem o VPL – valor presente liquido descontado como a soma algébrica de todos os fluxos de caixa descontados para o instante presente, ($t = 0$) a uma dada taxa de juros i .

O fluxo de caixa padrão típico é composto geralmente por fluxos de caixa pontuais negativos no início e positivos do meio ao fim. Sendo utilizado o fluxo de caixa líquido de cada período.

Peter (2005 P.232) ressalta que “essa análise se baseia na ideia de que o dinheiro tem seu valor relacionado ao tempo” basicamente, é o cálculo de quanto os futuros pagamentos somados a um custo inicial estariam valendo atualmente. Para calcular o valor presente das entradas e saídas de caixa é utilizado a TMA, como taxa de desconto, se a TMA for igual à taxa de retorno esperada pelo acionista o $VPL > 0$, o que significa que a decisão é favorável a sua realização, ou seja, o projeto cobrirá tanto o investimento inicial, bem como a remuneração mínima exigida pelo investidor.

O VPL é a fórmula matemático-financeira capaz de determinar o valor presente de pagamentos futuros descontados a uma taxa de juros apropriada, menos o custo do investimento inicial. A Kambuhy Jeans Wear apresenta em seus cálculos uma VPL igual a R\$ 257.106,29 (Duzentos e cinquenta e sete mil cento e seis reais e vinte e nove centavos). Para este cálculo, foi utilizada a TMA (taxa mínima de atratividade) de 12%, taxa maior que qualquer aplicação financeira oferecida pelo mercado atual. Desta forma. Compreende-se o projeto de investimento como viável economicamente, conforme cálculo apresentado na tabela 9.

Saldo Final Fluxo de Caixa	Capital	TMA
Ano 0	-R\$ 100.000,00	12%
Ano 1	R\$ 9.304,70	
Ano 2	R\$ 76.698,14	
Ano 3	R\$ 124.980,15	
Ano 4	R\$ 159.510,18	
Ano 5	R\$ 171.520,31	
		VPL R\$ 257.106,29

TABELA 9 – CÁLCULO DO VPL.

FONTE: O AUTOR (2015).

Quando o VPL é positivo, o fluxo de caixa agrega valor e é atrativo do ponto de vista econômico-financeiro. Quando o VPL é negativo, o projeto não deve ser realizado. Quando o VPL é zero, fica-se em uma posição de indiferença para realizar ou não o investimento. (SILVA, 2010 p.141)

8.3 Período de Recuperação do Investimento – PAYBACK

Sob o ponto de vista de Sanvicente (2007, p. 44) O PayBack é o método mais simples de avaliação do período de recuperação do investimento, é definido como sendo o numero de anos ou meses, dependendo da escala utilizada, necessários para que o desembolso correspondente ao investimento inicial seja recuperado ou igualado e superado pelas entradas líquidas acumuladas.

Em suma, representa o prazo necessário para a recuperação do capital investido, podendo ser simples (sem considerar o custo de capital, valor do dinheiro no tempo) ou descontado (considerando o valor do dinheiro no tempo).

A partir dos valores encontrados no fluxo de caixa descontado foi possível descobrir o paybeck da Kambuhy Jeans Wear, este cálculo demonstra o tempo estimado para retorno do capital investido.

Conforme Silva (2010, p.145) “o paybeck corresponde ao tempo necessário para que os fluxos de caixa positivos recuperem os fluxos de caixas negativos, e é normalmente expresso em anos”.

Capital	Valor Presente	Saldo do Projeto descontado	Tempo retorno descontado	Saldo do Projeto Simples	Tempo Retorno Simples
-R\$ 100.000,00	-R\$ 100.000,00	-R\$ 100.000,00	2 anos	-R\$ 100.000,00	2 anos
R\$ 9.304,70	R\$ 8.307,77	-R\$ 91.692,23		-R\$ 90.695,30	
R\$ 76.698,14	R\$ 61.143,29	-R\$ 30.548,94		-R\$ 13.997,16	
R\$ 124.980,15	R\$ 88.958,40	R\$ 58.409,46	4 meses	R\$ 110.982,99	1 meses
R\$ 159.510,18	R\$ 101.371,61	R\$ 159.781,06	4 dias	R\$ 270.493,17	10 dias
R\$ 171.520,31	R\$ 97.325,23	R\$ 257.106,29		R\$ 442.013,49	

TABELA 10 – CÁLCULO DO PAYBACK.

FONTE: O AUTOR (2015).

De acordo com os cálculos apresentados na tabela 10, encontramos valores para o payback de 2,1 anos (simples, desconsiderando o custo de capital) e de 2,4 anos (descontado, considerando o custo de capital). A depender do parâmetro da empresa o Payback comumente é usado de forma preliminar a outros métodos como um calibre inicial. Se, por exemplo, o payback descontado de um projeto for superior ao período máximo estabelecido pela empresa para recuperar o investimento inicial, este não deve ser aceito pela empresa, mesmo que apresente TIR superior ao custo

de capital ou VPL positivo. Assim, suas principais vantagens e desvantagens podem ser resumidas como:

Payback	Vantagens	Desvantagens
Simple	<p>Simplicidade: já que não exige nenhuma sofisticação de cálculos, apenas sucessivas subtrações.</p> <p>Serve como parâmetro de liquidez (quanto menor, maior a liquidez do projeto) e de risco (quanto menor, menor o risco do projeto).</p>	<p>Não considera o custo de capital, o valor do dinheiro no tempo.</p> <p>Não considera todos os fluxos de caixa</p>
Descontado	Considera o valor do dinheiro no tempo.	Quanto maior a taxa de desconto i , maior o tempo de retorno.

TABELA 11 – VANTAGENS E DESVANTAGENS DO PAYBACK

.FONTE: O AUTOR (2015).

10 CONCLUSÃO

Segundo Dornelas (2005) o termo empreendedor (entrepreneur) tem origem francesa e quer dizer aquele que assume riscos e começa algo novo. Dessa forma pode-se afirmar que a Kambuhy Jeans Wear é um projeto empreendedor, pois traz uma nova proposta em vestuário feminino para a cidade de Araucária - Pr.

De acordo com MAXIMIANO (2006), o sucesso de uma empresa é medido por meio de indicadores que se organizam em uma cadeia de causa e efeito. O indicador mais importante de sucesso é o desempenho financeiro, que depende da satisfação do cliente e da eficiência dos processos. A satisfação deste cliente dependerá da qualidade dos produtos oferecidos, visando atender a esta necessidade, a Kambuhy Jeans Wear, irá trabalhar com as melhores marcas de jeans do mercado, analisando sempre a relação qualidade e preço.

Através dos estudos do mercado e dos concorrentes, avalia-se que o empreendimento, objeto do presente trabalho, tem viabilidade econômica e financeira, devido a sua proposta diferenciada, com foco exclusivo no jeans, aproveitando, uma fatia de mercado mal explorada.

A análise SWOT mostra um ambiente interno e externo favorável para a abertura da empresa, tendo potencial para concorrer com os demais empreendimentos do setor.

Os estudos financeiros com base nas projeções realizadas confirmam a viabilidade do negócio. Os indicadores demonstram viabilidade deste projeto, com grande potencial de retorno, acima do esperado pela TMA, 12%, se comparado a taxa interna de retorno de 63%.

Sua análise do Pay Back, mostra que a empresa obtém o retorno total do capital investido em dois anos e quatro meses, um índice aceitável, de acordo com a média das micro e pequenas empresas brasileiras que fica em torno de três a cinco anos, sendo que muitas empresas não conseguem sobreviver aos primeiros anos, de acordo com os dados do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o índice de mortalidade das micro e pequenas empresas brasileiras, nos primeiros cinco anos de existência, oscila em torno dos 70%, ou mais.

O mundo da moda muda constantemente, suas formas e modelos, cores e

textura, todas as ações voltadas para as tendências, o que se usa no exterior, o que os famosos estão usando. É um mercado que movimenta milhões todos os anos.

O vestuário satisfaz além das necessidades básicas dos indivíduos, ela apresenta atributos intrínsecos e intangíveis como o valor da marca e o posicionamento individual e grupal. Pode também ser visto como fonte de auto-expressão, ligados a sentimentos que vão da simples necessidade de vestir-se até a satisfação do ato de consumir.

Na época da realização do presente plano de negócio, todos os estudos, pesquisas e projeções envolvidas no projeto, comprovam a viabilidade da abertura da loja de roupas Kambuhy Jeans Wear. Considerando o fato do mercado de comércio e varejo de confecções apresentarem uma grande concorrência e terem uma constante ameaça de novos entrantes bem como a chegada de concorrentes potenciais à praça da empresa, aconselha-se que antes da abertura deste empreendimento todos os estudos referentes ao mercado sejam atualizados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amador P. de, **Manual das Sociedades Comerciais** 13 ed. e Ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.

BEE, Roland. **Feedback**. São Paulo: Nobel, 2000.

BRASIL. CASA CIVIL. **Lei Complementar 123/06**, de 1 de maio de 1943. Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm, v.38, n. 10.189, Outubro de 2011.

BRASIL, **Lei n. 10.406** de 10 de janeiro de 2002, do contrato social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm acesso: 06/06/2015.

BODIE, Zvi; MERTON Robert C. **Finanças**. Revista Ampliada. 1 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

CARVALHO, et al, **Administração de Recursos Humanos**, vol. 1 São Paulo, Ed. Pioneira Thomson Learning, 2004.

CARVALHO, Antonio vieira de, **Administração de Recursos Humanos**- são Paulo: ed. Abdr, 1992.

CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul, et al, **Administração Estratégica: Planejamento e Implantação da Estratégia** – 2. ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 305p.

CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul, **Administração Estratégica: Planejamento e Implantação da Estratégia**. 3 ed. São Paulo: Makron Books do Brasil , 1993.

CHAUI, M. **Filosofia**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2000. 289p.

CHIAVENATO, I. **Administração: teoria, processo e pratica**. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill, Ltda., 1987. 381p.

CHIAVENATO, I. **Remuneração, Benefícios e Relações de Trabalho**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: e o novo papel do recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: Dando asas ao espírito empreendedor**. São Paulo: Saraiva, 2005.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilidade de novas empresas: um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 850p.

CHIAVENATO, I. **Planejamento, Recrutamento e Seleção de Pessoal**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2009

COBRA, Marcos. **Marketing Básico Uma Perspectiva Brasileira**. São Paulo: Atlas, 1987.

COBRA, Marcos. **Marketing Essencial Conceitos, Estratégia e Controle**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1988.

DOLABELA, F. **Oficina do Empreendedor**. 2. ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999. 394p.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 391p.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 298p. 7º reimpressão.

ETZEL, Michael J. et al. **Marketing**. 11ed. São Paulo: Makron Books Ltda, 2001.

FERNANDES, Bruno, H.R.; BERTON, Luiz H. **Administração Estratégica**. São Paulo: Saraiva, 1990.

FERRELL, O.C. et al. **Estratégia de Marketing**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Manual de contabilidade das sociedades por ações : aplicável também as demais sociedades**. 4. ed. rev. e atual São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 465p.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da Administração Financeira Essencial**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

HITT, Michael A; IRELAND, R. Duarte; HOSKISSON, Robert E. **Administração Estratégica**. 7º Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA... Pesquisa Anual do Comércio do ano de 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pac/2012/default.shtm>> Acesso em: 23 out. 2014

IUDICIBUS, Sergio de. **Contabilidade gerencial**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

Junta Comercial do Paraná - **Tabela de prazos e custos**. Disponível em:
<<http://www.juntacomercial.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=170&tit=Abertura-de-empresas-no-Parana>> Acesso em: 5 mai. 2015

KANAANE, R. **Comportamento Humano nas Organizações - O Homem rumo ao Século XXI**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 399p.

KELLER, L. Kevin; MACHADO, Marcos. **Gestão estratégica de marcas**. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2006, p. 4-31.

KELLER, L. Kevin. **Administração de Marketing**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing: A Bíblia do Marketing**. Prentice Hall Brasil, 2006, 12ª edição. 776p

KOTLER, P. **Administração de marketing: a edição do novo milênio**. 10ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000. 764p.

KOTLER, P. **Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 388p.

LAWRENCE, J. Gitman – **Princípios da Administração Financeira** – 2 ed. Porto Alegre : Essencial 2001.

MARION, J. Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: Contabilidade empresarial**: 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012

MARTINS, Eliseu (Organizador). Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras: **Avaliação de Empresas: da mensuração contábil à econômica**. FIECAFI; São Paulo: Atlas, 2001.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração - Da revolução urbana à revolução digital**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 521p.

MOTTA, Regis da Rocha, **Análise de Investimentos: tomada de decisões em projetos industriais** – Regis da Rocha Motta / Guilherme Marques Caloba 1 ed. São Paulo – Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Djalma P.R. **Planejamento Estratégico: Conceito, Metodologia e Prática**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Djalma P.R. **Planejamento Estratégico: Conceito, Metodologia e Prática**. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PONTES, Benedito R. **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal**. 4 ed. São Paulo: LTR, 2004.

RIBEIRO, A. de Lima. **Gestão de pessoas**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

Receita Federal do Brasil. Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNAEFiscal/cnaef.htm>> Acesso em: 5 mai. 2015

Requerimento Jucepar. Disponível em:

<<http://www.jucepar.pr.gov.br/JuceparAutoV2/auto/ReqOnline.asp>> Acesso em: 5 mai. 2015

SANTOS, Nivaldo João dos. **Análise do uso da informação contábil para fins gerenciais: o caso da avaliação econômico-financeira da Gerasul**. 1999. 112f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

SANTOS, Cosme dos. **Guia prático para elaboração do demonstrativo dos fluxos de caixa – DFC**. Curitiba: Juruá, 2005

SEBRAE-PR. Disponível em: <

<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pr/artigos/Pequenos-Neg%C3%B3cios-no-Brasil>> Acesso em: 22 out. 2014

SELEME, R.; PAULA, A. **Projeto de Produto – Desenvolvimento e Gestão de Bens e Marcas**. 1 ed. Editora IBPEX, 2006.

SENAC-PR. Disponível em: < <http://www.pr.senac.br/noticias>> Acesso em: 23 out. 2014

SILVA, André L.C. **Matemática financeira Aplicada**, 3 ed. São Paulo. Atlas, 2010.

SINDICOM – Sindicato do comércio de Curitiba e região metropolitana, disponível em: <http://sindicom.org/convencoes/index.asp>> Acesso em 15 mai. 2015

SINE - Sistema Nacional de Emprego – www.sine.pr.gov.br– Acesso em: 23 out. 2014

SOUZA, Maria Z.A. **Cargos, Carreira e Remuneração**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

APÊNDICE A – MODELO DO CONTRATO SOCIAL

**CAMBUHI E HORSTMANN COMÉRCIO
DE CONFECÇÕES LTDA.**

Os infra-assinados, **ELISANE CAMBUHI HORSTMANN**, brasileira, casada em regime de comunhão de bens, administradora, portadora da cédula de Identidade Civil RG. n.º 0.000.000-4 SSP/PR e CPF/MF n.º 000.000.000-50, residente e domiciliada em Araucária - PR à rua Francisca Bomvim, 320 - Bairro Costeira CEP 83707-250, **SIDNEI HORSTMANN**, brasileiro, casado em regime de comunhão de bens, empresário, portador da cédula de Identidade Civil RG. n.º 0.000.000-5 SSP/PR e CPF/MF n.º 000.000.000-59, residente e domiciliada em Araucária - PR à rua Francisca Bomvim, 320 - Bairro Costeira CEP 707-250 resolvem por este instrumento particular constituir uma sociedade empresária limitada, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade empresária limitada girará sob a denominação social de **CAMBUHI E HORSTMANN COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.**, com sede e foro na cidade de Araucária - Pr., na Avenida Dr. Vitor do Amaral, 986 Bairro Centro - CEP 83708-000.

CLÁUSULA SEGUNDA: O objetivo da sociedade será, a comercialização de roupas e artigos de vestuário.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade terá início de suas atividades em 1.º (primeiro) de Janeiro de 2016 e sua duração será por prazo indeterminado podendo cindir-se, fundir-se, incorporar-se ou participar de outras sociedades, bem como, transformar-se adotando outro tipo jurídico, mediante alteração deste Contrato Social.

CLÁUSULA QUARTA: O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100.000 (cem mil cotas) no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado imediatamente em moeda corrente do País, distribuído assim entre os sócios:

SÓCIOS	%	COTAS	VALOR
ELISANE CAMBUHI HORSTMANN	50	50.000	50.000,00
SIDNEI HORSTMANN	50	50.000	50.000,00

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade dos sócios cotistas é limitado ao total do capital social, entretanto, todos respondem solidariamente pela integralização do capital social

CLÁUSULA SEXTA: A administração da sociedade caberá ao sócio **ELISANE CAMBUHI HORSTMANN**, que fará uso da firma isoladamente, a quem compete o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da mesma, sendo-lhe vedado entretanto, seu emprego em operações ou negócios estranhos ao objeto social, particularmente a prestação de avais, endossos ou cauções de favor.

b d

**CAMBUHI E HORSTMANN COMÉRCIO
DE CONFEÇÕES LTDA.**

CLÁUSULA SÉTIMA: Pelos serviços que prestarem a sociedade perceberão os administradores a título de remuneração "Pró-Labore", quantia mensal fixada no início de cada exercício financeiro da sociedade.

CLÁUSULA OITAVA: O administrador declara sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesas da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA NONA: O Exercício social coincidirá com o ano civil, tendo início em 1.º de Janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. O administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

PARAGRAFO ÚNICO: Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão os administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA: As deliberações sociais ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As cotas do capital são indivisíveis e sua transferência a terceiros, estranhos a sociedade, só poderá ser efetuada mediante autorização expressa dos demais sócios que, após devidamente informados por escrito do preço, condições e nome do pretendente, poderão exercer o direito de preferência em igualdade de condições, na proporção de suas cotas, ou recusá-lo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A sociedade não se dissolverá por morte, interdição, falência ou retirada de qualquer dos sócios, continuando com os remanescentes. O sócio retirante ou sucessor do "de cujus" receberá o valor das cotas apuradas em balanço especial, em vinte e quatro parcelas mensais, iguais e consecutivas, sem juros ou correção, pagável a primeira trinta dias após o evento que der causa ao pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO: Falecendo o cotista, fica assegurado ao viúvo e aos herdeiros maiores, o direito de substituí-lo na sociedade, desde que notifiquem por escrito, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do óbito, nesse caso as cotas do falecido serão distribuídas "pró-indiviso" aos seus sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O presente instrumento obriga não só os contratantes, como também seus herdeiros e sucessores, acima previstos.



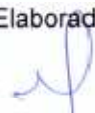
**CAMBUHI E HORSTMANN COMÉRCIO
DE CONFEÇÕES LTDA.**


CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Os casos omissos neste instrumento, serão regulados de acordo com a legislação específica, ficando o foro desta cidade, preterindo-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja

E, por estarem assim justos e contratados, lavram, datam e assinam em 03(três) vias de igual teor e forma, que se obrigam fielmente a cumpri-lo em todos os seus termos.

Araucária, 14 de Junho de 2015

Elaborado por:


José Da Silva
CRC PR 00000/O-0


ELISANE CAMBUHI HORSTMANN
CPF: 000.000.000-00/PR



SIDNEI HORSTMANN
CPF:000.000.000-00/PR

E, para uso da denominação assinam:


ELISANE CAMBUHI HORSTMANN

Testemunhas:


2) José Da Silva
RG 0.000.000 SSP/PR


Maria dos Santos
RG 0.000.00-0 SSP/PR



ANEXO I – LEI COMPLEMENTAR 123/06



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

(Republicação em atendimento ao disposto no [art. 2º da Lei Complementar nº 138, de 10 de novembro de 2011](#).)

[Mensagem de veto](#)

[Votação](#)

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943, da Lei nº 10.188, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1ª Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão;

IV - ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do [art. 148, in fine, da Constituição Federal](#). [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 1º Cabe ao Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) apreciar a necessidade de revisão, a partir de 1ª de janeiro de 2015, dos valores expressos em moeda nesta Lei Complementar.

§ 2º (VETADO).

§ 3º Ressalvado o disposto no Capítulo IV, toda nova obrigação que atinja as microempresas e empresas de pequeno porte deverá apresentar, no instrumento que a institui, especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para cumprimento. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 4º Na especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido de que trata o § 3º, deverá constar prazo máximo, quando forem necessários procedimentos adicionais, para que os órgãos fiscalizadores cumpram as medidas necessárias à emissão de documentos, realização de vistorias e atendimento das demandas realizadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte com o objetivo de cumprir a nova obrigação. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 5º Caso o órgão fiscalizador descumpra os prazos estabelecidos na especificação do tratamento diferenciado e favorecido, conforme o disposto no § 4º, a nova obrigação será inexistente até que seja realizada visita para fiscalização orientadora e seja reiniciado o prazo para regularização. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 6º A ausência de especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido ou da determinação de prazos máximos, de acordo com os §§ 3º e 4º, tornará a nova obrigação inexistente para as microempresas e empresas de pequeno porte. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 7º A inobservância do disposto nos §§ 3º a 6º resultará em atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional da atividade empresarial. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Art. 2º O tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o [art. 1º desta Lei Complementar](#) será gerido pelas instâncias a seguir especificadas:

I - Comitê Gestor do Simples Nacional, vinculado ao Ministério da Fazenda, composto por 4 (quatro) representantes da Secretaria da Receita Federal do Brasil, como representantes da União, 2 (dois) dos Estados e do Distrito Federal e 2 (dois) dos Municípios, para tratar dos aspectos tributários; e

II - Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com a participação dos órgãos federais competentes e das entidades vinculadas ao setor, para tratar dos demais aspectos, ressalvado o disposto no inciso III do caput deste artigo;

III - Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, composto por representantes da União, dos Estados e do Distrito Federal, dos Municípios e demais órgãos de apoio e de registro empresarial, na forma definida pelo Poder Executivo, para tratar do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas;

III - Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM, vinculado à Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, composto por representantes da União, dos Estados e do Distrito Federal, dos Municípios e demais órgãos de apoio e de registro empresarial, na forma definida pelo Poder Executivo, para tratar do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas. [\(Redação pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 1º Os Comitês de que tratam os incisos I e III do caput deste artigo serão presididos e coordenados por representantes da União.

§ 2º Os representantes dos Estados e do Distrito Federal nos Comitês referidos nos incisos I e III do caput deste artigo serão indicados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e os dos Municípios serão indicados, um pela entidade representativa das Secretarias de Finanças das Capitais e outro pelas entidades de representação nacional dos Municípios brasileiros.

§ 3º As entidades de representação referidas no inciso III do caput e no § 2º deste artigo serão aquelas regularmente constituídas há pelo menos 1 (um) ano antes da publicação desta Lei Complementar.

§ 4º Os Comitês de que tratam os incisos I e III do caput deste artigo elaborarão seus regimentos internos mediante resolução.

§ 9º O Fórum referido no inciso II do caput deste artigo, que tem por finalidade orientar e assessorar a formulação e coordenação da política nacional de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como acompanhar e avaliar a sua implantação, será presidido e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

§ 9º O Fórum referido no inciso II do caput deste artigo tem por finalidade orientar e assessorar a formulação e coordenação da política nacional de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como acompanhar e avaliar a sua implantação, sendo presidido e coordenado pela Secretaria de Micro e Pequena Empresa da Presidência da República. [\(Incluído desta Lei nº 12.792 de 2012\)](#)

§ 9º Ao Comitê de que trata o inciso I do caput deste artigo compete regulamentar a opção, exclusão, tributação, focalização, amplexão, cobrança, dívida ativa, recolhimento e demais itens relativos ao regime de que trata o [art. 12 desta Lei Complementar](#), observadas as demais disposições desta Lei Complementar.

§ 7º Ao Comitê de que trata o inciso III do caput deste artigo compete, na forma da lei, regulamentar a inscrição, cadastro, abertura, alteração, arquivamento, licenças, permissão, autorização, registros e demais itens relativos à abertura, legislação e funcionamento de empresas e de pessoas jurídicas de qualquer porte, atividade econômica ou composição societária.

~~§ 8º Os membros dos Comitês de que tratam os incisos I e III do caput deste artigo serão designados, respectivamente, pelos Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mediante a indicação dos órgãos e entidades vinculados.~~

§ 8º Os membros dos Comitês de que tratam os incisos I e III do caput deste artigo serão designados, respectivamente, pelos Ministros de Estado da Fazenda e da Secretaria de Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, mediante indicação dos órgãos e entidades vinculados. [\(Redação pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 9º O CGSN poderá determinar, com relação à microempresa e à empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, a forma, a periodicidade e o prazo: [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

I - de entrega à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de uma única declaração com dados relacionados a fatos geradores, base de cálculo e valores da contribuição para a Seguridade Social devida sobre a remuneração do trabalho, inclusive a desonstada dos trabalhadores e a serviço da empresa, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e outras informações de interesse do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e do Conselho Curador do FGTS, observado o disposto no § 1º deste artigo; e [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

II - do recolhimento das contribuições descritas no inciso I e do FGTS. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 10. O recolhimento de que trata o inciso II do § 9º deste artigo poderá ser de forma unificada relativamente aos tributos apurados na forma do Simples Nacional. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 11. A entrega da declaração de que trata o inciso I do § 9º substituirá, na forma regulamentada pelo CGSN, a obrigatoriedade de entrega de todas as informações, formulários e declarações a que estão sujeitas as demais empresas ou equiparadas que contratam trabalhadores, inclusive relativamente ao recolhimento do FGTS, à Relação Anual de Informações Sociais e ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 12. Na hipótese de recolhimento do FGTS na forma do inciso II do § 9º deste artigo, deve-se assegurar a transferência dos recursos e dos elementos identificadores do recolhimento ao gestor desse fundo para crédito na conta vinculada do trabalhador. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 13. O documento de que trata o inciso I do § 9º tem caráter declaratório, constituindo instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos, contribuições e dos débitos fundatários que não tenham sido recolhidos resultantes das informações nele prestadas. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

CAPÍTULO II

DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Art. 9º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o [art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 \(Código Civil\)](#), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso de microempresa, tenha, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 300.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, tenha, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 300.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

§ 14. Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

§ 2º No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite a que se refere o caput deste artigo será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.

§ 3º O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desaquecimento não implicarão alteração, extinção ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o [art. 12 desta Lei Complementar](#), para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou, seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X - constituída sob a forma de sociedade por ações.

XI - cujos titulares ou adidos guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 5º O disposto nos incisos IV e VII do § 4º deste artigo não se aplica à participação no capital de cooperativas de crédito, bem como em centrais de compra, bolsas de subcontratação, no consórcio referido no [art. 50 desta Lei Complementar](#) e na sociedade de propósito específico prevista no [art. 66 desta Lei Complementar](#), e em associações semelhantes, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedade, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 6º Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte incorrer em alguma das situações previstas nos incisos do § 4º, será excluída do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, bem como do regime de que trata o art. 12, com efeitos a partir do mês seguinte ao que incorrer a situação impeditiva.

§ 7º Observado o disposto no § 2º deste artigo, no caso de início de atividades, a microempresa que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso I do [caput](#) deste artigo passa, no ano-calendário seguinte, à condição de empresa de pequeno porte.

§ 8º Observado o disposto no § 2º deste artigo, no caso de início de atividades, a empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, não ultrapassar o limite de receita bruta anual previsto no inciso I do [caput](#) deste artigo passa, no ano-calendário seguinte, à condição de microempresa.

§ 9º A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso II do [caput](#) deste artigo fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o [art. 12](#), para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12.

§ 9º-A. Os efeitos da exclusão prevista no § 9º dar-se-ão no ano-calendário subsequente se o excesso verificado em relação à receita bruta não for superior a 20% (vinte por cento) do limite referido no inciso II do [caput](#).

§ 10. A empresa de pequeno porte que no decurso do ano-calendário de início de atividade ultrapassar o limite proporcional de receita bruta de que trata o § 2º estará excluída do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, bem como do regime de que trata o [art. 12 desta Lei Complementar](#), com efeitos retroativos ao início de suas atividades.

§ 11. Na hipótese de o Distrito Federal, os Estados e os respectivos Municípios adotarem um dos limites previstos nos [incisos I e II do caput do art. 18](#) e no [art. 20](#), caso a receita bruta auferida pela empresa durante o ano-calendário de início de atividade ultrapasse 1/12 (um doze avos) do limite estabelecido multiplicado pelo número de meses de funcionamento nesse período, a empresa não poderá recolher o ICMS e o ISS na forma do Simples Nacional, relativos ao estabelecimento localizado na unidade da federação que os houver adotado, com efeitos retroativos ao início de suas atividades.

§ 12. A exclusão de que trata o § 10 não retroagirá ao início das atividades se o excesso verificado em relação à receita bruta não for superior a 20% (vinte por cento) do respectivo limite referido naquele parágrafo, hipótese em que os efeitos da exclusão dar-se-ão no ano-calendário subsequente.

§ 13. O impedimento de que trata o § 11 não retroagirá ao início das atividades se o excesso verificado em relação à receita bruta não for superior a 20% (vinte por cento) dos respectivos limites referidos naquele parágrafo, hipótese em que os efeitos do impedimento ocorrerão no ano-calendário subsequente.

§ 14. ~~Para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, poderão ser auferidas receitas no mercado interno até o limite previsto no inciso II do caput ou no § 3º, conforme o caso, e, adicionalmente, receitas decorrentes da exportação de mercadorias, inclusive quando realizada por meio de comercial exportadora ou de sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar, desde que as receitas de exportação também não excedam os referidos limites de receita bruta anual.~~ [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 14. Para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, poderão ser auferidas receitas no mercado interno até o limite previsto no inciso II do [caput](#) ou no § 2º, conforme o caso, e, adicionalmente, receitas decorrentes da exportação de mercadorias ou serviços, inclusive quando realizada por meio de comercial exportadora ou da sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar, desde que as receitas de exportação também não excedam os referidos limites de receita bruta anual. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 15. ~~Na hipótese do § 14, para fins de determinação da alíquota de que trata o § 1º do art. 18, da base de cálculo prevista em seu § 3º e das mapações de alíquotas previstas em seus §§ 16, 16-A, 17 e 17-A, será considerada a receita bruta total da empresa nos mercados interno e externo.~~

§ 15. Na hipótese do § 14, para fins de determinação da alíquota de que trata o § 1º do art. 18, da base de cálculo prevista em seu § 3º e das mapações de alíquotas previstas em seus §§ 16, 16-A, 17 e 17-A, serão consideradas separadamente as receitas brutas auferidas no mercado interno e aquelas decorrentes da exportação. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 16. O disposto neste artigo será regulamentado por resolução do CGSN. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Art. 3º-A. Aplica-se ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar conceituado na [Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006](#), com situação regular na Previdência Social e no Município que tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do [caput](#) do art. 3º o disposto nos arts. 6º e 7º, nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI e no Capítulo XII desta Lei Complementar, ressalvadas as disposições da [Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008](#). [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Parágrafo único. A equiparação de que trata o [caput](#) não se aplica às disposições do Capítulo IV desta Lei Complementar. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Art. 3º-B. Os dispositivos desta Lei Complementar, com exceção dos dispostos no Capítulo IV, são aplicáveis a todas as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas pelos incisos I e II do [caput](#) e § 4º do art. 3º, ainda que não enquadradas no regime tributário do Simples Nacional, por vedação ou por opção. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

CAPÍTULO III

DA INSCRIÇÃO E DA BAIXA

Art. 4º Na elaboração de normas de sua competência, os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos 3 (três) âmbitos de governo, deverão considerar a unidade do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas, para tanto visando articular as competências próprias com aquelas dos demais membros, e buscar, em conjunto, compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do usuário.

§ 1º O processo de abertura, registro, alteração e baixa do Microempreendedor Individual (MEI) de que trata o art. 18-A desta Lei Complementar, bem como qualquer exigência para o início de seu funcionamento, deverão ter trâmite especial e simplificado, preferencialmente eletrônico, opcional para o empreendedor na forma a ser disciplinada pelo CGSIM, observado o seguinte:

§ 1º. O processo de abertura, registro, alteração e baixa da microempresa e empresa de pequeno porte, bem como qualquer exigência para o início de seu funcionamento, deverão ter trâmite especial e simplificado, preferencialmente eletrônico, opcional para o empreendedor, observado o seguinte: [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

I - poderão ser dispensados o uso da firma, com a respectiva assinatura autógrafa, o capital, requerimentos, demais assinaturas, informações relativas ao estado civil e regime de bens, bem como remessa de documentos, na forma estabelecida pelo CGSIM; e

II - o cadastro fiscal estadual ou municipal poderá ser simplificado ou ter sua exigência postergada, sem prejuízo da possibilidade de emissão de documentos fiscais de compra, venda ou prestação de serviços, vedada, em qualquer hipótese, a imposição de custos pela autorização para emissão, inclusive na modalidade online;

II - [\(Revogado\)](#) [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 2º (REVOGADO)

§ 3º Ficam reduzidos a 0 (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença, ao cadastro e aos demais itens relativos ao disposto nos §§ 1º a 3º deste artigo.

§ 3º. Ressalvado o disposto nesta Lei Complementar, ficam reduzidos a 0 (zero) todos os custos, inclusive prévios, relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento e aos demais itens relativos ao Microempreendedor Individual, incluindo os valores referentes a taxas, a emolumentos e a demais contribuições relativas aos órgãos de registro, de licenciamento, sindicais, de regulamentação, de anotação de responsabilidade técnica, de vistoria e de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 3º-A. O agricultor familiar, definido conforme a [Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006](#), e identificado pela Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP física ou jurídica, bem como o MEI e o empreendedor de economia solidária ficam isentos de taxas e outros valores relativos à fiscalização da vigilância sanitária. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 4º No caso do MEI, de que trata o art. 18-A desta Lei Complementar, a cobrança associativa ou oferta de serviços privados relativos aos atos de que trata o § 3º deste artigo somente poderá ser efetuada a partir de demanda prévia do próprio MEI, firmado por meio de contrato com assinatura autógrafa, observando-se que: [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

I - para a emissão de boletos de cobrança, os bancos públicos e privados deverão exigir das instituições sindicais e associativas autorização prévia específica a ser emitida pelo CGSIM; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

II - o descumprimento ao disposto neste parágrafo configurará vantagem ilícita pelo induzimento ao erro em prejuízo do MEI, aplicando-se as sanções previstas em lei. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 5º (VETADO). [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Art. 6º Os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos 3 (três) âmbitos de governo, no âmbito de suas atribuições, deverão manter à disposição dos usuários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos, de forma integrada e consolidada, que permitam pesquisas prévias às etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresários e pessoas jurídicas, de modo a prover ao usuário certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade do registro ou inscrição.

Parágrafo único. As pesquisas prévias à elaboração de ato constitutivo ou de sua alteração deverão bastar a que o usuário seja informado pelos órgãos e entidades competentes:

I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade desejada no local escolhido;

II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização; e

III - da possibilidade de uso do nome empresarial de seu interesse.

Art. 6º. Os requisitos de segurança sanitária, meteorologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, no âmbito de suas competências.

§ 1º Os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas que sejam responsáveis pela emissão de licenças e autorizações de funcionamento somente realizarão vistorias após o início de operação do estabelecimento, quando a atividade, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

§ 2º Os órgãos e entidades competentes definirão, em 6 (seis) meses, contados da publicação desta Lei Complementar, as atividades cujo grau de risco seja considerado alto e que exijam vistoria prévia.

§ 3º Na falta de legislação estadual, distrital ou municipal específica relativa à definição do grau de risco da atividade aplicam-se a resolução do CGSIM. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 4º A classificação de baixo grau de risco permite ao empresário ou à pessoa jurídica a obtenção do licenciamento de atividade mediante o simples fornecimento de dados e a substituição da comprovação prévia do cumprimento de exigências e restrições por declarações do titular ou responsável. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 5º O disposto neste artigo não é impeditivo da inscrição fiscal. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Art. 7º Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, os Municípios emitirão Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro.

Parágrafo único. Nos casos referidos no caput deste artigo, poderá o Município conceder Alvará de Funcionamento Provisório para o microempreendedor individual, para microempresas e para empresas de pequeno porte:

I - instaladas em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária; ou

I - instaladas em área ou edificação desprovidas de regulação fundiária e imobiliária, inclusive habite-se; ou [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

II - em residência do microempreendedor individual ou do titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas.

Art. 38 ~~Será assegurado aos empresários, entidade única de dados cadastrais e de documentos, resguardada a independência das bases de dados e observada a necessidade de informações por parte dos órgãos e entidades que as integram.~~

Art. 38 Será assegurado aos empresários e pessoas jurídicas: *(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

I - entrada única de dados e documentos; *(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

II - processo de registro e legalização integrado entre os órgãos e entes envolvidos, por meio de sistema informatizado que garanta: *(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

a) sequenciamento das seguintes etapas: consulta prévia de nome empresarial e de viabilidade de localização, registro empresarial, inscrições fiscais e licenciamento de atividade; *(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

b) criação da base nacional cadastral única de empresas; *(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

III - identificação nacional cadastral única que corresponderá ao número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. *(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

§ 1º O sistema de que trata o inciso II do caput deve garantir aos órgãos e entidades integrados: *(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

I - compartilhamento integral dos dados da base nacional única de empresas; *(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

II - autonomia na definição das regras para comprovação do cumprimento das exigências nas respectivas etapas do processo. *(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

§ 2º A identificação nacional cadastral única substituirá para todos os efeitos as demais inscrições, sejam elas federais, estaduais ou municipais, após a implantação do sistema a que se refere o inciso II do caput, no prazo e na forma estabelecidos pelo CGSIM. *(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

§ 3º É vedado aos órgãos e entidades integrados ao sistema informatizado de que trata o inciso II do caput o estabelecimento de exigências não previstas em lei. *(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

§ 4º A coordenação do desenvolvimento e da implantação do sistema de que trata o inciso II do caput ficará a cargo do CGSIM. *(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

Art. 39 ~~O registro dos atos constitutivos, de suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão envolvido no registro empresarial e na abertura da empresa, dos 3 (três) âmbitos de governo, ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção.~~

Art. 39 O registro dos atos constitutivos, de suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão dos 3 (três) âmbitos de governo ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção. *(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

§ 1º O arquivamento, nos órgãos de registro, dos atos constitutivos de empresários, de sociedades empresárias e de demais equiparados que se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o arquivamento de suas alterações são dispensados das seguintes exigências:

I - certidão de inexistência de condenação criminal, que será substituída por declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer atividade mercantil ou a administração da sociedade, em virtude de condenação criminal;

II - prova de quitação, regularidade ou inexistência de débito referente a tributo ou contribuição de qualquer natureza;

§ 2º Não se aplica às microempresas e às empresas de pequeno porte o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

§ 3º ~~No caso de existência de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas referidas no caput, o titular, o sócio ou o administrador da microempresa e da empresa de pequeno porte que se encontra em movimento há mais de 12 (doze) meses poderá solicitar a baixa nos registros dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais independentemente do pagamento de débitos tributários, taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nos seus períodos, observado o disposto nos §§ 4º e 5º.~~

§ 3º *(Revogado)* *(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

§ 4º ~~A baixa referida no § 3º não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados impostos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da simples falta de recolhimento ou de prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte ou por seus titulares, sócios ou administradores.~~

§ 4º A baixa do empresário ou da pessoa jurídica não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados tributos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da falta do cumprimento de obrigações ou da prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas pessoas jurídicas ou por seus titulares, sócios ou administradores. *(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

§ 5º ~~A solicitação de baixa na hipótese prevista no § 3º deste artigo importa responsabilidade solidária dos titulares, dos sócios e dos administradores do período de ocorrência dos respectivos fatos geradores.~~

§ 5º A solicitação de baixa do empresário ou da pessoa jurídica importa responsabilidade solidária dos empresários, dos titulares, dos sócios e dos administradores no período da ocorrência dos respectivos fatos geradores. *(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

§ 6º Os órgãos referidos no caput deste artigo terão o prazo de 60 (sessenta) dias para efetivar a baixa nos respectivos cadastros.

§ 7º Ultrapassado o prazo previsto no § 6º deste artigo sem manifestação do órgão competente, presumir-se-á a baixa dos registros das microempresas e das empresas de pequeno porte.

§ 8º ~~Excetuado o disposto nos §§ 3º e 5º deste artigo, na baixa de microempresa ou de empresa de pequeno porte aplica-se às regras de responsabilidade previstas para as demais pessoas jurídicas.~~

§ 9º (Revogado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

§ 9º Para os efeitos do § 5º deste artigo, considera-se sem movimento a microempresa ou a empresa de pequeno porte que não apresente mudança patrimonial e atividade operacional durante todo o ano-calendário.

§ 9º (Revogado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

§ 10. No caso de existência de obrigações tributárias previdenciárias ou trabalhistas principais ou acessórias, o MEI poderá, a qualquer momento, solicitar a baixa nos registros independentemente do pagamento de débitos tributários, taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nos prazos observados e disposto nos §§ 14º e 21º.

§ 10. (Revogado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

§ 11. A baixa referida no § 10 não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados do titular impostos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da simples falta de recolhimento ou de prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pela empresa ou por seu titular.

§ 11. (Revogado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

§ 12. A solicitação de baixa na hipótese prevista no § 10 importa assunção pelo titular das obrigações ali descritas.

§ 12. (Revogado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

Art. 10. Não poderão ser exigidos pelos órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos 3 (três) âmbitos de governo:

I - excetuados os casos de autorização prévia, quaisquer documentos adicionais aos requeridos pelos órgãos executores do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

II - documento de propriedade ou contrato de locação do imóvel onde será instalada a sede, filial ou outro estabelecimento, salvo para comprovação do endereço indicado;

III - comprovação de regularidade de depósitos dos empresários ou pessoas jurídicas com seus órgãos de classe, sob qualquer forma, como requisito para deferimento de ato de inscrição, alteração ou baixa de empresa, bem como para autenticação de instrumento de escrituração.

Art. 11. Fica vedada a instituição de qualquer tipo de exigência de natureza documental ou formal, restritiva ou condicionante, pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos 3 (três) âmbitos de governo, que exceda o estrito limite dos requisitos pertinentes à essência do ato de registro, alteração ou baixa da empresa.

CAPÍTULO IV

DOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

Seção I

Da Instituição e Abrangência

Art. 12. Fica instituído o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Art. 13. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;

II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;

IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

V - Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

VI - Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o [art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#), exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dedique às atividades de prestação de serviços referidas no § 54º C do art. 18 desta Lei Complementar;

VII - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

VIII - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

§ 1º O recolhimento na forma deste artigo não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

I - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;

II - Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros - II;

III - Imposto sobre a Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;

IV - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;

V - Imposto de Renda, relativo aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável;

VI - Imposto de Renda relativo aos ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente;

VII - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMP;

VIII - Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - Contribuição para manutenção da Seguridade Social, relativa ao trabalhador;

X - Contribuição para a Seguridade Social, relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual;

XI - imposto de Renda relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica a pessoas físicas;

XII - Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins e IPI incidentes na importação de bens e serviços;

XIII - ICMS devido;

e) nas operações ou prestações sujeitas ao regime de substituição tributária:

a) nas operações sujeitas ao regime de substituição tributária, tributação concentrada em uma única etapa (monofásica) e sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto com encerramento de tributação, envolvendo combustíveis e lubrificantes; energia elétrica; cigarros e outros produtos derivados do fumo; bebidas; óleos e azeites vegetais comestíveis; farinha de trigo e misturas de farinha de trigo; massas alimentícias; açúcares; produtos lácteos; carnes e suas preparações; preparações à base de cereais; chocolates; produtos de padaria e da indústria de bolachas e biscoitos; sorvetes e preparados para fabricação de sorvetes em máquinas; café e mate, seus extratos, essências e concentrados; preparações para molhos e molhos preparados; preparações de produtos vegetais; mções para animais domésticos; veículos automotivos e automotores, suas peças, componentes e acessórios; pneumáticos; cilindros de ar e protetores de borracha; medicamentos e outros produtos farmacêuticos para uso humano ou veterinário; cosméticos; produtos de perfumaria e de higiene pessoal; papéis; plásticos; canetas e malas; cimentos; cal e argamassas; produtos cerâmicos; vidros; obras de metal e plástico para construção; telhas e caixas d'água; tintas e vernizes; produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos; fios; cabos e outros condutores; transformadores elétricos e reatores; deijuntos; interruptores e tomadas; isoladores; para-raios e lâmpadas; máquinas e aparelhos de ar-condicionado; centrifugadores de uso doméstico; aparelhos e instrumentos de pesagem de uso doméstico; e diftores; aparelhos ou máquinas de barbear; máquinas de cortar o cabelo ou de tosquia; aparelhos de depilar, com motor elétrico incorporado; aquecedores elétricos de água para uso doméstico e termômetros; ferramentas; álcool etílico; sabões em pó e líquidos para roupas; detergentes; alvejantes; esponjas; palhas de aço e amolantes de roupas; venda de mercadorias pelo sistema porta a porta; nas operações sujeitas ao regime de substituição tributária pelas operações anteriores; e nas prestações de serviços sujeitas aos regimes de substituição tributária e de antecipação do recolhimento do imposto com encerramento de tributação; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

b) por terceiro, a que o contribuinte se ache obrigado, por força da legislação estadual ou distrital vigente;

c) na entrada, no território do Estado ou do Distrito Federal, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, bem como energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou industrialização;

d) por ocasião do desembaraço aduaneiro;

e) na aquisição ou manutenção em esto que de mercadoria descoberta de documento fiscal;

f) na operação ou prestação descoberta de documento fiscal;

g) nas operações com bens ou mercadorias sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, nas aquisições em outros Estados e Distrito Federal;

1. com encerramento da tributação, observado o disposto no [inciso IV do § 4º do art. 18 desta Lei Complementar](#);

2. sem encerramento da tributação, hipótese em que será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual, sendo vedada a agregação de qualquer valor;

h) nas aquisições em outros Estados e no Distrito Federal de bens ou mercadorias, não sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

XIV - ISS devido:

a) em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte;

b) na importação de serviços;

XV - demais tributos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, não relacionados nos incisos anteriores.

§ 2º Observada a legislação aplicável, a incidência do imposto de renda na fonte, na hipótese do inciso V do § 1º deste artigo, será definitiva.

§ 3º As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o [art. 249 da Constituição Federal](#), e demais entidades de serviço social autônomo.

§ 4º (VETADO).

§ 5º A diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que tratam as alíneas g e h do inciso XIII do § 1º deste artigo será calculada tomando-se por base as alíquotas aplicáveis às pessoas jurídicas não optantes pelo Simples Nacional.

§ 6º O Comitê Gestor do Simples Nacional:

I - disciplinar a forma e as condições em que será atribuída à microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional a qualidade de substituta tributária; e

II - poderá disciplinar a forma e as condições em que será estabelecido o regime de antecipação do ICMS previsto na alínea g do inciso XIII do § 1º deste artigo.

§ 7º O disposto na alínea a do inciso XIII do § 1º será disciplinado por convênio celebrado pelos Estados e pelo Distrito Federal, ouvidos o CGSN e os representantes dos segmentos econômicos envolvidos. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 8º Em relação às bebidas não alcoólicas, massas alimentícias, produtos lácteos, carnes e suas preparações, preparações à base de cereais, chocolates, produtos de padaria e da indústria de bolachas e biscoitos, preparações para molhos e molhos preparados, preparações de produtos vegetais, telhas e outros produtos cerâmicos para construção e detergentes, aplica-se o disposto na alínea a do inciso XIII do § 1º aos fabricados em escala industrial relevante em cada segmento, observado o disposto no § 7º. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

Art. 14. Consideram-se isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, os valores efetivamente pagos ou distribuídos ao titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, salvo os que correspondem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados.

§ 1º A isenção de que trata o caput deste artigo fica limitada ao valor resultante da aplicação dos percentuais de que trata o [art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995](#), sobre a receita bruta mensal, no caso de antecipação de fonte, ou da receita bruta total anual, tratando-se de declaração de ajuste, subtruído do valor devido na forma do Simples Nacional no período.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica na hipótese de a pessoa jurídica manter escrituração contábil e evidenciar lucro superior àquele limite.

Art. 15. (VETADO).

Art. 16. A opção pelo Simples Nacional da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á na forma a ser estabelecida em ato do Comitê Gestor, sendo irrevogável para todo o exercício fiscal.

§ 1º Para efeito de enquadramento no Simples Nacional, considera-se a microempresa ou empresa de pequeno porte aquela cuja receita bruta no exercício anterior ao da opção esteja compreendida dentro dos limites previstos no art. 3º desta Lei Complementar.

§ 1º-A. A opção pelo Simples Nacional implica a criação de sistema de comunicação eletrônica, destinado, dentre outras finalidades, a:

I - identificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos, incluídos os relativos ao deferimento de opção, à exclusão do regime e às ações fiscais;

II - encaminhar notificações e intimações; e

III - expedir avisos em geral.

§ 1º-B. O sistema de comunicação eletrônica de que trata o § 1º-A será regulamentado pelo CGSN, observando-se o seguinte:

I - as comunicações serão feitas, por meio eletrônico, em portal próprio, dispensando-se a sua publicação no Diário Oficial e o envio por via postal;

II - a comunicação feita na forma prevista no caput será considerada pessoal para todos os efeitos legais;

III - a ciência por meio do sistema de que trata o § 1º-A com utilização de certificação digital ou de código de acesso possuirá os requisitos de validade;

IV - considerará-se realizada a comunicação no dia em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação; e

V - na hipótese do inciso IV, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 1º-C. A consulta referida nos incisos IV e V do § 1º-B deverá ser feita em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da disponibilização da comunicação no portal a que se refere o inciso I do § 1º-B, ou em prazo superior estipulado pelo CGSN, sob pena de ser considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 1º-D. Enquanto não editada a regulamentação de que trata o § 1º-B, os entes federativos poderão utilizar sistemas de comunicação eletrônica, com regras próprias, para as finalidades previstas no § 1º-A, podendo a referida regulamentação prever a adoção desses sistemas como meios complementares de comunicação.

§ 2º A opção de que trata o caput deste artigo deverá ser realizada no mês de janeiro, até o seu último dia útil, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício fiscal da opção, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º A opção produzirá efeitos a partir da data do início de atividade, desde que exercida nos termos, prazo e condições a serem estabelecidos no ato do Comitê Gestor a que se refere o caput deste artigo.

§ 4º Serão consideradas inscritas no Simples Nacional, em 1º de julho de 2007, as microempresas e empresas de pequeno porte regularmente optantes pelo regime tributário de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, salvo as que estiverem impedidas de optar por alguma vedação imposta por esta Lei Complementar.

§ 5º O Comitê Gestor regulamentará a opção eletrônica prevista no § 1º-A deste artigo.

§ 6º O deferimento da opção pelo Simples Nacional será formalizado mediante ato da Administração Tributária segundo regulamentação do Comitê Gestor.

Seção II

Das vedações ao ingresso no Simples Nacional

Art. 17. Não poderão receber os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

I - que explore atividade de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, gerenciamento de ativos (asset management), compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring);

II - que tenha sócio domiciliado no exterior;

III - de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

IV - (REVOGADO);

V - que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

VI - que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros;

VI - que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, exceto quando na modalidade fluvial ou quando possuir características de transporte urbano ou metropolitano ou realize sob fretamento contínuo em área metropolitana para o transporte de estudantes ou trabalhadores; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeitos\)](#)

VII - que seja geradora, transmissora, distribuidora ou comercializadora de energia elétrica;

VIII - que exerça atividade de importação ou fabricação de automóveis e motocicletas;

IX - que exerça atividade de importação de combustíveis;

X - que exerça atividade de produção ou venda no atacado de:

a) cigarros, cigarrilhas, charutos, filtros para cigarros, armas de fogo, munições e pólvoras, explosivos e detonantes;

b) bebidas a seguir descritas:

1 - alcoólicas;

2 - refrigerantes, inclusive águas saborizadas gasificadas;

3 - (REVOGADO) [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

3 - preparações compostas, não alcoólicas (extraos concentrados ou sabores concentrados), para elaboração de bebida refrigerante, com capacidade de diluição de até 10 (dez) partes da bebida para cada parte do concentrado;

3. (Revogado): [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

4 - cervejas sem álcool;

XI - que tenha por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, bem como a que preste serviços de instrutor, de consultor, de despachante ou de qualquer tipo de intermediação de negócios;

XI - (Revogado): [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra;

XIII - que realize atividade de consultoria;

XIII - (Revogado): [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

XIV - que se dedique ao loteamento e à incorporação de imóveis;

XV - que realize atividade de locação de imóveis próprios, exceto quando se referir a prestação de serviços tributados pelo ISS;

XVI - com ausência de inscrição ou com irregularidade em cadastro fiscal federal, municipal ou estadual, quando exigível.

§ 14 As vedações relativas a exercício de atividades previstas no caput deste artigo não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades referidas nos [§§ 6º II e 6º E do art. 18 desta Lei Complementar](#) ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput deste artigo.

I - (REVOGADO);

II - (REVOGADO);

III - (REVOGADO);

IV - (REVOGADO);

V - (REVOGADO);

VI - (REVOGADO);

VII - (REVOGADO);

VIII - (REVOGADO);

IX - (REVOGADO);

X - (REVOGADO);

XI - (REVOGADO);

XII - (REVOGADO);

XIII - (REVOGADO);

XIV - (REVOGADO);

XV - (REVOGADO);

XVI - (REVOGADO);

XVII - (REVOGADO);

XVIII - (REVOGADO);

XIX - (REVOGADO);

XX - (REVOGADO);

XXI - (REVOGADO);

XXII - (VETADO);

XXIII - (REVOGADO);

XXIV - (REVOGADO);

XXV - (REVOGADO);

XXVI - (REVOGADO);

XXVII - (REVOGADO);

XXVIII - (VETADO);

§ 2º Também poderá optar pelo Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que se dedique à prestação de outros serviços que não tenham sido objeto de vedação expressa neste artigo, desde que não incorra em nenhuma das hipóteses de vedação previstas nesta Lei Complementar:

§ 3º (VETADO);

§ 4º Na hipótese do inciso XVI do caput, deverá ser observado, para o ME, o disposto no [art. 4º desta Lei Complementar](#).

Seção III

Das Aliquotas e Base de Cálculo

Art. 18. O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte comercial, optante pelo Simples Nacional, será determinado mediante aplicação da tabela do [Anexo I desta Lei Complementar](#).

Art. 18. O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte, optante pelo Simples Nacional, será determinado mediante aplicação das alíquotas constantes das tabelas dos Anexos I a VI desta Lei Complementar sobre a base de cálculo de que trata o § 3º deste artigo, observado o disposto no § 16º do art. 36. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção da edição\)](#)

§ 14 Para efeito de determinação da alíquota, o sujeito passivo utilizará a receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração.

§ 15 Em caso de início de atividade, os valores de receita bruta acumulada constantes das tabelas dos Anexos I a VI desta Lei Complementar devem ser proporcionais ao número de meses de atividade no período. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção da edição\)](#)

§ 16 Em caso de início de atividade, os valores de receita bruta acumulada constantes das tabelas dos Anexos I a VI desta Lei Complementar devem ser proporcionais ao número de meses de atividade no período. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção da edição\)](#)

§ 17 Sobre a receita bruta auferida no mês incidirá a alíquota determinada na forma do caput e dos §§ 14 e 16 deste artigo, podendo tal incidência se dar, à opção do contribuinte, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, sobre a receita recebida no mês, sendo essa opção irretratável para todo o ano-calendário.

§ 18 O contribuinte deverá considerar, destacadamente, para fim de pagamento:

- I - as receitas decorrentes da venda de mercadorias;
- II - as receitas decorrentes da venda de mercadorias industrializadas pelo contribuinte;
- III - as receitas decorrentes da prestação de serviços, bem como a de locação de bens móveis;
- IV - as receitas decorrentes da venda de mercadorias supostas e substituição tributária e tributação concentrada em uma única etapa (monofásica), bem como, em relação ao ICMS, a antecipação tributária com encasernamento de tributação;
- V - as receitas decorrentes da exportação de mercadorias para o exterior, inclusive as vendas realizadas por meio de comercial-exportadora ou da sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar.

§ 19 O contribuinte deverá considerar, destacadamente, para fim de pagamento, as receitas decorrentes da: [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

I - venda de mercadorias, que serão tributadas na forma do Anexo I desta Lei Complementar. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

II - venda de mercadorias industrializadas pelo contribuinte, que serão tributadas na forma do Anexo II desta Lei Complementar. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

III - prestação de serviços de que trata o § 5º-A-B deste artigo e dos serviços vinculados à locação de bens imóveis e corretagem de imóveis desde que observado o disposto no inciso XV do art. 17, que serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

IV - prestação de serviços de que tratam os §§ 5º-A-C a 5º-A-F e 5º-A-I deste artigo, que serão tributadas na forma prevista naqueles parágrafos; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

V - locação de bens móveis, que serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar, deduzida a parcela correspondente ao ISS; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

VI - atividades com incidência simultânea de IPI e de ISS, que serão tributadas na forma do Anexo II desta Lei Complementar, deduzida a parcela correspondente ao ICMS e acrescida a parcela correspondente ao ISS prevista no Anexo III desta Lei Complementar. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

VII - comercialização de medicamentos e produtos magistrais produzidos por manipulação de fórmulas; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

a) sob encomenda para entrega posterior ao aquirente, em caráter pessoal, mediante prescrições de profissionais habilitados ou indicação pelo farmacêutico, produzidos no próprio estabelecimento após o atendimento inicial, que serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

b) nos demais casos, quando serão tributadas na forma do Anexo I desta Lei Complementar. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 20 A. O contribuinte deverá segregar, também, as receitas: [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

I - decorrentes de operações ou prestações sujeitas à tributação concentrada em uma única etapa (monofásica), bem como, em relação ao ICMS, que o imposto já tenha sido recolhido por substituto tributário ou por antecipação tributária com encasernamento de tributação; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

II - sobre as quais houve retenção de ISS na forma do § 6º deste artigo e § 4º do art. 21 desta Lei Complementar, ou, na hipótese do § 22-A deste artigo, seja devido em valor fixo ao respectivo município; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

III - sujeitas à tributação em valor fixo ou que tenham sido objeto de isenção ou redução de ISS ou de ICMS na forma prevista nesta Lei Complementar; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

IV - decorrentes da exportação para o exterior, inclusive as vendas realizadas por meio de comercial-exportadora ou da sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

V - sobre as quais o IOD seja devido a Município diverso do estabelecimento prestador, quando será recolhido no Simples Nacional. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 21 As atividades industriais serão tributadas na forma do [Anexo II desta Lei Complementar](#).

I - (REVOGADO)

II - (REVOGADO)

III - (REVOGADO)

IV - (REVOGADO)

V - (REVOGADO)

VI - (REVOGADO)

VII - (REVOGADO)

§ 5º A. As atividades de locação de bens móveis serão tributadas na forma do [Anexo III desta Lei Complementar](#), deduzido de alíquota e percentual correspondente ao ICMS previsto nesse Anexo.

§ 5º A. (Revogado) [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeitos\)](#)

§ 5º B. Sem prejuízo do disposto no [§ 1º do art. 17 desta Lei Complementar](#), serão tributadas na forma do [Anexo III desta Lei Complementar](#) as seguintes atividades de prestação de serviços:

I - creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental, escolas técnicas, profissionais e de ensino médio, de línguas estrangeiras, de artes, cursos técnicos e de formação, preparatórios para concursos, gerenciais e escolas livres, exceto as previstas nos incisos II e III do § 5º D deste artigo;

II - agência locadora de veículos;

III - agência de viagem e turismo;

IV - centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;

V - agência lotérica;

VI - (REVOGADO)

VII - (REVOGADO)

VIII - (REVOGADO)

IX - serviços de instalação, de reparos e de manutenção em geral, bem como de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais;

XI - (REVOGADO)

XII - (REVOGADO)

XIII - (REVOGADO)

XIII - transporte municipal de passageiros;

XIV - escritórios de serviços contábeis, observando o disposto nos §§ 22-B e 22-C deste artigo;

XV - produções cinematográficas, audiovisuais, artísticas e culturais, sua exibição ou apresentação, inclusive no caso de música, literatura, artes cênicas, artes visuais, sinematográficas e audiovisuais;

XVI - fisioterapia; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

XVII - coretagem de seguros; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 5º C. Sem prejuízo do disposto no [§ 1º do art. 17 desta Lei Complementar](#), as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no [inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar](#), devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis:

I - construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores;

II - (REVOGADO)

III - (REVOGADO)

IV - (REVOGADO)

V - (REVOGADO)

VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação;

VII - serviços zootécnicos; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 5º D. Sem prejuízo do disposto no [§ 1º do art. 17 desta Lei Complementar](#), as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do [Anexo V desta Lei Complementar](#):

I - cumulativamente administração e locação de móveis de terceiros;

II - administração e locação de imóveis de terceiros; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeitos\)](#)

III - academias de dança, de capoeira, de luta e de artes marciais;

IV - academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;

V - elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;

VI - licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;

VII - planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;

VIII - (REVOGADO)

VIII - (REVOGADO)

IX - empresas montadoras de estandes para feiras;

X - (REVOGADO)

XI - (REVOGADO)

XII - laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica;

XIII - serviços de tomografia, diagnóstico médico por imagem, registros gráficos e métodos óticos, bem como ressonância magnética;

XIV - serviços de prótese em geral.

~~§ 5º E. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços de comunicação e de transportes interestaduais e intermunicipal de cargas serão tributadas na forma do Anexo III, deduzida a parcela correspondente ao ISS e acrescida a parcela correspondente ao ICMS prevista no Anexo I.~~

§ 5º E. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços de comunicação e de transportes interestaduais e intermunicipal de cargas, e de transportes autorizados no inciso VI do caput do art. 17, inclusive na modalidade de frete, serão tributadas na forma do Anexo III, deduzida a parcela correspondente ao ISS e acrescida a parcela correspondente ao ICMS prevista no Anexo I. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

~~§ 5º F. As atividades de prestação de serviços referidas no § 2º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar, salvo se, para alguma dessas atividades, houver previsão expressa de tributação na forma dos Anexos IV, V ou VI desta Lei Complementar.~~

§ 5º F. As atividades de prestação de serviços referidas no § 2º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar, salvo se, para alguma dessas atividades, houver previsão expressa de tributação na forma dos Anexos IV, V ou VI desta Lei Complementar. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

~~§ 5º G. As atividades com incidência simultânea de IPI e de ISS serão tributadas na forma do Anexo II desta Lei Complementar, deduzida a parcela correspondente ao ICMS e acrescida a parcela correspondente ao ISS prevista no Anexo III desta Lei Complementar.~~

§ 5º G. (Revogado) [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 5º H. A vedação de que trata o inciso XII do caput do art. 17 desta Lei Complementar não se aplica às atividades referidas no § 5º C deste artigo.

§ 6º. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as seguintes atividades de prestação de serviços serão tributadas na forma do Anexo VII desta Lei Complementar: [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

I - medicina, inclusive laboratorial e enfermagem; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

II - medicina veterinária; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

III - odontologia; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

IV - psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, acupuntura, fonoaudiologia, clínica de nutrição e de vacinação e bancos de leite; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

V - serviços de comissaria, de despachantes, de tradução e de interpretação; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

VI - arquitetura, engenharia, medição, cartografia, topografia, geologia, geodésia, testes, suporte e análises técnicas e tecnológicas, pesquisa, design, desenho e engenharia; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

VII - representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

VIII - perícia, laudo e avaliação; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

IX - auditoria, economia, consultoria, gestão, organização, controle e administração; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

X - jornalismo e publicidade; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

XI - agendamento, exceto da mão de obra; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

XII - outras atividades do setor de serviços que tenham por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constituam profissão regulamentada ou não, desde que não sujeitas à tributação na forma dos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 6º. No caso dos serviços previstos no § 2º do art. 6º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, prestados pelas microempresas e pelas empresas de pequeno porte, o tomador do serviço deverá reter o montante correspondente na forma da legislação do município onde estiver localizado, observado o disposto no § 2º do art. 21 desta Lei Complementar.

~~§ 7º. A sociedade de propósito específico de que trata o art. 56 desta Lei Complementar que houver adquirido mercadorias de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja sua sócia, bem como a empresa comercial exportadora que houver adquirido mercadorias de empresa optante pelo Simples Nacional, com o fim específico de exportação para o exterior, que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de emissão da nota fiscal pela vendedora, não comprovar o seu embarque para o exterior ficará sujeita ao pagamento de todos os impostos e contribuições que deixarem de ser pagos pela empresa vendedora, acrescidos de juros de mora e multa, de mora ou de ofício, calculados na forma da legislação que reger a cobrança do tributo não pago, aplicável à sociedade de propósito específico ou à própria comercial exportadora.~~

§ 7º. A sociedade de propósito específico de que trata o art. 56 desta Lei Complementar que houver adquirido mercadorias de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja sua sócia, bem como a empresa comercial exportadora que houver adquirido mercadorias de empresa optante pelo Simples Nacional, com o fim específico de exportação para o exterior, que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de emissão da nota fiscal pela vendedora, não comprovar o seu embarque para o exterior ficará sujeita ao pagamento de todos os impostos e contribuições que deixarem de ser pagos pela empresa vendedora, acrescidos de juros de mora e multa, de mora ou de ofício, calculados na forma da legislação relativa à cobrança do tributo não pago, aplicável à sociedade de propósito específico ou à própria comercial exportadora. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 10. Para efeito do disposto no § 7º deste artigo, considera-se vencido o prazo para o pagamento na data em que a empresa vendedora deveria fazê-lo, caso a venda houvesse sido efetuada para o mercado interno.

§ 9º. Relativamente à contribuição patronal previdenciária, devida pela vendedora, a sociedade de propósito específico de que trata o [art. 56 desta Lei Complementar](#) ou a comercial exportadora deverá receber, no prazo previsto no § 8º deste artigo, o valor correspondente a 11% (onze por cento) do valor das mercadorias não exportadas nos termos do § 7º deste artigo.

§ 10. Na hipótese do § 7º deste artigo, a sociedade de propósito específico de que trata o [art. 56 desta Lei Complementar](#) ou a empresa comercial exportadora não poderá deduzir do montante devido qualquer valor a título de crédito de imposto sobre Produtos Industrializados - IPI da Contribuição para o PIS/PASEP ou da COFINS, decorrente da aquisição das mercadorias e serviços objeto da incidência.

§ 11. Na hipótese do § 7º deste artigo, a sociedade de propósito específico ou a empresa comercial exportadora deverá pagar, também, os impostos e contribuições devidos nas vendas para o mercado interno, caso, por qualquer forma, tenham alienado ou utilizado as mercadorias.

§ 12. Na apuração do montante devido no mês relativo a cada tributo, o contribuinte que apure receitas mencionadas nos incisos II e V do § 4º deste artigo terá direito a redução do valor a ser recolhido na forma do Simples Nacional calculada nos termos dos §§ 13 e 14 deste artigo.

§ 12. Na apuração do montante devido no mês relativo a cada tributo, para o contribuinte que apure receitas mencionadas nos incisos I e III e V do § 4º deste artigo, serão consideradas as reduções relativas aos tributos já recolhidos, ou sobre os quais tenha havido tributação monofásica, isenção, redução ou, no caso do ISS, que o valor tenha sido objeto de retenção ou seja devido diretamente ao Município. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 13. Para efeito de determinação da redução de que trata o § 12 deste artigo, as receitas serão discriminadas em comerciais, industriais ou de prestação de serviços na forma dos [Anexos I, II, III, IV, V e VI desta Lei Complementar](#).

§ 13. Para efeito de determinação da redução de que trata o § 12 deste artigo, as receitas serão discriminadas em comerciais, industriais ou de prestação de serviços na forma dos [Anexos I, II, III, IV, V e VI desta Lei Complementar](#). [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 14. A redução no montante a ser recolhido do Simples Nacional no mês relativo aos valores das receitas de que tratamos incisos IV e V do § 4º deste artigo corresponderá:

§ 14. A redução no montante a ser recolhido no Simples Nacional relativo aos valores das receitas decorrentes da exportação de que trata o inciso IV do § 4º deste artigo corresponderá tão somente aos percentuais relativos à Cotrib, à Constituição para o PIS/Pasep, ao IPI, ao ICMS e ao ISS, constantes dos [Anexos I a VI desta Lei Complementar](#). [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

I - no caso de venda de mercadorias:

a) ao percentual que incide sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no [Anexo I desta Lei Complementar](#), relativo à COFINS, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso;

b) ao percentual que incide sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no [Anexo I desta Lei Complementar](#), relativo à Contribuição para o PIS/PASEP, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso;

c) ao percentual que incide sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no [Anexo I desta Lei Complementar](#), relativo ao ICMS, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso;

I - [\(Revogado\)](#). [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 47, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

II - no caso de venda de mercadorias industrializadas pelo contribuinte:

a) ao percentual que incide sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no [Anexo II desta Lei Complementar](#), relativo à COFINS, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso;

b) ao percentual que incide sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no [Anexo II desta Lei Complementar](#), relativo à Contribuição para o PIS/PASEP, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso;

c) ao percentual que incide sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no [Anexo II desta Lei Complementar](#), relativo ao ICMS, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso;

d) ao percentual que incide sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no [Anexo II desta Lei Complementar](#), relativo ao IPI, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso.

II - [\(Revogado\)](#). [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 15. Será disponibilizado sistema eletrônico para realização do cálculo simplificado do valor mensal devido referente ao Simples Nacional.

§ 15-A. As informações prestadas no sistema eletrônico de cálculo de que trata o § 15:

I - tem caráter declaratório, constituindo confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos e contribuições que não tenham sido recolhidos resultantes das informações nele prestadas; e

II - deverão ser fornecidas à Secretaria da Receita Federal do Brasil até o vencimento do prazo para pagamento dos tributos devidos no Simples Nacional em cada mês, imediatamente após a fase geradora no mês, no mês seguinte.

§ 16. Na hipótese do § 13 do art. 3º, a parcela de receita bruta que exceder o montante determinado no § 13 daquele artigo estará sujeita às alíquotas máximas previstas nos [Anexos I a VI desta Lei Complementar](#), proporcionalmente conforme o caso, acrescidas de 20% (vinte por cento).

§ 16. Na hipótese do § 12 do art. 3º, a parcela de receita bruta que exceder o montante determinado no § 12 daquele artigo estará sujeita às alíquotas máximas previstas nos [Anexos I a VI desta Lei Complementar](#), proporcionalmente conforme o caso, acrescidas de 20% (vinte por cento). [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 47, de 2014\)](#)

§ 17-A. O disposto no § 1º aplicase, ainda, à hipótese de que trata o [§ 1º do art. 3º](#), a partir do mês em que ocorrer o encerramento do período de receita bruta anual e até o mês anterior aos efeitos da exclusão.

§ 17. Na hipótese do § 13 do art. 3º, a parcela de receita bruta que exceder os montantes determinados no § 13 daquele artigo estará sujeita, em relação aos percentuais aplicáveis ao ICMS e ao ISS, às alíquotas máximas correspondentes a essas taxas previstas nos [Anexos I e V desta Lei Complementar](#), proporcionalmente conforme o caso, acrescidas de 20% (vinte por cento).

§ 17. Na hipótese do § 13 do art. 3º, a parcela de receita bruta que exceder os montantes determinados no § 13 daquele artigo estará sujeita, em relação aos percentuais aplicáveis ao ICMS e ao ISS, às alíquotas máximas correspondentes a essas taxas previstas nos [Anexos I a VI desta Lei Complementar](#), proporcionalmente conforme o caso, acrescidas de 20% (vinte por cento). [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 17-A. O disposto no § 1º aplicase, ainda, à hipótese de que trata o [§ 1º do art. 3º](#), a partir do mês em que ocorrer o encerramento do período de receita bruta anual e até o mês anterior aos efeitos da exclusão.

§ 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas respectivas competências, poderão estabelecer, na forma definida pelo Comitê Gestor, independentemente da receita bruta recebida no mês pelo contribuinte, valores fixos mensais para o recolhimento do ICMS e do ISS devido por

~~microempresa que auferir receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), ficando a microempresa sujeita a esses valores durante todo o ano-calendário.~~

§ 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito das respectivas competências, poderão estabelecer, na forma definida pelo Comitê Gestor, independentemente da receita bruta recebida no mês pelo contribuinte, valores fixos mensais para o recolhimento do ICMS e do ISS devido por microempresa que auferir receita bruta, no ano-calendário anterior, de até o limite máximo previsto na segunda tabela de receitas brutas anuais constantes dos Anexos I a VI, ficando a microempresa sujeita a esses valores durante todo o ano-calendário, ressalvado o disposto no § 19-A. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 19-A. A microempresa que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta previsto no § 18 fica impedida de recolher o ICMS ou o ISS pela sistemática de valor fixo, a partir do mês subsequente à ocorrência do excesso, sujeitando-se à apuração desses tributos na forma das demais empresas optantes pelo Simples Nacional. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 19. Os valores estabelecidos no § 18 deste artigo não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) do maior recolhimento possível do tributo para a faixa de enquadramento prevista na tabela do caput deste artigo, respeitados os acréscimos decorrentes do tipo de atividade da empresa estabelecidos no § 5º deste artigo.

§ 20. Na hipótese em que o Estado, o Município ou o Distrito Federal concedam isenção ou redução do ICMS ou do ISS devido por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou ainda determine recolhimento de valor fixo para esses tributos, na forma do § 18 deste artigo, será realizada redução proporcional ao ajuste do valor a ser recolhido, na forma definida em resolução do Comitê Gestor.

§ 20-A. A concessão dos benefícios de que trata o § 20 deste artigo poderá ser realizada:

- I - mediante deliberação exclusiva e unilateral do Estado, do Distrito Federal ou do Município concedente;
- II - de modo diferenciado para cada ramo de atividade.

§ 20-B. A União, os Estados e o Distrito Federal poderão, em lei específica destinada à ME ou EPP optantes pelo Simples Nacional, estabelecer isenção ou redução de COFINS, Contribuição para o PIS/PASEP e ICMS para produtos da cesta básica, discriminando a abrangência da sua concessão. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 21. O valor a ser recolhido na forma do disposto no § 20 deste artigo, exclusivamente na hipótese de isenção, não integrará o montante a ser partilhado com o respectivo Município, Estado ou Distrito Federal.

§ 22. (REVOGADO)

§ 22-A. A atividade constante do inciso XIV do § 5º-B deste artigo recolherá o ISS em valor fixo, na forma da legislação municipal.

§ 22-B. Os escritórios e serviços contábeis, individualmente ou por meio de suas entidades representativas de classe, deverão:

I - promover atendimento gratuito relativo à inscrição, à opção de que trata o [art. 18-A desta Lei Complementar](#) e à primeira declaração anual simplificada da microempresa individual, podendo, para tanto, por meio de suas entidades representativas de classe, firmar convênios e acordos com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por intermédio dos seus órgãos vinculados;

II - fornecer, na forma estabelecida pelo Comitê Gestor, resultados de pesquisas quantitativas e qualitativas relativas às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional por eles atendidas;

III - promover eventos de orientação fiscal, contábil e tributária para as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional por eles atendidas.

§ 22-C. Na hipótese de descumprimento das obrigações de que trata o § 22-B deste artigo, o escritório será excluído do Simples Nacional, com efeitos a partir do mês subsequente ao do descumprimento, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

§ 23. Da base de cálculo do ISS será abatido o material fornecido pelo prestador dos serviços previstos nos [itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003](#).

~~§ 24. Para efeito de aplicação do Anexo V desta Lei Complementar, considera-se folha de salários, incluídos encargos, o montante pago, nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração, a título de remunerações a pessoas físicas decorrentes do trabalho, incluídas retidas de pró-labore, e credidos do montante efetivamente recolhido a título de contribuição patronal previdenciária e para o FGTS.~~

§ 24. Para efeito de aplicação dos Anexos V e VI desta Lei Complementar, considera-se folha de salários, incluídos encargos, o montante pago, nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração, a título de remunerações a pessoas físicas decorrentes do trabalho, incluídas retidas de pró-labore, acrescidas do montante efetivamente recolhido a título de contribuição patronal previdenciária e para o FGTS. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 25. Para efeito do disposto no § 24 deste artigo, deverão ser consideradas tão somente as remunerações informadas na forma prevista no [inciso IV do caput do art. 32 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#).

§ 26. Não são considerados, para efeito do disposto no § 24, valores pagos a título de aluguel e de distribuição de lucros, observado o disposto no [§ 1º do art. 14](#).

Art. 18-A. O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo.

§ 1º. Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se MEI o empresário individual a que se refere o [art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#) (Código Civil), que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo.

§ 2º. No caso de início de atividades, o limite de que trata o § 1º será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) multiplicado pelo número de meses compreendido entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário, consideradas as frações de meses como um mês inteiro.

§ 3º. Na vigência da opção pela sistemática de recolhimento prevista no caput deste artigo:

I - não se aplica o disposto no [§ 18 do art. 18 desta Lei Complementar](#);

II - não se aplica a redução prevista no [§ 20 do art. 18 desta Lei Complementar](#) ou qualquer dedução na base de cálculo;

III - não se aplicam as isenções específicas para as microempresas e empresas de pequeno porte concedidas pelo Estado, Município ou Distrito Federal a partir de 1º de julho de 2007 que abrangam integralmente a faixa de receita bruta anual até o limite previsto no § 1º;

IV - a opção pelo enquadramento como Microempreendedor Individual importa opção pelo recolhimento da contribuição referida no [inciso X do § 1º do art. 13 desta Lei Complementar](#), na forma prevista no [§ 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#);

V – o Microempreendedor Individual recolherá, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, valor fixo mensal correspondente à soma das seguintes parcelas:

- a) R\$ 45,65 (quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), a título da contribuição prevista no inciso IV deste parágrafo;
- b) R\$ 1,00 (um real), a título do imposto referido no [inciso VII do caput do art. 13 desta Lei Complementar](#), caso seja contribuinte do ICMS; e
- c) R\$ 5,00 (cinco reais), a título do imposto referido no [inciso VIII do caput do art. 13 desta Lei Complementar](#), caso seja contribuinte do ISS;

VI – sem prejuízo do disposto nos [§§ 1º a 3º do art. 13](#), o MEI terá isenção dos tributos referidos nos incisos I a VI do [caput](#) daquele artigo, ressalvado o disposto no [art. 18-C](#).

§ 4º Não poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no [caput](#) deste artigo o MEI:

I – cuja atividade seja tributada pelos [Anexos IV ou V desta Lei Complementar](#), salvo autorização relativa a exercício de atividade isolada na forma regulamentada pelo Comitê Gestor;

II – cuja atividade seja tributada na forma dos [Anexos V ou VI desta Lei Complementar](#), salvo autorização relativa a exercício de atividade isolada na forma regulamentada pelo CGSN; ([Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014](#)) ([Produção de texto](#));

III – que possua mais de um estabelecimento;

IV – que participe de outra empresa como titular, sócio ou administrador; ou

V – que contrate empregado.

§ 4º-A. Observadas as demais condições deste artigo, poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no [caput](#) o empresário individual que exerça atividade de comercialização e processamento de produtos de natureza extrativista.

§ 4º-B. O CGSN determinará as atividades autorizadas a optar pela sistemática de recolhimento de que trata este artigo, de forma a evitar a fragilização das relações de trabalho, bem como sobre a incidência do ICMS e do ISS.

§ 5º A opção de que trata o [caput](#) deste artigo dar-se-á na forma a ser estabelecida em ato do Comitê Gestor, observando-se que:

I – será irrevogável para todo o ano-calendário;

II – deverá ser realizada no início do ano-calendário, na forma disciplinada pelo Comitê Gestor, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário da opção, ressalvado o disposto no inciso III;

III – produzirá efeitos a partir da data do início de atividade desde que exercida nos termos, prazo e condições a serem estabelecidos em ato do Comitê Gestor a que se refere o [caput](#) deste parágrafo.

§ 6º O desenchamamento da sistemática de que trata o [caput](#) deste artigo será realizado de ofício ou mediante comunicação do MEI.

§ 7º O desenchamamento mediante comunicação do MEI à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB dar-se-á:

I – por opção, que deverá ser efetuada no início do ano-calendário, na forma disciplinada pelo Comitê Gestor, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do ano-calendário da comunicação;

II – obrigatoriamente, quando o MEI incorrer em alguma das situações previstas no § 4º deste artigo, devendo a comunicação ser efetuada até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a situação de vedação, produzindo efeitos a partir do mês subsequente ao da ocorrência da situação impeditiva;

III – obrigatoriamente, quando o MEI exceder, no ano-calendário, o limite de receita bruta previsto no § 1º deste artigo, devendo a comunicação ser efetuada até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu o excesso, produzindo efeitos:

a) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente ao da ocorrência do excesso, na hipótese de não ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento);

b) retroativamente a 1º de janeiro do ano-calendário da ocorrência do excesso, na hipótese de ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento);

IV – obrigatoriamente, quando o MEI exceder o limite de receita bruta previsto no § 2º deste artigo, devendo a comunicação ser efetuada até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu o excesso, produzindo efeitos:

a) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente ao da ocorrência do excesso, na hipótese de não ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento);

b) retroativamente ao início de atividade, na hipótese de ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento).

§ 8º O desenchamamento de ofício dar-se-á quando verificada a falta de comunicação de que trata o § 7º deste artigo.

§ 9º O Empresário Individual desenchamado da sistemática de recolhimento prevista no [caput](#) deste artigo passará a recolher os tributos devidos pela regra geral do Simples Nacional a partir da data de início dos efeitos do desenchamamento, ressalvado o disposto no § 10 deste artigo.

§ 10. Nas hipóteses previstas nas alíneas a dos incisos III e IV do § 7º deste artigo, o MEI deverá recolher a diferença, sem acréscimos, em parcela única, juntamente com a apuração do mês de janeiro do ano-calendário subsequente ao do excesso, na forma a ser estabelecida em ato do Comitê Gestor.

§ 11. O valor referido na alínea a do inciso V do § 3º deste artigo será reajustado, na forma prevista em lei ordinária, na mesma data de reajustamento dos benefícios de que trata a [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#), de forma a manter equivalência com a contribuição de que trata o [§ 28 do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#).

§ 12. Aplica-se ao MEI que tenha optado pela contribuição na forma do § 1º deste artigo o disposto no [§ 6º do art. 55](#) e no [§ 2º do art. 94, ambos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#), exceto se optar pela complementação da contribuição previdenciária a que se refere o [§ 3º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#).

§ 13. O MEI está dispensado, ressalvado o disposto no art. 18-C desta Lei Complementar, de:

I – atender o disposto no [inciso IV do caput do art. 32 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#);

II – apresentar a Relação Anual de Informações Sociais (Rais); e

III – declarar autêntica de fato gerador para a Caixa Econômica Federal para emissão da Certidão de Regularidade Fiscal perante o FGTS.

§ 14. O Comitê Gestor disciplinará o disposto neste artigo.

§ 15. A inadimplência do recolhimento do valor previsto na alínea "a" do inciso V do § 3º tem como consequência a não contagem da competência em atraso para fins de carência para obtenção dos benefícios previdenciários respectivos.

§ 15-A. Ficam autorizados os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a promover a remissão dos débitos decorrentes dos valores previstos nas alíneas b e c do inciso V do § 3º, inadimplidos isolada ou simultaneamente. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 15-B. O MEI poderá ter sua inscrição automaticamente cancelada após período de 12 (doze) meses consecutivos sem recolhimento ou declarações, independentemente de qualquer notificação, devendo a informação ser publicada no Portal do Empreendedor, na forma regulamentada pelo CGSIM. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 16. O CGSN estabelecerá, para o MEI, critérios, procedimentos, prazos e efeitos diferenciados para desenquadramento da sistemática de que trata este artigo, cobrança, inscrição em dívida ativa e exclusão do Simples Nacional.

§ 17. A alteração de dados no CNPJ informada pelo empresário à Secretaria da Receita Federal do Brasil equivalerá à comunicação obrigatória de desenquadramento da sistemática de recolhimento de que trata este artigo, nas seguintes hipóteses:

- I - alteração para natureza jurídica distinta de empresário individual a que se refere o [art. 956 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#) (Código Civil);
- II - inclusão de atividade econômica não autorizada pelo CGSN;
- III - abertura de filial.

§ 18. Os Municípios somente poderão realizar o cancelamento da inscrição do MEI caso tenham regulamentação própria de classificação de risco e o respectivo processo simplificado de inscrição e legalização, em conformidade com esta Lei Complementar e com as resoluções do CGSIM. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 19. Fica vedada a os conselhos representativos de categorias econômicas a exigência de obrigações diversas das estipuladas nesta Lei Complementar para inscrição do MEI em seus quadros, sob pena de responsabilidade. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 20. Os documentos fiscais das microempresas e empresas de pequeno porte poderão ser emitidos diretamente por sistema nacional informatizado e pela internet, sem custos para o empreendedor, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 21. Assegura-se o registro nos cadastros oficiais ao guia de turismo inscrito como MEI. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 22. Fica vedado às concessionárias de serviço público o aumento das tarifas pagas pelo MEI por conta da modificação da sua condição de pessoa física para pessoa jurídica. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 23. (VETADO). [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 24. Aplica-se ao MEI o disposto no inciso XI do § 4º do art. 3º. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Art. 18-B. A empresa contratante de serviços executados por intermédio do MEI mantém, em relação a esta contratação, a obrigatoriedade de recolhimento da contribuição a que se refere o inciso III do [caput](#) e o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o cumprimento das obrigações acessórias relativas à contratação de contribuinte individual. [\(Vide Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

~~§ 1º Aplica-se o disposto no [caput](#) em relação ao MEI que for contratado para prestar serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos.~~

~~§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo exclusivamente em relação ao MEI que for contratado para prestar serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)~~

~~§ 2º O disposto no [caput](#) e no § 1º não se aplica quando presentes os elementos da relação de emprego, ficando a contratante sujeita a todas as obrigações dela decorrentes, inclusive trabalhistas, tributárias e previdenciárias.~~

Art. 18-C. Observado o [art. 18-A](#), e seus parágrafos, desta Lei Complementar, poderá se enquadrar como MEI o empresário individual que possua um único empregado que receba exclusivamente 1 (um) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional.

§ 1º Na hipótese referida no [caput](#), o MEI:

- I - deverá reter e recolher a contribuição previdenciária relativa ao segurado a seu serviço na forma da lei, observados prazo e condições estabelecidos pelo CGSN;
- II - é obrigado a prestar informações relativas ao segurado a seu serviço, na forma estabelecida pelo CGSN; e
- III - está sujeito ao recolhimento da contribuição de que trata o [inciso VI do caput do art. 13](#), calculada à alíquota de 3% (três por cento) sobre o salário de contribuição previsto no [caput](#), na forma e prazos estabelecidos pelo CGSN.

§ 2º Para os casos de afastamento legal do único empregado do MEI, será permitida a contratação de outro empregado, inclusive por prazo determinado, até que cessem as condições de afastamento, na forma estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 3º O CGSN poderá determinar, com relação ao MEI, a forma, a periodicidade e o prazo:

I - de entrega à Secretaria da Receita Federal do Brasil de uma única declaração com dados relacionados a fatos geradores, base de cálculo e valores dos tributos previstos nos arts. 18-A e 18-C, da contribuição para a Seguridade Social descontada do empregado e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e outras informações de interesse do Ministério do Trabalho e Emprego, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Conselho Curador do FGTS, observado o disposto no § 7º do art. 26;

II - do recolhimento dos tributos previstos nos arts. 18-A e 18-C, bem como do FGTS e da contribuição para a Seguridade Social descontada do empregado.

§ 4º A entrega da declaração única de que trata o inciso I do § 3º substituirá, na forma regulamentada pelo CGSN, a obrigatoriedade de entrega de todas as informações, formulários e declarações a que estão sujeitas as demais empresas ou equiparados que contratam empregados, inclusive as relativas ao recolhimento do FGTS, à Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

§ 5º Na hipótese de recolhimento do FGTS na forma do inciso II do § 3º deve-se assegurar a transferência dos recursos e dos elementos identificadores do recolhimento ao gestor desse fundo para crédito na conta vinculada do trabalhador.

§ 6º O documento de que trata o inciso I do § 3º deste artigo tem caráter declaratório, constituindo instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos e das demais tribuições que não tenham sido recolhidas, resultantes das informações nele constantes. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Art. 19-D. A tributação municipal do imposto sobre imóveis prediais urbanos deverá assegurar tratamento mais favorável ao MEI para realização de sua atividade no mesmo local em que residir, mediante aplicação da menor alíquota vigente para aquela localidade, seja residencial ou comercial, nos termos da lei, sem prejuízo de eventual isenção ou imunidade existente. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Art. 19-E. O instituto do MEI é uma política pública que tem por objetivo a formalização de pequenos empreendimentos e a indústria social e previdenciária. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 1º A formalização de MEI não tem caráter eminentemente econômico ou fiscal. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 2º Todo benefício previsto nesta Lei Complementar aplicável à microempresa estende-se ao MEI sempre que lhe for mais favorável. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 3º O MEI é modalidade de microempresa. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 4º É vedado impor restrições ao MEI relativamente ao exercício de profissão ou participação em licitações, em função da sua respectiva natureza jurídica. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

~~Art. 19. Sem prejuízo da possibilidade de adoção de todas as faixas de receita previstas nos Anexos I a V desta Lei Complementar, os Estados poderão optar pela aplicação da sublimite para efeito de recolhimento do ICMS na forma do Simples Nacional em seus respectivos territórios, da seguinte forma:~~

Art. 19. Sem prejuízo da possibilidade de adoção de todas as faixas de receita previstas nos Anexos I a VI desta Lei Complementar, os Estados poderão optar pela aplicação da sublimite para efeito de recolhimento do ICMS na forma do Simples Nacional em seus respectivos territórios, da seguinte forma: [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

I - os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja de até 1% (um por cento) poderão optar pela aplicação, em seus respectivos territórios, das faixas de receita bruta anual até 30% (trinta por cento), ou até 50% (cinquenta por cento), ou até 70% (setenta por cento) do limite previsto no inciso II do caput do art. 3º;

II - os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja de mais de 1% (um por cento) e de menos de 5% (cinco por cento) poderão optar pela aplicação, em seus respectivos territórios, das faixas de receita bruta anual até 50% (cinquenta por cento) ou até 70% (setenta por cento) do limite previsto no inciso II do caput do art. 3º; e

III - os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) ficam obrigados a adotar todas as faixas de receita bruta anual.

§ 1º A participação no Produto Interno Bruto brasileiro será apurada levando em conta o último resultado divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano a que se refere.

§ 2º A opção prevista nos incisos I e II do caput, bem como a obrigatoriedade prevista no inciso III do caput, surtirá efeitos somente para o ano-calendário subsequente, salvo deliberação do CGSN.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se ao Distrito Federal.

Art. 20. A opção feita na forma do art. 19 desta Lei Complementar pelos Estados importará adoção do mesmo limite de receita bruta anual para efeito de recolhimento na forma do ISS dos Municípios nele localizados, bem como para o do ISS devido no Distrito Federal.

§ 1º A empresa de pequeno porte que ultrapassar os limites a que se referem os incisos I ou II do caput do art. 19 estará automaticamente impedida de recolher o ICMS e o ISS na forma do Simples Nacional, a partir do mês subsequente ao que tiver ocorrido o excesso, relativamente aos seus estabelecimentos localizados na unidade da Federação que os houver adotado, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 13 do art. 3º.

§ 1º-A. Os efeitos do impedimento previsto no § 1º ocorrerão no ano-calendário subsequente se o excesso verificado não for superior a 20% (vinte por cento) dos limites referidos.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica na hipótese de o Estado ou de o Distrito Federal adotarem, compulsoriamente ou por opção, a aplicação da faixa de receita bruta superior à que vinha sendo utilizada no ano-calendário em que ocorreu o excesso de receita bruta.

~~§ 3º Na hipótese em que o recolhimento do ICMS ou do ISS não estiver sendo efetuado por meio do Simples Nacional por força do disposto neste artigo e no art. 19 desta Lei Complementar, as faixas de receita do Simples Nacional superiores àquela que tenha sido objeto de opção pelos Estados ou pelo Distrito Federal estarão, para efeito de recolhimento do Simples Nacional, reduzidas à alíquota equivalente aos percentuais relativos a essas faixas constantes dos Anexos I a V desta Lei Complementar, conforme o caso.~~

§ 3º Na hipótese em que o recolhimento do ICMS ou do ISS não esteja sendo efetuado por meio do Simples Nacional por força do disposto neste artigo e no art. 19 desta Lei Complementar, as faixas de receita do Simples Nacional superiores àquela que tenha sido objeto de opção pelos Estados ou pelo Distrito Federal estarão, para efeito de recolhimento do Simples Nacional, reduzidas à alíquota equivalente aos percentuais relativos a essas faixas constantes dos Anexos I a VI desta Lei Complementar, conforme o caso. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 4º O Comitê Gestor regulamentará o disposto neste artigo e no art. 19 desta Lei Complementar.

Seção IV

Do Recolhimento dos Tributos Devidos

Art. 21. Os tributos devidos, apurados na forma dos arts. 8 e 20 desta Lei Complementar, deverão ser pagos:

I - por meio de documento único de arrecadação, instituído pelo Comitê Gestor;

II - (REVOGADO)

III - enquanto não regulamentado pelo Comitê Gestor, até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente àquele a que se refere;

IV - em banco integrante da rede arrecadadora do Simples Nacional, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

§ 1º Na hipótese de a microempresa ou a empresa de pequeno porte possuir filiais, o recolhimento dos tributos do Simples Nacional dar-se-á por intermédio de matriz.

§ 2º Poderá ser adotado sistema simplificado de arrecadação do Simples Nacional, inclusive sem utilização da rede bancária, mediante requerimento do Estado, Distrito Federal ou Município ao Comitê Gestor.

§ 3º O valor não pago até a data do vencimento sujeitar-se-á à incidência de encargos legais na forma prevista na legislação do imposto sobre a renda.

§ 4º A retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no [art. 3º da Lei Complementar nº 118, de 31 de julho de 2003](#), e deverá observar as seguintes normas:

~~I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar, para a faixa de receita bruta que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;~~

~~I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV, V ou VI desta Lei Complementar para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#); [\(Produção de efeito\)](#)~~

~~II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar;~~

~~III - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV, V ou VI desta Lei Complementar; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#); [\(Produção de efeito\)](#)~~

III - na hipótese do inciso II deste parágrafo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere o caput deste parágrafo;

~~V - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que trata o inciso I e II deste parágrafo no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar;~~

~~V - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que trata o inciso I e II deste parágrafo no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV, V ou VI desta Lei Complementar; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#); [\(Produção de efeito\)](#)~~

VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à exigida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, não sendo objeto de partilha com os municípios, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

§ 4-A. Na hipótese de que trata o inciso I e II do § 4º, a falsidade na prestação dessas informações sujeitará o responsável, o titular, os sócios ou os administradores da microempresa e da empresa de pequeno porte, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrerem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária.

§ 5º O CGSN regulará a compensação e a restituição dos valores do Simples Nacional recolhidos indevidamente ou em montante superior ao devido.

§ 6º O valor a ser restituído ou compensado será acrescido de juros obtidos pela aplicação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, a partir do mês subsequente ao do pagamento indevido ou a maior que o devido até o mês anterior ao da compensação ou restituição, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

§ 7º Os valores compensados indevidamente serão exigidos com os acréscimos moratórios de que trata o [art. 36](#).

§ 8º Na hipótese de compensação indevida, quando se comprovar falsidade de declaração apresentada pelo sujeito passivo, o contribuinte estará sujeito à multa isolada aplicada no percentual previsto no [inciso I do caput do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996](#), aplicado em dobro, e terá como base de cálculo o valor total do débito indevidamente compensado.

§ 9º É vedado o aproveitamento de créditos não apurados no Simples Nacional, inclusive de natureza não tributária, para extinção de débitos do Simples Nacional.

§ 10. Os créditos apurados no Simples Nacional não poderão ser utilizados para extinção de outros débitos para com as Fazendas Públicas, salvo por ocasião da compensação de ofício oriunda de deferimento em processo de restituição ou após a exclusão da empresa do Simples Nacional.

§ 11. No Simples Nacional, é permitida a compensação tão somente de créditos para extinção de débitos para com o mesmo ente federado e relativos ao mesmo tributo.

§ 12. Na restituição e compensação no Simples Nacional serão observados os prazos de decadência e prescrição previstos na [Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 \(Código Tributário Nacional\)](#).

§ 13. É vedada a cessão de créditos para extinção de débitos no Simples Nacional.

§ 14. Aplica-se aos processos de restituição e de compensação o rito estabelecido pelo CGSN.

§ 15. Compete ao CGSN fixar critérios, condições para rescisão, prazos, valores mínimos de amortização e demais procedimentos para parcelamento dos recolhimentos em atraso dos débitos tributários apurados no Simples Nacional, observado o disposto no § 3º deste artigo e no art. 35 e ressalvado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 16. Os débitos de que trata o § 1º poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) parcelas mensais, na forma e condições previstas pelo CGSN.

§ 17. O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado, na forma regulamentada pelo CGSN.

§ 18. Será admitido parcelamento de débitos constantes de parcelamento em curso o qual tenha sido rescindido, podendo ser incluídos os novos débitos, na forma regulamentada pelo CGSN.

§ 19. Os débitos constituídos de forma isolada por parte de Estado, do Distrito Federal ou de Município, em face da ausência de aplicativo para lançamento unificado, relativo a tributo de sua competência, que não estiverem inscritos em Dívida Ativa da União, poderão ser parcelados pelo ente responsável pelo lançamento de acordo com a respectiva legislação, na forma regulamentada pelo CGSN.

§ 20. O pedido de parcelamento deferido importa confissão irrevogável do débito e configura confissão extrajudicial.

§ 21. Serão aplicadas na consolidação as reduções das multas de lançamento de ofício previstas na legislação federal, conforme regulamentação do CGSN.

§ 22. O repasse para os entes federados dos valores pagos e da amortização dos débitos parcelados será efetuado proporcionalmente ao valor de cada tributo na composição da dívida consolidada.

§ 23. No caso de parcelamento de débito inscrito em dívida ativa, o devedor pagará custas, emolumentos e demais encargos legais.

§ 24. Implicará imediata rescisão do parcelamento e remessa do débito para inscrição em dívida ativa ou prosseguimento da execução, conforme o caso, a deliberação do CGSN, a falta de pagamento:

- I - de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não; ou
- II - de 1 (uma) parcela, estando pagas todas as demais.

Art. 21-A. A inscrição de microempresa ou empresa de pequeno porte no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal - CADIN, somente ocorrerá mediante notificação prévia com prazo para contestação. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção do texto\)](#)

Art. 21-B. Os Estados e o Distrito Federal deverão observar, em relação ao ICMS, o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contado a partir do primeiro dia do mês do fato gerador da obrigação tributária, para estabelecer a data de vencimento do imposto devido por substituição tributária, tributação concentrada em uma única etapa (monofásica) e por antecipação tributária com ou sem encerramento da tributação nas hipóteses em que a responsabilidade recair sobre operações ou prestações subsequentes, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Seção V

Do Repasse e do Produto da Arrecadação

Art. 22. O Comitê Gestor definirá o sistema de repasses do total arrecadado, inclusive encargos legais, para o:

- I - Município ou Distrito Federal, de valor correspondente ao ISS;
- II - Estado ou Distrito Federal, de valor correspondente ao ICMS;
- III - Instituto Nacional do Seguro Social, de valor correspondente à Contribuição para manutenção da Seguridade Social.

Parágrafo único. Enquanto o Comitê Gestor não regulamentar o prazo para o repasse previsto no inciso II do caput deste artigo, esse será efetuado nos prazos estabelecidos nos convênios celebrados no âmbito do coagido a que se refere a [alínea g do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal](#).

Seção VI

Das Créditos

Art. 23. As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não farão jus à apropriação nem transferência créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.

§ 12. As pessoas jurídicas e aquelas a elas equiparadas pela legislação tributária não optantes pelo Simples Nacional terão direito a crédito correspondente ao ICMS incidente sobre as suas aquisições de mercadorias de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, desde que destinadas à comercialização ou industrialização e observado, como limite, o ICMS efetivamente devido pelas optantes pelo Simples Nacional em relação a essas aquisições.

§ 25. A alíquota aplicável ao cálculo do crédito de que trata o § 12 deste artigo deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ICMS previsto nos [Anexos I ou II desta Lei Complementar](#) para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da operação.

§ 34. Na hipótese de a operação ocorrer no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, a alíquota aplicável ao cálculo do crédito de que trata o § 12 deste artigo corresponderá ao percentual de ICMS referente à menor alíquota prevista nos [Anexos I ou II desta Lei Complementar](#).

§ 44. Não se aplica o disposto nos §§ 12 a 34 deste artigo quando:

- I - a microempresa ou empresa de pequeno porte estiver sujeita à tributação do ICMS no Simples Nacional por valores fixos mensais;
- II - a microempresa ou a empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que trata o § 25 deste artigo no documento fiscal;
- III - houver benefício estabelecido pelo Estado ou Distrito Federal que atribua a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês da operação;
- IV - o remanescente da operação ou prestação considerar, por opção, que a alíquota determinada na forma do [caput e dos §§ 1º e 2º do art. 13 desta Lei Complementar](#) deverá incidir sobre a receita recebida no mês.

§ 54. Mediante deliberação exclusiva e unânime dos Estados e do Distrito Federal, poderá ser concedido às pessoas jurídicas e àqueles a elas equiparadas pela legislação tributária não optantes pelo Simples Nacional crédito correspondente ao ICMS incidente sobre os insumos utilizados nas mercadorias adquiridas de indústria optante pelo Simples Nacional, sendo vedado o estabelecimento de diferenciação no valor do crédito em razão da procedência dessas mercadorias.

§ 64. O Comitê Gestor do Simples Nacional disciplinará o disposto neste artigo.

Art. 24. As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não poderão utilizar ou destinar qualquer valor a título de incentivo fiscal.

Parágrafo único. Não serão consideradas quaisquer alterações em bases de cálculo, alíquotas e percentuais ou outros fatores que alterem o valor de imposto ou contribuição apurado na forma do Simples Nacional, estabelecidas pela União, Estado, Distrito Federal ou Município, exceto as previstas ou autorizadas nesta Lei Complementar.

Seção VII

Das Obrigações Fiscais Acessórias

Art. 25. A microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional deverá apresentar anualmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais, que deverá ser disponibilizada aos órgãos de fiscalização tributária e previdenciária, observados prazo e modelo aprovados pelo CGSN e observado o disposto no [§ 15-A do art. 18](#).

§ 1º A declaração de que trata o caput deste artigo constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos e contribuições que não tenham sido recolhidos resultantes das informações nela prestadas.

§ 2º A situação de inatividade deverá ser informada na declaração de que trata o caput deste artigo, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

§ 3º Para efeito do disposto no § 2º deste artigo, considera-se em situação de inatividade a microempresa ou a empresa de pequeno porte que não apresente mutação patrimonial e atividade operacional durante todo o ano-calendário.

§ 4º A declaração de que trata o caput deste artigo, relativa ao MEI definido no art. 18-A desta Lei Complementar, conterá, para efeito do disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1995, não somente as informações relativas à receita bruta total sujeita ao ICMS, sendo vedada a instituição de declarações adicionais em decorrência da referida Lei Complementar.

§ 5º A declaração de que trata o caput, a partir das informações relativas ao ano-calendário de 2012, poderá ser prestada por meio da declaração de que trata o § 15-A do art. 18 desta Lei Complementar, na periodicidade e prazos definidos pelo CGSN. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Art. 26. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam obrigadas a:

I - emitir documento fiscal de venda ou prestação de serviço, de acordo com instruções expedidas pelo Comitê Gestor;

II - manter em boa ordem e guarda os documentos que fundamentam a apuração dos impostos e contribuições devidos e o cumprimento das obrigações acessórias a que se refere o art. 25 desta Lei Complementar enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes.

§ 1º O MEI fará a comprovação da receita bruta mediante apresentação do registro de vendas ou de prestação de serviços na forma estabelecida pelo CGSN, ficando dispensado da emissão do documento fiscal previsto no inciso I do caput, ressalvadas as hipóteses de emissão obrigatória previstas pelo referido Comitê.

I - (REVOGADO)

II - (REVOGADO)

III - (REVOGADO)

§ 2º As demais microempresas e as empresas de pequeno porte, além do disposto nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão, ainda, manter o livro-razão em que será escriturada sua movimentação financeira e bancária.

§ 3º A exigência de declaração única a que se refere o caput do art. 25 desta Lei Complementar não desobriga a prestação de informações relativas a terceiros.

~~§ 4º As microempresas e empresas de pequeno porte referidas no § 2º deste artigo ficam sujeitas a outras obrigações e acessórias e serem estabelecidas pelo Comitê Gestor, com características nacionalmente uniformes, vedado o estabelecimento de regras unilaterais pelas unidades-pólicas-participes do sistema.~~

§ 4º É vedada a exigência de obrigações tributárias acessórias relativas aos tributos apurados na forma do Simples Nacional além daquelas estipuladas pelo CGSN e atendidas por meio do Portal do Simples Nacional, bem como, o estabelecimento de exigências adicionais e unilaterais pelos entes federativos, exceto os programas de cidadania fiscal. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 4º A. A escrituração fiscal digital ou obrigação equivalente não poderá ser exigida da microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, salvo se, cumulativamente, houver: [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

I - autorização específica do CGSN, que estabelecerá as condições para a obrigatoriedade; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

II - disponibilização por parte da administração tributária estipulante de aplicativo gratuito para uso da empresa optante. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 4º B. A exigência de apresentação de livros fiscais em meio eletrônico aplicar-se-á somente na hipótese de substituição da entrega em meio convencional, cuja obrigatoriedade tenha sido prévia e especificamente estabelecida pelo CGSN. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 4º C. Até a implantação de sistema nacional uniforme estabelecido pelo CGSN com compartilhamento de informações com os entes federados, permanece válida norma publicada por ente federado até o primeiro trimestre de 2014 que tenha veiculado exigência vigente de a microempresa ou empresa de pequeno porte apresentar escrituração fiscal digital ou obrigação equivalente. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 5º As microempresas e empresas de pequeno porte ficam sujeitas à entrega de declaração eletrônica que deva conter os dados referentes aos serviços prestados ou tomados de terceiros, na conformidade do que dispuser o Comitê Gestor.

§ 6º Na hipótese do § 1º deste artigo:

I - deverão ser anexados ao registro de vendas ou de prestação de serviços, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, os documentos fiscais comprobatórios das entradas e mercadorias e serviços tomados referentes ao período, bem como os documentos fiscais relativos às operações ou prestações realizadas eventualmente emitidos;

II - será obrigatória a emissão de documento fiscal nas vendas e nas prestações de serviços realizadas pelo MEI para destinatário cadastrado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), ficando dispensado desta emissão para o consumidor final.

§ 7º Cabe ao CGSN dispor sobre a exigência de certificação digital para o cumprimento de obrigações principais e acessórias por parte da microempresa, inclusive o MEI, ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, inclusive para o recolhimento do FGTS.

§ 8º O CGSN poderá disciplinar sobre a disponibilização, no portal do SIMPLES Nacional, de documento fiscal eletrônico de venda ou de prestação de serviço para o MEI, microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 9º O desenvolvimento e a manutenção das soluções de tecnologia, capacitação e orientação aos usuários relativos ao disposto no § 6º, bem como as demais relativas ao Simples Nacional, poderão ser apoiadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 10. O ato de emissão ou de recebimento de documento fiscal por meio eletrônico estabelecido pelas administrações tributárias, em qualquer modalidade, de entrada, de saída ou de prestação, na forma estabelecida pelo CGSN, representa sua própria escrituração fiscal e elemento suficiente para a fundamentação e a constituição do crédito tributário. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 1º. Os dados dos documentos fiscais de qualquer espécie podem ser compartilhados entre as administrações tributárias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, quando emitidos por meio eletrônico, na forma estabelecida pelo CGSN, a microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional fica desobrigada de transmitir seus dados às administrações tributárias. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 12. As informações a serem prestadas relativas ao ICMS devido na forma prevista nas alíneas a, g e h do inciso XIII do § 1º do art. 13 serão fornecidas por meio de aplicativo único. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 13. Fica estabelecida a obrigatoriedade de utilização de documentos fiscais eletrônicos estabelecidos pelo Confaz nas operações e prestações relativas ao ICMS efetuadas por microempresas e empresas de pequeno porte nas hipóteses previstas nas alíneas a, g e h do inciso XIII do § 1º do art. 13. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 14. Os aplicativos necessários ao cumprimento do disposto nos §§ 12 e 13 deste artigo serão disponibilizados, de forma gratuita, no portal do Simples Nacional. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 15. O CGSN regulamentará o disposto neste artigo. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Art. 27. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor.

Seção VII

Da Exclusão do Simples Nacional

Art. 28. A exclusão do Simples Nacional será feita de ofício ou mediante comunicação das empresas optantes.

Parágrafo único. As regras previstas nesta seção e o modo de sua implementação serão regulamentados pelo Comitê Gestor.

Art. 29. A exclusão de ofício das empresas optantes pelo Simples Nacional dar-se-á quando:

- I - verificada a falta de comunicação de exclusão obrigatória;
- II - for oferecido embargo à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiverem obrigadas, bem como pela não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, registro de atividade que estiverem informadas a quem for, e não observadas hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública;
- III - for oferecida resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde desenvolvem suas atividades ou se encontrem bens de sua propriedade;
- IV - a sua constituição ocorrer por irregularidades;
- V - ter sido constatada prática reiterada de infração ao disposto nesta Lei Complementar;
- VI - a empresa for declarada inapta, na forma dos [arts 81 e 82 da Lei nº 8430, de 27 de dezembro de 1995](#), e alterações posteriores;
- VII - comercializar mercadorias objeto de contrabando ou descaminho;
- VIII - houver falta de escrituração do livro-caixa ou não permitir a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária;
- IX - for constatado que durante o ano-calendário o valor das despesas pagas supera em 20% (vinte por cento) o valor de ingressos de recursos no mesmo período, excluído o ano de início de atividade;
- X - for constatado que durante o ano-calendário o valor das aquisições de mercadorias para comercialização ou industrialização, ressalvadas hipóteses justificadas de aumento de estoque, for superior a 80% (oitenta por cento) dos ingressos de recursos no mesmo período, excluído o ano de início de atividade;
- XI - houver descumprimento reiterado da obrigação contida no [inciso I do caput do art. 26](#);
- XII - omitir de forma reiterada da folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária, trabalhista ou tributária, segurado empregado, trabalhador avulso ou contribuinte individual que lhe preste serviço.

§ 1º Nas hipóteses previstas nos incisos II a XII do caput deste artigo, a exclusão produzirá efeitos a partir do próprio mês em que ocorrida, impedindo a opção pelo regime diferenciado e favorecido desta Lei Complementar pelos próximos 3 (três) anos-calendário seguintes.

§ 2º O prazo de que trata o § 1º deste artigo será elevado para 10 (dez) anos caso seja constatada a utilização de artifício, artígio ou qualquer outro meio fraudulento que induza ou mantenha a fiscalização em erro, com o fim de suprimir ou reduzir o pagamento de tributo apurável segundo o regime especial previsto nesta Lei Complementar.

§ 3º A exclusão de ofício será realizada na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, cabendo o lançamento dos tributos e contribuições apurados aos respectivos períodos tributários.

§ 4º (REVOGADO)

§ 5º A competência para exclusão de ofício do Simples Nacional obedece ao disposto no [art. 33](#), e o julgamento administrativo, ao disposto no art. 39, ambos desta Lei Complementar.

§ 6º Nas hipóteses de exclusão previstas no caput, a notificação:

- I - será efetuada pelo ente federativo que promoveu a exclusão; e
- II - poderá ser feita por meio eletrônico, observada a regulamentação do CGSN.

§ 7º (REVOGADO)

§ 8º A notificação de que trata o § 6º aplica-se ao indeferimento da opção pelo Simples Nacional.

§ 9º Considera-se prática reiterada, para fins do disposto nos incisos V, XI e XII do caput

I - a ocorrência, em 2 (dois) ou mais períodos de apuração, consecutivos ou alternados, de idênticas infrações, inclusive de natureza acessória, verificada em relação aos últimos 5 (cinco) anos-calendário formalizadas por intermédio de auto de infração ou notificação de lançamento; ou

II - a segunda ocorrência de idênticas infrações, caso seja constatada a utilização de artifício, artígio ou qualquer outro meio fraudulento que induza ou mantenha a fiscalização em erro, com o fim de suprimir ou reduzir o pagamento de tributo.

Art. 30. A exclusão do Simples Nacional, mediante comunicação das microempresas ou das empresas de pequeno porte, dar-se-á:

I - por opção;

II - obrigatoriamente, quando elas incorrerem em qualquer das situações de vedação previstas nesta Lei Complementar; ou

III - obrigatoriamente, quando ultrapassado, no ano-calendário de início de atividade, o limite proporcional de receita bruta de que trata o [§ 2º do art. 3º](#);

IV - obrigatoriamente, quando ultrapassado, no ano-calendário, o limite de receita bruta previsto no inciso II do caput do art. 3º, quando não estiver no ano-calendário de início de atividade.

§ 1º A exclusão deverá ser comunicada à Secretaria da Receita Federal:

I - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, até o último dia útil do mês de janeiro;

II - na hipótese do inciso II do caput deste artigo, até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a situação de vedação;

III - na hipótese do inciso III do caput:

a) até o último dia útil do mês seguinte àquele em que tiver ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) o limite proporcional de que trata o [§ 1º do art. 3º](#); ou

b) até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente ao de início de atividades, caso o excesso seja inferior a 20% (vinte por cento) do respectivo limite;

IV - na hipótese do inciso IV do caput:

a) até o último dia útil do mês subsequente à ultrapassagem em mais de 20% (vinte por cento) do limite de receita bruta previsto no [inciso II do caput do art. 3º](#); ou

b) até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente, na hipótese de não ter ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) o limite de receita bruta previsto no [inciso II do caput do art. 3º](#).

§ 2º A comunicação de que trata o caput deste artigo dar-se-á na forma a ser estabelecida pelo Comitê Gestor.

§ 3º A alteração de dados no CNPJ, informada pela ME ou EPP à Secretaria da Receita Federal do Brasil, equivalerá à comunicação obrigatória de exclusão do Simples Nacional nas seguintes hipóteses:

I - alteração de natureza jurídica para Sociedade Anônima, Sociedade Empresária em Comandita por Ações, Sociedade em Conta de Participação ou Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira;

II - inclusão de atividade econômica vedada à opção pelo Simples Nacional;

III - inclusão de sócio pessoa jurídica;

IV - inclusão de sócio domiciliado no exterior;

V - divisão parcial; ou

VI - extinção da empresa.

Art. 31. A exclusão das microempresas ou das empresas de pequeno porte do Simples Nacional produzirá efeitos:

I - na hipótese do [inciso I do caput do art. 30 desta Lei Complementar](#), a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente, ressalvado o disposto no [§ 4º](#) deste artigo;

II - na hipótese do [inciso II do caput do art. 30 desta Lei Complementar](#), a partir do mês seguinte da ocorrência da situação impeditiva;

III - na hipótese do [inciso III do caput do art. 30 desta Lei Complementar](#):

a) desde o início das atividades;

b) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente, na hipótese de não ter ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) o limite proporcional de que trata o [§ 1º do art. 3º](#);

IV - na hipótese do [inciso V do caput do art. 17 desta Lei Complementar](#), a partir do ano-calendário subsequente ao da ciência da comunicação da exclusão;

V - na hipótese do [inciso IV do caput do art. 30](#):

a) a partir do mês subsequente à ultrapassagem em mais de 20% (vinte por cento) do limite de receita bruta previsto no [inciso II do art. 3º](#);

b) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente, na hipótese de não ter ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) o limite de receita bruta previsto no [inciso II do art. 3º](#);

§ 1º Na hipótese prevista no [inciso III do caput do art. 30 desta Lei Complementar](#), a microempresa ou empresa de pequeno porte não poderá optar, no ano-calendário subsequente ao do início de atividades, pelo Simples Nacional.

§ 2º Na hipótese dos [incisos V e XVI do caput do art. 17](#), será permitida a permanência da pessoa jurídica como optante pelo Simples Nacional mediante a comprovação da regularização do débito ou do cadastro fiscal no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da ciência da comunicação da exclusão.

§ 3º O CGSN regulamentará os procedimentos relativos ao impedimento de recolher o ICMS e o ISS na forma do Simples Nacional, em face da ultrapassagem dos limites estabelecidos na forma dos [incisos I ou II do art. 19 e do art. 20](#).

§ 4º No caso de a microempresa ou a empresa de pequeno porte ser excluída do Simples Nacional no mês de janeiro, na hipótese do [inciso I do caput do art. 30 desta Lei Complementar](#), os efeitos da exclusão dar-se-ão nesse mesmo ano.

§ 5º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, uma vez que o motivo da exclusão deixou de existir, havendo a exclusão retroativa de ofício no caso do [inciso I do caput do art. 29 desta Lei Complementar](#), o efeito desta dar-se-á a partir do mês seguinte ao da ocorrência da situação impeditiva, limitado, porém, ao último dia do ano-calendário em que a referida situação deixou de existir.

Art. 32. As microempresas ou as empresas de pequeno porte excluídas do Simples Nacional sujeitar-se-ão, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

§ 14 Para efeitos do disposto no caput deste artigo, na hipótese da alínea a do inciso III do caput do art. 31 desta Lei Complementar, a microempresa ou a empresa de pequeno porte desenquadrada ficará sujeita ao pagamento da totalidade ou diferença dos respectivos impostos e contribuições, devidos de conformidade com as normas gerais de incidência, acrescidos, tão-somente, de juros de mora, quando efetuado antes do início do procedimento de ofício.

§ 24 Para efeito do disposto no caput deste artigo, o sujeito passivo poderá optar pelo recolhimento do imposto de renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na forma do lucro presumido, lucro real trimestral ou anual.

§ 34 Aplica-se o disposto no caput e no § 1º em relação ao ICMS e ao ISS à empresa impedida de recolher esses impostos na forma do Simples Nacional, em face da ultrapassagem dos limites a que se referem os incisos I e II do caput do art. 19, relativamente ao estabelecimento localizado na unidade da federação que os houver adotado.

Seção IX

Da Fiscalização

Art. 33. A competência para fiscalizar o cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao Simples Nacional e para verificar a ocorrência das hipóteses previstas no art. 29 desta Lei Complementar é da Secretaria da Receita Federal e das Secretarias de Fazenda ou de Finanças do Estado ou do Distrito Federal, segundo a localização do estabelecimento, e, tratando-se de prestação de serviços incluídos na competência tributária municipal, a competência será também do respectivo Município.

§ 14 As Secretarias de Fazenda ou Finanças dos Estados poderão celebrar convênio com os Municípios de sua jurisdição para atribuir a estes a fiscalização a que se refere o caput deste artigo.

§ 14 A. Dispensa-se o convênio de que trata o § 1º na hipótese de ocorrência de prestação de serviços sujeita ao ISS por estabelecimento localizado no Município.

§ 14 B. A fiscalização de que trata o caput, após iniciada, poderá abranger todos os demais estabelecimentos da microempresa ou da empresa de pequeno porte, independentemente da atividade por eles exercida ou de sua localização, na forma e condições estabelecidas pelo CGSN.

§ 14 C. As autoridades fiscais de que trata o caput têm competência para efetuar o lançamento de todos os tributos previstos nos incisos I a VIII do art. 11, apurados na forma do Simples Nacional, relativamente a todos os estabelecimentos da empresa, independentemente do ente federado instituidor.

§ 14 D. A competência para autuação por descumprimento de obrigação acessória é privativa da administração tributária perante a qual a obrigação deveria ter sido cumprida.

§ 24 Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte exercer alguma das atividades de prestação de serviços previstas no § 5º C do art. 18 desta Lei Complementar, caberá à Secretaria da Receita Federal do Brasil a fiscalização da Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da empresa, de que trata o art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 34 O valor não pago, apurado em procedimento de fiscalização, será exigido em lançamento de ofício pela autoridade competente que realizou a fiscalização.

§ 44 O Comitê Gestor disciplinará o disposto neste artigo.

Seção X

Da Omissão de Receita

Art. 34. Aplicam-se à microempresa e à empresa de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional todas as presunções de omissão de receita existentes nas legislações de regência dos impostos e contribuições incluídos no Simples Nacional.

Seção XI

Dos Acréscimos Legais

Art. 35. Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no Simples Nacional, as normas relativas aos juros e multa de mora e de ofício previstas para o imposto de renda, inclusive, quando for o caso, em relação ao ICMS e ao ISS.

Art. 36. A falta de comunicação, quando obrigatória, da exclusão da pessoa jurídica do Simples Nacional, nos prazos determinados no § 1º do art. 30 desta Lei Complementar, sujeitará a pessoa jurídica a multa correspondente a 10% (dez por cento) do total dos impostos e contribuições devidos de conformidade com o Simples Nacional no mês que anteceder o início dos efeitos da exclusão, não inferior a R\$ 200,00 (duzentos reais), insuscetível de redução.

Art. 36 A. A falta de comunicação, quando obrigatória, do desenquadramento do microempreendedor individual da sistemática de recolhimento prevista no art. 18 A desta Lei Complementar, nos prazos determinados em seu § 7º sujeitará o microempreendedor individual a multa no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), insuscetível de redução.

Art. 37. A imposição das multas de que trata esta Lei Complementar não exclui a aplicação das sanções previstas na legislação penal, inclusive em relação a declaração falsa, adulteração de documentos e emissão de nota fiscal em desacordo com a operação efetivamente praticada, a que estão sujeitos o titular ou sócio da pessoa jurídica.

Art. 38. O sujeito passivo que deixar de apresentar a Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica a que se refere o art. 25 desta Lei Complementar, no prazo fixado, ou que a apresentar com incorreções ou omissões, será intimado a apresentar declaração original, no caso de não-apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela autoridade fiscal, na forma definida pelo Comitê Gestor, e sujeitar-se-á às seguintes multas:

I - de 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidentes sobre o montante dos tributos e contribuições informados na Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega da declaração ou entrega após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 3º deste artigo;

II - de R\$ 100,00 (cem reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas.

§ 14 Para efeito de aplicação da multa prevista no inciso I do caput deste artigo, será considerado como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo originalmente fixado para a entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não-apresentação, da lavratura do auto de infração.

§ 24 Observado o disposto no § 3º deste artigo, as multas serão reduzidas:

I - à metade, quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício;

II - a 75% (setenta e cinco por cento), se houver a apresentação da declaração no prazo fixado em intimação.

§ 3º A multa mínima a ser aplicada será de R\$ 200,00 (duzentos reais).

§ 4º Considerar-se-á não entregue a declaração que não atender às especificações técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor.

§ 5º Na hipótese do § 4º deste artigo, o sujeito passivo será intimado a apresentar nova declaração, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da intimação, e sujeitar-se-á à multa prevista no inciso I do caput deste artigo, observado o disposto nos §§ 1º a 3º deste artigo.

§ 6º A multa mínima de que trata o § 3º deste artigo a ser aplicada ao Microempreendedor Individual na vigência da opção de que trata o [art. 18-A desta Lei Complementar](#) será de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 38-A. O sujeito passivo que deixar de prestar as informações no sistema eletrônico de cálculo de que trata o [§ 1º do art. 15](#), no prazo previsto no § 15-A do mesmo artigo, ou que as prestar com incorreções ou omissões, será intimado a fazê-lo, no caso de não apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela autoridade fiscal, na forma definida pelo CGSN, e sujeitar-se-á às seguintes multas, para cada mês de referência:

I - de 2% (dois por cento) ou mensalmente ou fração, a partir do primeiro dia do quarto mês do ano subsequente à ocorrência dos fatos geradores, incidentes sobre o montante dos impostos e contribuições decorrentes das informações prestadas no sistema eletrônico de cálculo de que trata o [§ 1º do art. 15](#), ainda que integralmente pago, no caso de ausência de prestação de informações ou sua efetuação após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 2º deste artigo; e

II - de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas.

§ 1º Para efeito de aplicação da multa prevista no inciso I do caput, será considerado como termo inicial o primeiro dia do quarto mês do ano subsequente à ocorrência dos fatos geradores e como termo final a data da efetiva prestação ou, no caso de não prestação, da lavratura do auto de infração.

§ 2º A multa mínima a ser aplicada será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada mês de referência.

§ 3º Aplicam-se os dispositivos deste artigo e disposto nos [§§ 2º, 4º e 5º do art. 38](#).

§ 4º O CGSN poderá estabelecer data posterior à prevista no inciso I do caput e no § 1º.

Art. 38-B. As multas relativas à falta de prestação ou à incorreção no cumprimento de obrigações acessórias para com os órgãos e entidades federais, estaduais, distritais e municipais, quando em valor fixo ou mínimo, e na ausência de previsão legal de valores específicos e mais favoráveis para MEI, microempresa ou empresa de pequeno porte, terão redução de: [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

I - 90% (noventa por cento) para os MEI: [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

II - 50% (cinquenta por cento) para as microempresas ou empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

Parágrafo único. As reduções de que tratam os incisos I e II do caput não se aplicam na: [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

I - hipótese de fraude, resistência ou embaraço à fiscalização; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

II - ausência de pagamento da multa no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

Seção XII

Do Processo Administrativo Fiscal

Art. 39. O contencioso administrativo relativo ao Simples Nacional será de competência do órgão julgador integrante da estrutura administrativa do ente federativo que efetuar o lançamento, o indeferimento da opção ou a exclusão de crédito, observados os dispositivos legais atinentes aos processos administrativos fiscais desse ente.

§ 1º O Município poderá, mediante convênio, transferir a atribuição de julgamento exclusivamente ao respectivo Estado em que se localiza.

§ 2º No caso em que o contribuinte do Simples Nacional exera atividades incluídas no campo de incidência do ICMS e do ISS e seja apurada omissão ou recusa de que não se consiga identificar a origem, a situação será feita utilizando a maior alíquota prevista nesta Lei Complementar, e a parcela auferida que não seja correspondente aos tributos e contribuições federais será rateada entre Estados e Municípios ou Distrito Federal.

§ 3º Na hipótese referida no § 2º deste artigo, o julgamento caberá ao Estado ou ao Distrito Federal.

§ 4º A intimação eletrônica dos atos do contencioso administrativo observará o disposto nos [§§ 1º a 1º do art. 16](#).

§ 5º A impugnação relativa ao indeferimento da opção ou à exclusão poderá ser decidida em órgão diverso do previsto no caput, na forma estabelecida pela respectiva administração tributária.

§ 6º Na hipótese prevista no § 5º, o CGSN poderá disciplinar procedimentos e prazos, bem como, no processo de exclusão, prever efeito suspensivo na hipótese de apresentação de impugnação, defesa ou recurso.

Art. 40. As consultas relativas ao Simples Nacional serão solucionadas pela Secretaria da Receita Federal, salvo quando se referirem a tributos e contribuições de competência estadual ou municipal, que serão solucionadas conforme a respectiva competência tributária, na forma disciplinada pelo Comitê Gestor.

Seção XIII

Do Processo Judicial

Art. 41. Os processos relativos a impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional serão ajuizados em face da União, que será representada em juízo pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto no § 5º deste artigo.

§ 1º Os Estados, Distrito Federal e Municípios prestarão auxílio à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em relação aos tributos de sua competência, na forma a ser disciplinada por ato do Comitê Gestor.

§ 2º Os créditos tributários oriundos da aplicação desta Lei Complementar serão apurados, inscritos em Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto no inciso V do § 5º deste artigo.

§ 3º Mediante convênio, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá delegar aos Estados e Municípios a inscrição em dívida ativa estadual e municipal e a cobrança judicial dos tributos estaduais e municipais a que se refere esta Lei Complementar.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo aos impostos e contribuições que não tenham sido recolhidos resultantes das informações prestadas:

I - no sistema eletrônico de cálculo dos valores devidos no Simples Nacional de que trata o [§ 15 do art. 18](#);

II - na declaração a que se refere o [art. 25](#);

§ 4º Parágrafo único do disposto no caput deste artigo:

I - os mandados de segurança nos quais se impugnem atos de autoridade coatora pertencente a Estado, Distrito Federal ou Município;

II - as ações que tenham exclusivamente de tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, as quais serão propostas em face desses entes federativos, e apresentadas em juízo por suas respectivas procuradorias;

III - as ações promovidas na hipótese de celebração do convênio de que trata o § 3º deste artigo;

IV - o crédito tributário decorrente de auto de infração lavrado exclusivamente em face de descumprimento de obrigação acessória, o observado o disposto no [§ 1º, II do art. 32](#);

~~V - o crédito tributário relativo ao ICMS e ao ISS de que trata o [§ 14 do art. 18-A](#);~~

V - o crédito tributário relativo ao ICMS e ao ISS de que tratam as alíneas b e c do inciso V do § 3º do art. 18-A desta Lei Complementar. [Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014](#)

CAPÍTULO IV DO ACESSO AOS MERCADOS Seção única Das Aquisições Públicas

CAPÍTULO V [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

DO ACESSO AOS MERCADOS

Seção I

Das Aquisições Públicas

Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte será exigida para efeito de assinatura do contrato.

Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

~~§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.~~

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 2º A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [art. 31 da Lei nº 8.989, de 21 de junho de 1995](#), sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou renegociar a licitação.

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de preço, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 45. Para efeito do disposto no [art. 44 desta Lei Complementar](#), ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora no certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos [§§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar](#), na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos [§§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar](#), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º No caso de preço, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

Art. 46. A microempresa e a empresa de pequeno porte titular de direitos creditórios decorrentes de empenhos liquidados por órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Município não pagu em até 30 (trinta) dias úteis da data da liquidação poderão emitir certidão de crédito e executar judicialmente.

Parágrafo único. A cédula de crédito microempresarial é título de crédito regido, subsidiariamente, pela legislação prevista para as cédulas de crédito comercial, tendo como lastro o empenho do poder público, cabendo ao Poder Executivo sua regulamentação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta Lei Complementar. [\(Revogado pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Art. 47. Nas contratações públicas da União, dos Estados e dos Municípios, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, desde que previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente.

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública poderá realizar processo licitatório:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

I - destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

II - em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado;

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

III - em que se estabeleça cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível;

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 18. O valor licitado por meio do disposto neste artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil.

§ 14. [\(Revogado\)](#); [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 24. Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 24. Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar quando:

I - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não foram expressamente previstos no instrumento convocatório;

I - [\(Revogado\)](#); [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#); [\(Produção de efeito\)](#)

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento como ofertor;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Seção II

[\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Acesso ao Mercado Externo

Art. 49-A. A microempresa e a empresa de pequeno porte beneficiárias do SIMPLES usufruído de regime de exportação que contemplará procedimentos simplificados de habilitação, licenciamento, despacho aduaneiro e câmbio, na forma do regulamento. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Parágrafo único. As pessoas jurídicas prestadoras de serviço de logística internacional quando contratadas por beneficiários do SIMPLES estão autorizadas a realizar atividades relativas a licenciamento administrativo, despacho aduaneiro, consolidação e desconsolidação de carga, bem como a contratação de seguro, câmbio, transporte e armazenagem de mercadorias, objeto da prestação do serviço, na forma do regulamento. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

CAPÍTULO VI

DA SIMPLIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Seção I

Da Segurança e da Medicina do Trabalho

Art. 50. As microempresas e as empresas de pequeno porte serão estimuladas pelo poder público e pelos Serviços Sociais Autônomos a formar consórcios para acesso a serviços especializados em segurança e medicina do trabalho.

Seção II

Das Obrigações Trabalhistas

Art. 51. As microempresas e as empresas de pequeno porte são dispensadas:

- I - da elaboração de Quadro de Trabalho em suas dependências;
- II - da anotação das férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro;
- III - de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem;
- IV - da posse do livro intitulado "Inspeção do Trabalho"; e
- V - de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas.

Art. 52. O disposto no [art. 51 desta Lei Complementar](#) não dispensa as microempresas e as empresas de pequeno porte dos seguintes procedimentos:

- I - anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;
- II - arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto não prescreverem essas obrigações;
- III - apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP;
- IV - apresentação das Relações Anuais de Empregados e da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 53. (REVOGADO)

Seção III

Do Acesso à Justiça do Trabalho

Art. 54. É facultado ao empregador de microempresa ou de empresa de pequeno porte fazer-se substituir ou representar perante a Justiça do Trabalho por terceiro que conheça dos fatos, ainda que não possua vínculo trabalhista ou societário.

CAPÍTULO VII

DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

~~Art. 55. A fiscalização, no que se refere aos aspectos trabalhista, metroológico, sanitário, ambiental e de segurança das microempresas e empresas de pequeno porte, deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.~~

Art. 55. A fiscalização, no que se refere aos aspectos trabalhista, metroológico, sanitário, ambiental, de segurança e de uso e ocupação do solo das microempresas e empresas de pequeno porte, deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 1º. Será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada infração por falta de registro de empregado ou anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, ou, ainda, na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

§ 2º. (VETADO).

§ 3º. Os órgãos e entidades competentes definidos, em 12 (doze) meses, as atividades e situações cujo grau de risco seja considerado alto, as quais não se sujeitam ao disposto neste artigo.

§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica ao processo administrativo fiscal relativo a tributos, que se dará na forma dos [arts. 39 e 40 desta Lei Complementar](#).

§ 5º. O disposto no § 1º aplica-se à lavratura de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias relativas às matérias do **caput**, inclusive quando previsto seu cumprimento de forma unificada com matéria de outra natureza, exceto a trabalhista. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 6º. A inobservância do critério de dupla visita implica nulidade do auto de infração lavrado sem cumprimento ao disposto neste artigo, independentemente da natureza principal ou acessória da obrigação. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 7º. Os órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal deverão observar o princípio do tratamento diferenciado, simplificado e favorável por ocasião da fixação de valores, devolução de multas e demais sanções administrativas. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 8º. A inobservância do disposto no **caput** deste artigo implica atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional da atividade empresarial. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 9º. O disposto no **caput** deste artigo não se aplica a infrações relativas à ocupação irregular da reserva de faixa não edificável, de área destinada a equipamentos urbanos, de áreas de preservação permanente e nas faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutovias ou de vias e logradouros públicos. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

CAPÍTULO VIII

DO ASSOCIATIVISMO

Seção Única

Da Sociedade de Propósito Específico formada por Microempresas e Empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional

~~Art. 56. As microempresas ou as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão realizar negócios de compra e venda de bens, para os mercados nacional e internacional, por meio de sociedade de propósito específico nos termos e condições estabelecidos pelo Poder Executivo Federal.~~

Art. 56. As microempresas ou as empresas de pequeno porte poderão realizar negócios de compra e venda de bens e serviços para os mercados nacional e internacional, por meio de sociedade de propósito específico, nos termos e condições estabelecidos pelo Poder Executivo federal. [\[Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\]](#)

§ 1º Não poderão integrar a sociedade de que trata o caput deste artigo pessoas jurídicas não optantes pelo Simples Nacional.

§ 2º A sociedade de propósito específico de que trata este artigo:

I - terá seus atos arquivados no Registro Público de Empresas Mercantis;

II - terá por finalidade realizar:

a) operações de compra para revenda às microempresas ou empresas de pequeno porte que sejam suas sócias

b) operações de venda de bens adquiridos das microempresas e empresas de pequeno porte que sejam suas sócias para pessoas jurídicas que não sejam suas sócias;

III - poderá exercer atividades de promoção dos bens referidos na alínea b do inciso II deste parágrafo;

IV - apurará o imposto de renda das pessoas jurídicas com base no lucro real, devendo manter a escrituração dos livros Diário e Razão;

V - apurará a Cofins e a Contribuição para o PIS/Pasep de modo não cumulativo;

VI - exportará, exclusivamente, bens a ela destinados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que dela façam parte;

VII - será constituída como sociedade limitada;

VIII - deverá, nas vendas às microempresas ou empresas de pequeno porte que sejam suas sócias, observar preço no mínimo igual ao das aquisições realizadas para revenda; e

IX - deverá, nas vendas de bens adquiridos de microempresas ou empresas de pequeno porte que sejam suas sócias, observar preço no mínimo igual ao das aquisições desses bens.

§ 3º A aquisição de bens destinados à exportação pela sociedade de propósito específico não gera direito a créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.

§ 4º A microempresa ou a empresa de pequeno porte não poderá participar simultaneamente de mais de uma sociedade de propósito específico de que trata este artigo.

§ 5º A sociedade de propósito específico de que trata este artigo não poderá:

I - ser filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

II - ser constituída sob a forma de cooperativas, inclusive de consumo;

III - participar do capital de outra pessoa jurídica;

IV - exercer atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguro privado e de capitalização ou de previdência complementar;

V - ser resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

VI - exercer a atividade vedada às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.

§ 6º A inobservância do disposto no § 4º deste artigo acarretará a responsabilidade solidária das microempresas ou empresas de pequeno porte sócias da sociedade de propósito específico de que trata este artigo na hipótese em que seus titulares, sócios ou administradores conhecessem ou devessem conhecer a inobservância.

§ 7º O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo até 31 de dezembro de 2008.

CAPÍTULO IX

DO ESTÍMULO AO CRÉDITO E À CAPITALIZAÇÃO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 57. O Poder Executivo federal proporá, sempre que necessário, medidas no sentido de melhorar o acesso das microempresas e empresas de pequeno porte aos mercados de crédito e de capitais, objetivando a redução do custo de transação, a elevação da eficiência alocativa, o incentivo ao ambiente concorrencial e a qualidade do conjunto informacional, em especial o acesso e portabilidade das informações cadastrais relativas ao crédito.

Art. 58. Os bancos comerciais públicos e os bancos múltiplos públicos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal manterão linhas de crédito específicas para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, devendo o montante disponível e suas condições de acesso ser expressos nos respectivos orçamentos e amplamente divulgados.

Parágrafo único. As instituições mencionadas no caput deste artigo deverão publicar, juntamente com os respectivos balanços, relatório circunstanciado dos recursos alocados às linhas de crédito referidas no caput deste artigo e aqueles efetivamente utilizados, consignando, obrigatoriamente, as justificativas do desempenho alcançado.

§ 2º O acesso às linhas de crédito específicas previstas no caput deste artigo deverá ter tratamento simplificado e ágil, com divulgação ampla das respectivas condições e exigências. [\[Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\]](#)

Art. 58-A. Os bancos públicos e privados não poderão contabilizar, para cumprimento de metas, empréstimos realizados a pessoas físicas, ainda que sócias de empresas, como disponibilização de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte. [\[Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\]](#)

Art. 59. As instituições referidas no caput do art. 58 desta Lei Complementar devem se articular com as respectivas entidades de apoio e representação das microempresas e empresas de pequeno porte, no sentido de proporcionar e desenvolver programas de treinamento, desenvolvimento gerencial e capacitação tecnológica.

Art. 60. (VETADO)

Art. 60-A. Poderá ser instituído Sistema Nacional de Garantias de Crédito pelo Poder Executivo, com o objetivo de facilitar o acesso das microempresas e empresas de pequeno porte a crédito e demais serviços das instituições financeiras, o qual, na forma de regulamento, proporcionará a elas tratamento diferenciado, favorecido e simplificado, sem prejuízo de atendimento a outros públicos-alvo.

Parágrafo único. O Sistema Nacional de Garantias de Crédito integrará o Sistema Financeiro Nacional.

Art. 60-B. Os fundos gerentes de risco de crédito empresarial que possuam participação da União na composição do seu capital atendido, sempre que possível, as operações de crédito que envolvam microempresas e empresas de pequeno porte, definidas na forma do art. 3º desta Lei. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Art. 60-C. (VETADO). [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Art. 61. Para fins de apoio creditício às operações de comércio exterior das microempresas e das empresas de pequeno porte, serão utilizados os parâmetros de enquadramento ou outros instrumentos de alta significância para as microempresas, empresas de pequeno porte exportadoras segundo o porte de empresas, aprovados pelo Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

Seção II

Das Responsabilidades do Banco Central de Brasil

~~Art. 62. O Banco Central de Brasil poderá disponibilizar dados e informações para as instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, inclusive por meio do Sistema de Informações de Crédito - SICR, visando a ampliar o acesso ao crédito para microempresas e empresas de pequeno porte e fomentar a competição bancária.~~

Art. 62. O Banco Central de Brasil disponibilizará dados e informações das instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, inclusive por meio do Sistema de Informações de Crédito - SICR, de modo a ampliar o acesso ao crédito para microempresas e empresas de pequeno porte e fomentar a competição bancária. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 1º O disposto no caput deste artigo alcança a disponibilização de dados e informações específicas relativas ao histórico de relacionamento bancário e creditício das microempresas e das empresas de pequeno porte, apenas aos próprios titulares.

§ 2º O Banco Central de Brasil poderá garantir o acesso simplificado, favorecido e diferenciado dos dados e informações constantes no § 1º deste artigo aos seus respectivos interessados, podendo a instituição optar por realizá-lo por meio das instituições financeiras, com as quais o próprio cliente tenha relacionamento.

Seção III

Das Condições de Acesso aos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

Art. 63. O CODEFAT poderá disponibilizar recursos financeiros por meio da criação de programa específico para as cooperativas de crédito de cujos quadros de cooperados participem microempreendedores, empreendedores de microempresa e empresa de pequeno porte bem como suas empresas.

Parágrafo único. Os recursos referidos no caput deste artigo deverão ser destinados exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte.

CAPÍTULO X

DO ESTÍMULO À INOVAÇÃO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 64. Para os efeitos desta Lei Complementar considera-se:

I - inovação: a concepção de um novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando em maior competitividade no mercado;

II - agência de fomento: órgão ou instituição de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;

III - instituição científica e tecnológica - ICT: órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico;

IV - núcleo de inovação tecnológica: núcleo ou órgão constituído por uma ou mais ICT com a finalidade de gerir sua política de inovação;

V - instituição de apoio: instituições criadas sob o amparo da [Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994](#), com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico;

VI - instrumentos de apoio tecnológico para a inovação: qualquer serviço disponibilizado presencialmente ou na internet que possibilite acesso a informações, orientações, bancos de dados de soluções de informações, respostas técnicas, pesquisas e atividades de apoio complementar desenvolvidas pelas instituições previstas nos incisos II a V deste artigo. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Seção II

Do Apoio à Inovação

Art. 65. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e as respectivas agências de fomento, as ICT, os núcleos de inovação tecnológica e as instituições de apoio manterão programas específicos para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive quando estas revestirem a forma de incubadoras, observando-se o seguinte:

I - as condições de acesso serão diferenciadas, favorecidas e simplificadas;

II - o montante disponível e suas condições de acesso deverão ser expressos nos respectivos orçamentos e amplamente divulgados.

§ 1º As instituições deverão publicar, juntamente com as respectivas prestações de contas, relatório circunstanciado das estratégias para maximização da participação do segmento, assim como dos recursos alocados às ações referidas no caput deste artigo e aqueles efetivamente utilizados, consignando, obrigatoriamente, as justificativas do desempenho alcançado no período.

§ 2º As pessoas jurídicas referidas no caput deste artigo terão por meta a aplicação de, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos recursos destinados à inovação para o desenvolvimento de tal atividade nas microempresas ou nas empresas de pequeno porte.

~~§ 3º Os órgãos e entidades integrantes da administração pública federal atuantes em pesquisa, desenvolvimento ou inovação tecnológica terão por meta efetuar suas aplicações, no percentual mínimo fixado no § 2º deste artigo, em programas e projetos de apoio às microempresas ou às empresas de~~

pequeno porte, transmitindo ao Ministério da Ciência e Tecnologia, no primeiro trimestre de cada ano, informação relativa aos valores alocados e a respectiva relação percentual em relação ao total dos recursos destinados para esse fim.

§ 34. Os órgãos e entidades integrantes da administração pública federal, estadual e municipal atuantes em pesquisa, desenvolvimento ou capacitação tecnológica terão por meta efetivar suas aplicações, no percentual mínimo fixado neste artigo, em programas e projetos de apoio às microempresas ou às empresas de pequeno porte, transmitindo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no primeiro trimestre de cada ano, informação relativa aos valores alocados e a respectiva relação percentual em relação ao total dos recursos destinados para esse fim. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

§ 44. Ficam autorizados a reduzir a 0 (zero) as alíquotas dos impostos e contribuições a seguir indicados, incidentes na aquisição, ou importação, de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, acessórios, sobressalentes e ferramentas que os acompanhem, na forma definida em regulamento, quando adquiridos, ou importados, diretamente por microempresas ou empresas de pequeno porte para incorporação ao seu ativo imobilizado:

- I - a União, em relação ao IPI, à Cofins, à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins-Importação e à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e
- II - os Estados e o Distrito Federal, em relação ao ICMS.

§ 54. A microempresa ou empresa de pequeno porte, adquirente de bens com o benefício previsto no § 44 deste artigo, nas condições, nas hipóteses previstas em regulamento, a recolher os impostos e contribuições que deixaram de ser pagos, acrescidos de juros e multa, de mora ou de ofício, contados a partir da data da aquisição, no mercado interno, ou do registro da declaração de importação - DI, calculados na forma da legislação que rege a cobrança do tributo não pago.

§ 64. Para efeito da execução do orçamento previsto neste artigo, os órgãos e instituições poderão alocar os recursos destinados à criação e ao custeio de ambientes de inovação, incluindo incubadoras, parques e centros vocacionais tecnológicos, laboratórios metrologicos, de ensaio, de pesquisa ou apoio ao treinamento, bem como custeio de bolsas de extensão e remuneração de professores, pesquisadores e agentes envolvidos nas atividades de apoio tecnológico complementar. [\(Incluída pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Art. 66. No primeiro trimestre do ano subsequente, os órgãos e entidades a que alude o [art. 51 desta Lei Complementar](#) transmitirão ao Ministério da Ciência e Tecnologia relatório circunstanciado dos projetos realizados, compreendendo a análise do desempenho alcançado.

Art. 67. Os órgãos congêneres ao Ministério da Ciência e Tecnologia e estaduais e municipais deverão elaborar e divulgar relatório anual indicando o valor dos recursos recebidos, inclusive por transferência de terceiros, que foram aplicados diretamente ou por organizações vinculadas, por Fundos Setoriais e outros, no segmento das microempresas e empresas de pequeno porte, retratando e avaliando os resultados obtidos e indicando as previsões de ações e metas para ampliação de sua participação no exercício seguinte.

CAPÍTULO XI

DAS REGRAS CÍVIS E EMPRESARIAIS

Seção I

Das Regras Cívis

Subseção I

Do Pequeno Empresário

Art. 68. Considera-se pequeno empresário, para efeito de aplicação do disposto nos [arts. 973 e 1.179 da Lei nº 10.406, de 10 de março de 2002 \(Código Civil\)](#), o empresário individual caracterizado como microempresa na forma desta Lei Complementar que atinja receita bruta anual até o limite previsto no [§ 1º do art. 18-A](#).

Subseção II

(VETADO)

Art. 69. (VETADO)

Seção II

Das Federações Sociais e da Federação Organizacional

Art. 70. As microempresas e as empresas de pequeno porte são desobrigadas da realização de reuniões e assembleias em qualquer das situações previstas na legislação civil, as quais serão substituídas por deliberação representativa do primeiro número inteiro a partir da metade do capital social.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica caso haja disposição contrária em contrato, caso ocorra hipótese de justa causa que enseje a exclusão de sócio ou caso um ou mais sócios ponham em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade.

§ 2º Nos casos referidos no § 1º deste artigo, realizar-se-á reunião ou assembleia de acordo com a legislação civil.

Art. 71. Os empresários e as sociedades de que trata esta Lei Complementar, nos termos da legislação civil, ficam dispensados da publicação de qualquer ato societário.

Seção III

Do Nome Empresarial

Art. 72. As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos da legislação civil, acrescentarão à sua firma ou denominação as expressões "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte", ou suas respectivas abreviações, "ME" ou "EPP", conforme o caso, sendo facultativa a inclusão do objeto da sociedade.

Seção IV

Do Protesto de Títulos

Art. 73. O protesto de título, quando o devedor for microempresário ou empresa de pequeno porte, é sujeito às seguintes condições:

I - sobre os emolumentos do tabelião não incidirão quaisquer acréscimos a título de taxas, custas e contribuições para o Estado ou Distrito Federal, caixa de previdência, fundo de custeio de atos gratuitos, fundos especiais do Tribunal de Justiça, bem como de associação de classe, criados ou que venham a ser criados sob qualquer título ou denominação, ressalvada a cobrança do devedor das despesas de correio, condução e publicação de edital para realização da intimação;

II - para o pagamento do título em cartório, não poderá ser exigido cheque de emissão de estabelecimento bancário, mas, feito o pagamento por meio de cheque, de emissão de estabelecimento bancário ou não, a quitação dada pelo tabelionato de protesto será condicionada à efetiva liquidação do cheque;

III - o cancelamento do registro de protesto, fundado no pagamento do título, será feito independentemente de declaração de anulação do credor, salvo no caso de impossibilidade de apresentação do original protestado;

IV - para os fins do disposto no caput e nos incisos I, II e III do caput deste artigo, o devedor deverá provar sua qualidade de microempresa ou de empresa de pequeno porte perante o tabelionato de protestos do Estado, mediante documento expedido pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso;

V - quando o pagamento do título ocorrer com cheque sem a devida provisão de fundos, serão automaticamente suspensos pelo cartório de protesto, pelo prazo de 1 (um) ano, todos os benefícios previstos para o devedor neste artigo, independentemente da lavratura e registro do respectivo protesto.

Art. 73-A. São vedadas cláusulas contratuais relativas à limitação da emissão ou circulação de títulos de crédito ou direitos creditórios originados de operações de compra e venda de produtos e serviços por microempresas e empresas de pequeno porte. [\(Incluída pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

CAPÍTULO XII

DO ACESSO À JUSTIÇA

Seção I

Do Acesso aos Juizados Especiais

Art. 74. Aplica-se às microempresas e às empresas de pequeno porte de que trata esta Lei Complementar o disposto no [§ 1º do art. 85 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995](#), e no [inciso I do caput do art. 64 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001](#), as quais, assim como as pessoas físicas capazes, passam a ser admitidas como proponentes de ação perante o Juízo Especial, excluídos oscessionários de direito de pessoas jurídicas.

Art. 74-A. O Poder Judiciário, especialmente por meio do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, e o Ministério da Justiça implementarão medidas para disseminar o tratamento diferenciado e favorável às microempresas e empresas de pequeno porte em suas respectivas áreas de competência. [\(Incluída pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Seção II

Da Conciliação Prévia, Mediação e Arbitragem

Art. 75. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão ser estimuladas a utilizar os institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução dos seus conflitos.

§ 1º São reconhecidos de pleno direito os acordos celebrados no âmbito das comissões de conciliação prévia.

§ 2º O estímulo a que se refere o caput deste artigo compreenderá campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorável no tocante aos custos administrativos e honorários cobrados.

Seção III

Das Parcerias

Art. 75-A. Para fazer face às demandas originárias do estímulo previsto nos [arts. 74 e 75 desta Lei Complementar](#), entidades privadas, públicas, inclusive o Poder Judiciário, poderão firmar parcerias entre si, objetivando a instalação ou utilização de ambientes propícios para a realização dos procedimentos inerentes à busca da solução de conflitos.

CAPÍTULO XIII

DO APOIO E DA REPRESENTAÇÃO

Art. 76. Para o cumprimento do disposto nesta Lei Complementar, bem como para desenvolver e acompanhar políticas públicas voltadas às microempresas e empresas de pequeno porte, o poder público, em consonância com o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, deverá incentivar e apoiar a criação de fóruns com participação dos órgãos públicos competentes e das entidades vinculadas ao setor.

Parágrafo único. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior coordenará, com as entidades representativas das microempresas e empresas de pequeno porte a implementação dos fóruns regionais nas unidades da federação.

Art. 76. Para o cumprimento do disposto nesta Lei Complementar, bem como para desenvolver e acompanhar políticas públicas voltadas às microempresas e empresas de pequeno porte, o poder público, em consonância com o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sob a coordenação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, deverá incentivar e apoiar a criação de fóruns com participação dos órgãos públicos competentes e das entidades vinculadas ao setor. [\(Redação dada pela Lei nº 12.792, de 2013\)](#)

Parágrafo único. A Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República coordenará, com as entidades representativas das microempresas e empresas de pequeno porte a implementação dos fóruns regionais nas unidades da federação. [\(Redação dada pela Lei nº 12.792, de 2013\)](#)

Art. 76-A. As instituições de representação e apoio empresarial deverão promover programas de sensibilização, de informação, de orientação e apoio, de educação fiscal, de regularidade dos contratos de trabalho e de adoção de sistemas informatizados e eletrônicos, como forma de estímulo à formalização de empreendimentos, de negócios e empregos, à ampliação da competitividade e à disseminação do associativismo entre as microempresas, os microempreendedores individuais, as empresas de pequeno porte e equiparados. [\(Incluída pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

CAPÍTULO XIV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 77. Promulgada esta Lei Complementar, o Comitê Gestor expedirá, em 30 (trinta) dias, as instruções que se fizerem necessárias à sua execução.

§ 1º O Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria da Receita Previdenciária, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão editar, em 1 (um) ano, as leis e demais atos necessários para assegurar o pronto e imediato tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorável às microempresas e às empresas de pequeno porte.

§ 2º A administração direta e indireta federal, estadual e municipal e as entidades parastatais acordarão, no prazo previsto no § 1º deste artigo, as providências necessárias à adaptação dos respectivos atos normativos ao disposto nesta Lei Complementar.

§ 3º (VETADO)

§ 4º O Comitê Gestor regulamentará o disposto no [inciso I do § 6º do art. 13 desta Lei Complementar](#) até 31 de dezembro de 2008.

§ 5º A partir de 1º de janeiro de 2009, perderão eficácia as substituições tributárias que não atenderem à disciplina estabelecida na forma do § 4º deste artigo.

§ 6º O Comitê de que trata o [inciso III do caput do art. 7º desta Lei Complementar](#) expedirá, até 31 de dezembro de 2009, as instruções que se fizerem necessárias relativas a sua competência.

Art. 78. (REVOGADO)

Art. 79. Será concedido, para ingresso no Simples Nacional, parcelamento, em até 100 (cem) parcelas mensais e sucessivas, dos débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ou com as Fazendas Públicas federal, estadual ou municipal, de responsabilidade da microempresa ou empresa de pequeno porte e de seu titular ou sócio, com vencimento até 30 de junho de 2008.

§ 1º O valor mínimo da parcela mensal será de R\$ 100,00 (cem reais), considerados isoladamente os débitos para com a Fazenda Nacional, para com a Seguridade Social, para com a Fazenda dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal.

§ 2º Esse parcelamento alcança inclusive débitos inscritos em dívida ativa.

§ 3º O parcelamento será requerido à respectiva Fazenda para com a qual o sujeito passivo esteja em débito.

§ 3º-A. O parcelamento deverá ser requerido no prazo estabelecido em regulamentação do Comitê Gestor.

§ 4º Aplicam-se ao disposto neste artigo as demais regras vigentes para parcelamento de tributos e contribuições federais, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

§ 5º (VETADO)

§ 6º (VETADO)

§ 7º (VETADO)

§ 8º (VETADO)

§ 9º O parcelamento de que trata o [caput](#) deste artigo não se aplica na hipótese de reingresso da microempresa ou empresa de pequeno porte no Simples Nacional.

Art. 79-A. (VETADO)

Art. 79-B. Excepcionalmente para os fatos geradores ocorridos em julho de 2007, os tributos apurados na forma dos [arts. 18 e 20 desta Lei Complementar](#) deverão ser pagos até o último dia útil de agosto de 2007.

Art. 79-C. A microempresa e a empresa de pequeno porte que, em 30 de junho de 2007, se enquadravam no regime previsto na [Lei nº 9.217, de 5 de dezembro de 1996](#), e que não ingressaram no regime previsto no [art. 17 desta Lei Complementar](#) sujeitar-se-ão, a partir de 1º de julho de 2007, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

§ 1º Para efeito do disposto no [caput](#) deste artigo, o sujeito passivo poderá optar pelo recolhimento do imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL na forma do lucro real, trimestral ou anual, ou do lucro presumido.

§ 2º A opção pela tributação com base no lucro presumido dar-se-á pelo pagamento, no vencimento, do IRPJ e da CSLL devidos, correspondente ao 3º (terceiro) trimestre de 2007 e, no caso do lucro real anual, com o pagamento do IRPJ e da CSLL relativos ao mês de julho de 2007 com base na estimativa mensal.

Art. 79-D. Excepcionalmente, para os fatos geradores ocorridos entre 1º de julho de 2007 e 31 de dezembro de 2008, as pessoas jurídicas que exerçam atividade sujeita simultaneamente à incidência do IPI e do ISS deverão recolher o ISS diretamente ao Município em que este imposto é devido até o último dia útil de fevereiro de 2009, aplicando-se, até esta data, o disposto no [parágrafo único do art. 100 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional – CTN](#).

Art. 79-E. A empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional em 31 de dezembro de 2011 que durante o ano-calendário de 2011 auferir receita bruta total anual entre R\$ 2.400.000,01 (dois milhões, quatrocentos mil reais e um centavo) e R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) continuará automaticamente incluída no Simples Nacional com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012, ressalvado o direito de exclusão por comunicação da optante.

Art. 80. O art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, fica acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, passando o parágrafo único a vigorar como § 1º:

"Art. 21. _____

§ 2º É de 11% (onze por cento) sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário-de-contribuição a alíquota de contribuição do segurado contribuinte individual que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e do segurado facultativo que optarem pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.

§ 3º O segurado que tenha contribuído na forma do § 2º deste artigo e pretenda contar o tempo de contribuição correspondente para fins de obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição ou da contagem recíproca do tempo de contribuição a que se refere o art. 34 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, deverá complementar a contribuição mensal mediante o recolhimento de mais 9% (nove por cento), acrescido dos juros moratórios de que trata o disposto no art. 34 desta Lei." (NR)

Art. 81. O art. 45 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 45. _____

§ 7º Para apuração e constituição dos créditos a que se refere o § 1º deste artigo, a Seguridade Social utilizará como base de incidência o valor da média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, reajustados, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo decorrido desde a competência julho de 1994.

§ 4º Sobre os valores apurados na forma dos §§ 2º e 3º deste artigo incidirão juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, capitalizados anualmente, limitados ao percentual máximo de 50% (cinquenta por cento), e multa de 10% (dez por cento).

§ 7º-A. A contribuição complementar a que se refere o § 3º do art. 21 desta Lei será exigida a qualquer tempo, sob pena de indeferimento do benefício." (NR)

Art. 82. A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*Art. 54. _____

§ 1º. O Regime Geral de Previdência Social - RGPS garante a cobertura de todas as situações expressas no art. 1º desta Lei, exceto as de desemprego involuntário, objeto de lei específica, e de aposentadoria por tempo de contribuição para o trabalhador de que trata o § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

_____ (NR)

*Art. _____

I - _____

c) aposentadoria por tempo de contribuição;

§ 2º. O segurado contribuinte individual, que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e o segurado facultativo que contribuam na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, não farão jus à aposentadoria por tempo de contribuição." (NR)

*Art. 55. _____

§ 4º. Não será computado como tempo de contribuição, para efeito de concessão do benefício de que trata esta subseção, o período em que o segurado contribuinte individual ou facultativo tiver contribuído na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, salvo se tiver complementado as contribuições na forma do § 3º do mesmo artigo." (NR)

Art. 83. O art. 94 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, fica acrescido do seguinte § 2º, passando o parágrafo único a vigorar como § 1º:

*Art. 94. _____

§ 2º. Não será computado como tempo de contribuição, para efeito dos benefícios previstos em regimes próprios de previdência social, o período em que o segurado contribuinte individual ou facultativo tiver contribuído na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, salvo se complementadas as contribuições na forma do § 3º do mesmo artigo." (NR)

Art. 84. O art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

*Art. 58. _____

§ 3º. Poderão ser fixados, para as microempresas e empresas de pequeno porte, por meio de acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração." (NR)

Art. 85. (VETADO).

Art. 85-A. Cabe ao Poder Público Municipal designar Agente de Desenvolvimento para a efetivação do disposto nesta Lei Complementar, observadas as especificidades locais.

§ 1º. A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que visem ao cumprimento das disposições e diretrizes contidas nesta Lei Complementar, sob supervisão do órgão gestor local responsável pelas políticas de desenvolvimento.

§ 2º. O Agente de Desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

I - residir na área da comunidade em que atuar;

II - haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento; e

~~III - haver concluído o ensino fundamental.~~

III - possuir formação ou experiência compatível com a função a ser exercida; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

IV - ser preferencialmente servidor efetivo do Município. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

~~§ 3º. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, prestarão suporte aos referidos agentes na forma de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.~~

§ 3º. A Secretaria de Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, juntamente com as entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, prestarão suporte aos referidos agentes na forma de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências. (Redação dada pela Lei nº 12.792, de 2013)

Art. 86. As matérias tratadas nesta Lei Complementar que não sejam reservadas constitucionalmente à lei complementar poderão ser objeto de alteração por lei ordinária.

Art. 87. O § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 3º. _____

§ 1º. O valor adicionado corresponderá, para cada Município:

I - ao valor das mercadorias saídas, acrescido do valor das prestações de serviços, no seu território, deduzido o valor das mercadorias entradas, em cada ano civil;

II - nas hipóteses de tributação simplificada a que se refere o parágrafo único do [art. 146 da Constituição Federal](#), e, em outras situações, em que se dispensem os controles de entrada, considerar-se-á como valor adicionado o percentual de 32% (trinta e dois por cento) da receita bruta.

....." (NR)

Art. 87-A. Os Poderes Executivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios expedirão, anualmente, até o dia 30 de novembro, cada um, em seus respectivos âmbitos de competência, decretos de consolidação da regulamentação aplicável relativamente às microempresas e empresas de pequeno porte. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

Art. 88. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ressalvado o regime de tributação das microempresas e empresas de pequeno porte, que entra em vigor em 1º de julho de 2007.

Art. 89. Ficam revogadas, a partir de 1º de julho de 2007, a [Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996](#), e a [Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999](#).

Brasília, 14 de dezembro de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guido Mantega

Luiz Marinho

Luiz Fernando Furlan

Dilma Rousseff

Este texto não substitui o publicado no DOU de 15.12.2006, republicado em 31.1.2009, republicado em 31.1.2012 e republicado em 6.3.2012.

ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

(vigência: 01/01/2012)

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional – Comércio

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	ALÍQUOTA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	ICMS
Até 180.000,00	4,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,75%	1,25%
De 180.000,01 a 360.000,00	5,47%	0,00%	0,00%	0,86%	0,00%	2,75%	1,86%
De 360.000,01 a 540.000,00	6,84%	0,27%	0,31%	0,95%	0,23%	2,75%	2,33%
De 540.000,01 a 720.000,00	7,54%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%
De 720.000,01 a 900.000,00	7,60%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	8,28%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	8,36%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	8,45%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	9,03%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	9,12%	0,43%	0,43%	1,26%	0,30%	3,60%	3,10%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	9,95%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	10,04%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	10,13%	0,47%	0,47%	1,40%	0,33%	4,01%	3,45%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	10,23%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	10,32%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	11,23%	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	11,32%	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	11,42%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	11,51%	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	11,61%	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%

ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

(vigência: 01/01/2012)

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional – Indústria

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	ALÍQUOTA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	ICMS	IR
Até 180.000,00	4,50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,75%	1,25%	0,50%
De 180.000,01 a 360.000,00	5,97%	0,00%	0,00%	0,86%	0,00%	2,75%	1,86%	0,50%
De 360.000,01 a 540.000,00	7,34%	0,27%	0,31%	0,95%	0,23%	2,75%	2,33%	0,50%
De 540.000,01 a 720.000,00	8,04%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%	0,50%
De 720.000,01 a 900.000,00	8,10%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%	0,50%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	8,78%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%	0,50%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	8,86%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%	0,50%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	8,95%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%	0,50%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	9,53%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%	0,50%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	9,62%	0,42%	0,42%	1,26%	0,30%	3,62%	3,10%	0,50%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	10,45%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%	0,50%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	10,54%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%	0,50%

De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	10,63%	0,47%	0,47%	1,40%	0,38%	4,01%	3,45%	0,50%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	10,73%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%	0,50%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	10,82%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%	0,50%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	11,73%	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%	0,50%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	11,82%	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%	0,50%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	11,92%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%	0,50%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	12,01%	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%	0,50%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	12,11%	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%	0,50%

ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

(vigência: 01/01/2012)

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Receitas de Locação de Bens Móveis e de Prestação de Serviços não relacionados nos §§ 5º-C e 5º-D do art. 18 desta Lei Complementar.

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	ALÍQUOTA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	ISS
Até 180.000,00	6,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,00%	2,00%
De 180.000,01 a 360.000,00	8,21%	0,00%	0,00%	1,42%	0,00%	4,00%	2,79%
De 360.000,01 a 540.000,00	10,26%	0,48%	0,43%	1,43%	0,35%	4,07%	3,50%
De 540.000,01 a 720.000,00	11,31%	0,53%	0,53%	1,56%	0,38%	4,47%	3,84%
De 720.000,01 a 900.000,00	11,40%	0,53%	0,52%	1,58%	0,38%	4,52%	3,87%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	12,42%	0,57%	0,57%	1,73%	0,40%	4,92%	4,23%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	12,54%	0,59%	0,56%	1,74%	0,42%	4,97%	4,26%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	12,68%	0,59%	0,57%	1,76%	0,42%	5,03%	4,31%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	13,55%	0,63%	0,61%	1,88%	0,45%	5,37%	4,61%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	13,68%	0,63%	0,64%	1,89%	0,45%	5,42%	4,65%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	14,93%	0,69%	0,69%	2,07%	0,50%	5,98%	5,00%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	15,06%	0,69%	0,69%	2,09%	0,50%	6,09%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	15,20%	0,71%	0,70%	2,10%	0,50%	6,19%	5,00%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	15,35%	0,71%	0,70%	2,13%	0,51%	6,30%	5,00%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	15,48%	0,72%	0,70%	2,15%	0,51%	6,40%	5,00%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	16,85%	0,78%	0,76%	2,34%	0,56%	7,41%	5,00%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	16,98%	0,78%	0,78%	2,36%	0,56%	7,50%	5,00%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	17,13%	0,80%	0,79%	2,37%	0,57%	7,60%	5,00%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	17,27%	0,80%	0,79%	2,40%	0,57%	7,71%	5,00%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	17,42%	0,81%	0,79%	2,42%	0,57%	7,83%	5,00%

ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

(vigência: 01/01/2012)

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Receitas decorrentes da prestação de serviços relacionados no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar.

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	ISS
Até 180.000,00	4,50%	0,00%	1,22%	1,28%	0,00%	2,00%
De 180.000,01 a 360.000,00	6,54%	0,00%	1,84%	1,91%	0,00%	2,79%
De 360.000,01 a 540.000,00	7,70%	0,16%	1,85%	1,95%	0,24%	3,50%
De 540.000,01 a 720.000,00	8,49%	0,52%	1,87%	1,99%	0,27%	3,84%
De 720.000,01 a 900.000,00	8,97%	0,89%	1,89%	2,03%	0,29%	3,87%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	9,78%	1,25%	1,91%	2,07%	0,32%	4,23%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	10,26%	1,62%	1,93%	2,11%	0,34%	4,26%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	10,76%	2,00%	1,95%	2,15%	0,35%	4,31%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	11,51%	2,37%	1,97%	2,19%	0,37%	4,61%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	12,00%	2,74%	2,00%	2,23%	0,38%	4,65%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	12,80%	3,12%	2,01%	2,27%	0,40%	5,00%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	13,25%	3,49%	2,03%	2,31%	0,42%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	13,70%	3,86%	2,05%	2,35%	0,44%	5,00%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	14,15%	4,23%	2,07%	2,39%	0,46%	5,00%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	14,60%	4,60%	2,10%	2,43%	0,47%	5,00%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	15,05%	4,90%	2,19%	2,47%	0,49%	5,00%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	15,50%	5,21%	2,27%	2,51%	0,51%	5,00%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	15,95%	5,51%	2,36%	2,55%	0,53%	5,00%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	16,40%	5,81%	2,45%	2,59%	0,55%	5,00%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	16,85%	6,12%	2,53%	2,63%	0,57%	5,00%

ANEXO V DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

(vigência: 01/01/2012)

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Receitas decorrentes da prestação de serviços relacionados no § 54-D do art. 18 desta Lei Complementar.

1) Será apurada a relação (r) conforme abaixo:

$$(r) = \frac{\text{Cota de Selos e Indústrias e Encargos (em 12 meses)}}{\text{Receita Bruta (em 12 meses)}}$$

Receita Bruta (em 12 meses)

2) Nas hipóteses em que (r) corresponder a um intervalo decimal da Tabela V-A, onde "<" significa menor que, ">" significa maior que, "≤" significa igual ou menor que e "≥" significa maior ou igual que, as alíquotas do Simples Nacional relativas ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL, Cofins e CPP corresponderão ao seguinte:

TABELA V-A

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	(r) < 0,10	0,10 ≤ (r) < 0,15	0,15 ≤ (r) < 0,20	0,20 ≤ (r) < 0,25	0,25 ≤ (r) < 0,30	0,30 ≤ (r) < 0,35	0,35 ≤ (r) < 0,40	(r) ≥ 0,40
Até 180.000,00	17,50%	15,70%	13,70%	11,82%	10,47%	9,97%	9,80%	8,00%
De 180.000,01 a 350.000,00	17,52%	15,75%	13,90%	12,60%	12,33%	10,72%	9,10%	8,48%
De 350.000,01 a 540.000,00	17,55%	15,95%	14,20%	12,90%	12,64%	11,11%	9,58%	9,03%
De 540.000,01 a 720.000,00	17,95%	16,70%	15,00%	13,70%	13,45%	12,00%	10,96%	9,34%
De 720.000,01 a 900.000,00	18,15%	16,95%	15,30%	14,03%	13,53%	12,40%	11,04%	10,06%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	18,45%	17,20%	15,40%	14,10%	13,60%	12,60%	11,60%	10,60%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	18,55%	17,30%	15,50%	14,11%	13,68%	12,68%	11,68%	10,68%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	18,62%	17,32%	15,60%	14,12%	13,69%	12,69%	11,69%	10,69%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	18,72%	17,42%	15,70%	14,13%	13,69%	12,69%	11,69%	10,69%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	18,86%	17,56%	15,80%	14,14%	13,69%	12,69%	11,69%	10,69%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	18,96%	17,66%	15,90%	14,49%	13,69%	12,69%	11,69%	10,69%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	19,06%	17,76%	16,00%	14,67%	13,89%	13,89%	13,15%	12,28%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	19,26%	17,96%	16,20%	14,86%	14,82%	14,17%	13,51%	12,68%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	19,56%	18,30%	16,50%	15,46%	15,18%	14,61%	14,04%	13,26%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	20,70%	19,30%	17,45%	16,24%	16,00%	15,52%	15,03%	14,29%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	21,20%	20,80%	18,20%	16,91%	16,72%	16,32%	15,93%	15,20%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	21,70%	20,50%	18,70%	17,40%	17,13%	16,82%	16,38%	16,17%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	22,20%	20,90%	19,10%	17,90%	17,55%	17,22%	16,82%	16,51%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	22,50%	21,30%	19,50%	18,20%	17,97%	17,44%	17,21%	16,94%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	22,50%	21,80%	20,00%	18,60%	18,40%	17,85%	17,60%	17,18%

3) Somar-se-á a alíquota do Simples Nacional relativa ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL, Cofins e CPP apurada na forma acima a partilha correspondente ao ISS prevista no Anexo IV a esta Lei Complementar.

4) A partilha das receitas relativas ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL, Cofins e CPP arrecadadas na forma do Anexo será realizada com base nos parâmetros definidos na Tabela V-B, onde:

(I) = pontos percentuais da partilha destinada à CPP;

(J) = pontos percentuais da partilha destinada ao IRPJ, calculados após o resultado do fator (I);

(K) = pontos percentuais da partilha destinada à CSLL, calculados após o resultado dos fatores (I) e (J);

(L) = pontos percentuais da partilha destinada à COFINS, calculados após o resultado dos fatores (I), (J) e (K);

(M) = pontos percentuais da partilha destinada à contribuição para o PIS/Pasep, calculados após os resultados dos fatores (I), (J), (K) e (L);

$$(I) + (J) + (K) + (L) + (M) = 100$$

$N =$ milhão (R) dividido por 0,004, limitando-se o resultado a 100;

$P = 0,1$ dividido pela relação (R), limitando-se o resultado a 1.

TABELA V-B:

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	CNP	IRPJ	CSLL	COPINS	PIS/PASEP
	I	J	K	L	M
Até 180.000,00	$N \times 0,9$	$0,75 X (100 - I) \times P$	$0,25 X (100 - I) \times P$	$0,75 X (100 - I - J - K)$	$100 - I - J - K - L$
De 180.000,01 a 360.000,00	$N \times 0,875$	$0,75 X (100 - I) \times P$	$0,25 X (100 - I) \times P$	$0,75 X (100 - I - J - K)$	$100 - I - J - K - L$
De 360.000,01 a 540.000,00	$N \times 0,85$	$0,75 X (100 - I) \times P$	$0,25 X (100 - I) \times P$	$0,75 X (100 - I - J - K)$	$100 - I - J - K - L$
De 540.000,01 a 720.000,00	$N \times 0,825$	$0,75 X (100 - I) \times P$	$0,25 X (100 - I) \times P$	$0,75 X (100 - I - J - K)$	$100 - I - J - K - L$
De 720.000,01 a 900.000,00	$N \times 0,8$	$0,75 X (100 - I) \times P$	$0,25 X (100 - I) \times P$	$0,75 X (100 - I - J - K)$	$100 - I - J - K - L$
De 900.000,01 a 1.080.000,00	$N \times 0,775$	$0,75 X (100 - I) \times P$	$0,25 X (100 - I) \times P$	$0,75 X (100 - I - J - K)$	$100 - I - J - K - L$
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	$N \times 0,75$	$0,75 X (100 - I) \times P$	$0,25 X (100 - I) \times P$	$0,75 X (100 - I - J - K)$	$100 - I - J - K - L$
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	$N \times 0,725$	$0,75 X (100 - I) \times P$	$0,25 X (100 - I) \times P$	$0,75 X (100 - I - J - K)$	$100 - I - J - K - L$
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	$N \times 0,7$	$0,75 X (100 - I) \times P$	$0,25 X (100 - I) \times P$	$0,75 X (100 - I - J - K)$	$100 - I - J - K - L$
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	$N \times 0,675$	$0,75 X (100 - I) \times P$	$0,25 X (100 - I) \times P$	$0,75 X (100 - I - J - K)$	$100 - I - J - K - L$
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	$N \times 0,65$	$0,75 X (100 - I) \times P$	$0,25 X (100 - I) \times P$	$0,75 X (100 - I - J - K)$	$100 - I - J - K - L$
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	$N \times 0,625$	$0,75 X (100 - I) \times P$	$0,25 X (100 - I) \times P$	$0,75 X (100 - I - J - K)$	$100 - I - J - K - L$
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	$N \times 0,6$	$0,75 X (100 - I) \times P$	$0,25 X (100 - I) \times P$	$0,75 X (100 - I - J - K)$	$100 - I - J - K - L$
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	$N \times 0,575$	$0,75 X (100 - I) \times P$	$0,25 X (100 - I) \times P$	$0,75 X (100 - I - J - K)$	$100 - I - J - K - L$
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	$N \times 0,55$	$0,75 X (100 - I) \times P$	$0,25 X (100 - I) \times P$	$0,75 X (100 - I - J - K)$	$100 - I - J - K - L$
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	$N \times 0,525$	$0,75 X (100 - I) \times P$	$0,25 X (100 - I) \times P$	$0,75 X (100 - I - J - K)$	$100 - I - J - K - L$
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	$N \times 0,5$	$0,75 X (100 - I) \times P$	$0,25 X (100 - I) \times P$	$0,75 X (100 - I - J - K)$	$100 - I - J - K - L$
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	$N \times 0,475$	$0,75 X (100 - I) \times P$	$0,25 X (100 - I) \times P$	$0,75 X (100 - I - J - K)$	$100 - I - J - K - L$
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	$N \times 0,45$	$0,75 X (100 - I) \times P$	$0,25 X (100 - I) \times P$	$0,75 X (100 - I - J - K)$	$100 - I - J - K - L$
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	$N \times 0,425$	$0,75 X (100 - I) \times P$	$0,25 X (100 - I) \times P$	$0,75 X (100 - I - J - K)$	$100 - I - J - K - L$

ANEXO VI

[Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014. \(Produção desfeita\)](#)

(Vigência: 14 de janeiro de 2015)

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Receitas decorrentes da prestação de serviços relacionados no § 5º-I do art. 18 desta Lei Complementar.

1) Será apurada a relação (r) conforme abaixo:

$(r) = \frac{\text{Folha de Salários incluindo encargos (em 12 meses)}}{\text{Receita Bruta (em 12 meses)}}$

Receita Bruta (em 12 meses)

2) A partilha das receitas relativas ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL, Cofins e CPP arrecadadas na forma deste Anexo será realizada com base nos parâmetros definidos na Tabela V-B do Anexo V desta Lei Complementar.

3) Independentemente do resultado da relação (r), as alíquotas do Simples Nacional corresponderão ao seguinte:

TABELA VI

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ, PIS/Pasep, CSLL, Cofins e CPP	ISS
Até 100.000,00	16,93%	14,93%	2,00%
De 100.000,01 a 360.000,00	17,72%	14,93%	2,79%
De 360.000,01 a 540.000,00	18,43%	14,93%	3,50%
De 540.000,01 a 720.000,00	18,77%	14,93%	3,84%
De 720.000,01 a 900.000,00	19,04%	15,17%	3,87%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	19,94%	15,71%	4,23%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	20,34%	16,08%	4,26%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	20,66%	16,35%	4,31%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	21,17%	16,56%	4,51%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	21,38%	16,73%	4,55%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	21,86%	16,86%	5,00%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	21,97%	16,97%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	22,06%	17,06%	5,00%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	22,14%	17,14%	5,00%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	22,21%	17,21%	5,00%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	22,21%	17,21%	5,00%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	22,32%	17,32%	5,00%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	22,37%	17,37%	5,00%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	22,41%	17,41%	5,00%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	22,45%	17,45%	5,00%

ANEXO II – CONVENÇÃO COLETIVA DO COMÉRCIO-SINDICOM

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2014/2015

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR004648/2014
 DATA DE REGISTRO NO MTE: 20/10/2014
 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR047260/2014
 NÚMERO DO PROCESSO: 45212.013367/2014-11
 DATA DO PROTOCOLO: 20/10/2014

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE CURITIBA, CNPJ n.º 16.586.346/0001-85, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ARIOS/ALDO ROCHA;

E

SIND DO COM VAREJ DE VEIC PECAS E ACES P VEIC NO EST PR, CNPJ n.º 76.682.236/0001-17, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ARI DOS SANTOS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2014 a 30 de abril de 2015 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Categoria Profissional dos Empregados no Comércio no Plano da CNTC, com abrangência territorial em Almirante Tamandaré/PR, Araucária/PR, Balsa Nova/PR, Bocaiuva do Sul/PR, Campina Grande do Sul/PR, Campo Largo/PR, Colombo/PR, Contenda/PR, Curitiba/PR, Mandirituba/PR, Piraquara/PR, Quatro Barras/PR, Rio Branco do Sul/PR e São José dos Pinhais/PR.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Assegura-se, a partir de **01 DE MAIO DE 2014**, aos empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, remunerados exclusivamente por salário fixo, o piso salarial de **R\$ 1.018,00 (um mil e dezoito reais)**.

§ ÚNICO - Fica estabelecida garantia de valor mínimo ao piso salarial da categoria, igual ao menor salário pago a todo trabalhador adulto no País, por jornada integral, acrescido de 20% (vinte por cento).

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

O salário fixo ou a parte fixa dos salários dos integrantes da categoria, já corrigidos na forma da Convenção Coletiva de Trabalho anterior, serão reajustados a partir de **1º DE MAIO DE 2014**, com a aplicação do percentual de **7,12%** (**sete inteiros e doze centésimos percentuais**).

§ 1º. Aos empregados, admitidos após 01 de maio de 2013, será garantido o reajuste estabelecido nesta cláusula, proporcionalmente ao seu tempo de serviço, conforme tabela abaixo:

MÊS DE ADMISSÃO	TOTAL ACUMULADO
<i>Maio/2013</i>	<i>7,12%</i>
<i>Junho/2013</i>	<i>6,67%</i>
<i>Julho/2013</i>	<i>6,48%</i>
<i>Agosto/2013</i>	<i>6,48%</i>
<i>Setembro/2013</i>	<i>6,27%</i>
<i>Outubro/2013</i>	<i>5,92%</i>
<i>Novembro/2013</i>	<i>5,15%</i>
<i>Dezembro/2013</i>	<i>4,46%</i>
<i>Janeiro/2014</i>	<i>3,55%</i>
<i>Fevereiro/2014</i>	<i>2,77%</i>
<i>Março/2014</i>	<i>1,97%</i>
<i>Abril/2014</i>	<i>0,96%</i>

§ 2º. **COMPENSAÇÕES:** A correção salarial, ora estabelecida, sofrerá a compensação de todos os aumentos, antecipações e reajustes salariais, abonos salariais ou não, de natureza espontânea ou compulsória concedidos pelo empregador, desde **Maio de 2013**, excetuados aqueles decorrentes da aplicação da Convenção Coletiva de Trabalho anterior. Não serão compensados os aumentos salariais determinados por promoção, transferência de cargo, equiparação salarial por ordem judicial, término de aprendizagem ou implemento de idade.

§ 3º. As condições de antecipação e reajuste dos salários aqui estabelecidos, englobam, atendem e extinguem todos os interesses de atualização salarial ocorrente no mês de **Maio de 2014**.

§ 4º. As eventuais antecipações, reajustes ou abonos, espontâneos ou compulsórios que vierem a ser concedidos após **Maio de 2014**, serão compensadas com eventuais reajustes determinados por leis futuras ou disposição de outras Convenções ou Aditivos firmados pelas partes.

Descontos Salariais

CLÁUSULA QUINTA - CHEQUES SEM FUNDO

Os empregados não poderão sofrer descontos de salários em decorrência de cheques sem fundos, recebidos em funções de cobrança, caixa ou vendas, bem como de cartões de crédito, desde que, comprovadamente, tenham cumprido as normas da empresa, das quais tenha prévia ciência, expressa em documento por eles assinados.

CLÁUSULA SEXTA - DESCONTOS

Os empregadores poderão descontar dos salários dos seus empregados, desde que por eles devida e expressamente autorizadas, as importâncias correspondentes a seguros e parcela atribuível aos obreiros relativos a planos de saúde e vales-farmácia.

CLÁUSULA SÉTIMA - AUTORIZAÇÃO DESCONTO EM FOLHA - COOPERATIVA

Autoriza-se o desconto, diretamente em folha de pagamento, dos valores devidos pelo empregado à SICREDI/SINCOCRED - Cooperativa de Crédito Mútuo dos Comerciantes de Veículos, Peças e Acessórios para Veículos de Curitiba e Região, em razão de contrato de empréstimo com esta celebrado, ficando o empregador responsável apenas pelo repasse à entidade financeira dos respectivos valores descontados.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA OITAVA - EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALIDAS

As empresas em recuperação judicial e a massa falida que continuar a operar, poderão, previamente, negociar com a Entidade Sindical dos Empregados as condições para pagamento dos salários, índices de correção salarial e haveres rescisórios.

§ ÚNICO. A negociação prevista no "caput" desta cláusula, estende-se também as empresas que comprovarem dificuldades econômicas.

CLÁUSULA NONA - MORA SALARIAL

Os salários, líquidos e certos, não pagos até o 5º. (quinto) dia útil posterior a seu

vencimento, serão devidos com juros moratórios de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao dia.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS AOS COMISSIONISTAS

Aos empregados comissionistas será fornecido, mensalmente, o valor de suas vendas, a base de cálculo para o pagamento das comissões e do repouso semanal remunerado.

§ 1º. Assegura-se aos comissionistas a garantia mínima de **R\$ 1.018,00 (um mil e dezoito reais)**, quando suas comissões não ultrapassarem, no mês, àquele valor.

§ 2º. As comissões para efeitos de cálculo de férias, 13º salário, inclusive proporcionais, indenização por tempo de serviço e aviso prévio indenizado, serão atualizadas com base no INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, do IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

§ 3º. Para o cálculo do 13º salário, adotar-se-á a média corrigida das comissões pagas no ano, a contar de Janeiro. No caso de férias indenizadas, integrais ou proporcionais, indenização e aviso prévio indenizado, adotar-se-á a média das comissões corrigidas nos doze meses anteriores ao mês da rescisão. Em caso de dias de afastamento para tratamento de saúde, adotar-se-á a média das comissões corrigidas nos doze meses anteriores. E no caso de férias integrais, será considerada a média das comissões corrigidas nos doze meses anteriores ao período de gozo.

§ 4º. **GESTANTES COMISSIONISTAS:** Para o pagamento dos salários correspondentes ao período de licença-maternidade será observada o contido no artigo 393 da CLT e a legislação previdenciária vigente.

§ 5º. É vedada a inclusão da parcela salarial correspondente ao repouso semanal remunerado (Lei nº. 605/49) nos percentuais de comissão. O cálculo do valor do repouso semanal remunerado será feito mediante a divisão total da comissão percebida no mês pelo número de dias efetivamente trabalhados, multiplicando-se o resultado pelo número de domingos e feriados do mês correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DIFERENÇAS SALARIAIS

As diferenças salariais havidas a partir do mês de 01 de maio de 2014, decorrentes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, deverão ser pagas até a data limite para pagamento dos salários do mês de **OUTUBRO/2014**, sem qualquer acréscimo ou penalidade.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Outras Gratificações

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - QUEBRA DE CAIXA

Os empregados que atuarem em funções de caixa, recebendo e pagando valores, terão uma tolerância mensal máxima equivalente a 20% (vinte por cento) do piso salarial para suporte de diferenças apuradas em "quebra de caixa".

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

As horas extras serão pagas, de forma escalonada, com adicional de 55% (cinquenta e cinco por cento) para as primeiras 20 (vinte) horas mensais, 70% (setenta por cento) para as que excederem de 20 (vinte) até 40 (quarenta) horas mensais e de 85% (oitenta e cinco por cento) para as que ultrapassarem a 40 (quarenta) horas mensais.

§ 1º. Serão consideradas extras as horas dedicadas a balanços, balancetes, reuniões, treinamentos e cursos realizados fora do horário normal de trabalho.

§ 2º. Não serão consideradas extras as horas de trabalho dedicadas a reuniões de CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e a treinamentos e cursos a que o empregado não esteja obrigado.

§ 3º. Aplica-se aos comissionistas o disposto nos parágrafos primeiro e segundo.

§ 4º. Para o cálculo do adicional de hora extra do comissionado será considerado o valor do ganho no mês dividido por 220:00 (duzentas e vinte) horas.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ADICIONAL NOTURNO

O trabalho noturno, como conceituado em lei, será pago com adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário-hora diurno.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Ao trabalho insalubre serão aplicados os adicionais de 45%, 25% e 15%, nos riscos de grau máximo, médio e mínimo, respectivamente.

Contrato de Trabalho Admissão, Demissão, Modalidades
Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESCISÃO POR JUSTA CAUSA

Na dispensa por justa causa o empregador deverá declinar, por escrito, o motivo justificador do ato de rescisão do contrato de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - QUITAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

Na rescisão do contrato de trabalho, os empregadores ficam obrigados a anotar as Carteiras de Trabalho e Previdência Social e proceder à quitação dos respectivos haveres, líquidos e certos, nos prazos constantes do artigo 477 da CLT, sob pena de multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor das verbas rescisórias devidas ao empregado.

§ ÚNICO - A incidência desta multa afasta a aplicação daquela prevista para mesma hipótese no § 8º. do artigo 477 da CLT.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AVISO PRÉVIO

Preservando as vantagens instituídas em convenções coletivas de trabalho anteriores, mas assegurando a observância das condições mais benéficas, fixadas pela Lei nº 12.506/2011, o aviso prévio devido pelo empregador, para os empregados admitidos até **12.10.2011**, será de 30 (trinta) dias, para aqueles que contarem com menos de 01 (um) ano de serviço na mesma empresa e, depois, escalonado proporcionalmente ao tempo de serviço, como segue:

- a) Até 25 anos de empresa – nos termos da Lei nº. 12506/2011;
- b) De 25 a 30 anos de serviço na empresa – 105 (cento e cinco) dias;
- c) Acima de 30 anos de serviço na empresa – 120 (cento e vinte) dias.

§ 1º. Para os empregados admitidos **a partir de 13.10.2011** o aviso prévio

proporcional será calculado nos termos da Lei nº. 12.506/2011.

§ 2º. O empregado que não tiver interesse no cumprimento do aviso prévio dado pelo empregador, poderá liberar-se de cumpri-lo, percebendo os dias trabalhados no respectivo período, devendo a renúncia ser manifestada por escrito e com a assistência do Sindicato obreiro. É vedado ao empregador determinar que o aviso prévio seja cumprido em casa, exigindo-se em tal hipótese, que proceda a indenização do respectivo período.

§ 3º. O cumprimento pelo empregado do prazo de aviso prévio, nos termos do artigo 488 da CLT e de seu parágrafo único, será limitado a 30 (trinta) dias de serviço, devendo o período remanescente ser indenizado.

Mão-de-Obra Jovem

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ADMISSÃO DE MENORES

Os menores serão admitidos sempre com vínculo de emprego e com submissão às disposições mínimas de proteção da Convenção Coletiva de Trabalho, ainda que sua contratação se faça mediante convênio da empresa com organismos ou entidades assistenciais, salvo o disposto na Lei nº. 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O contrato de experiência somente será válido quando celebrado com expressa menção da data de início datilografada e com a assinatura do empregado nela aposta, anotado em Carteira de Trabalho e Previdência Social e com a entrega de cópia de igual teor ao empregado, mediante recibo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ANOTAÇÕES EM CARTEIRA DE TRABALHO

As Carteiras de Trabalho e Previdência Social serão anotadas e devolvidas aos empregados, mediante recibo, até 48 (quarenta e oito) horas após sua admissão ao emprego e nelas serão registradas sua função, remuneração, repouso semanal e os percentuais de comissão, eventualmente pagos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO

Nos comprovantes de pagamento, contracheques ou recibos, deverão constar a identificação do empregado e do empregador, o mês de referência, as importâncias pagas, os respectivos títulos, os descontos feitos, com a indicação de sua razão ou destino e os valores dos recolhimentos do INSS e FGTS. No caso do empregado comissionista deverá constar, ainda, o valor das vendas do mês sobre as quais foram calculadas as comissões e o repouso semanal remunerado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

No ato da homologação ou de quitação de haveres rescisórios, a empresa deverá fornecer ao empregado o extrato da conta do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), constando a situação dos depósitos e rendimentos, inclusive o trimestre imediatamente anterior ao rompimento do vínculo, salvo motivo de força maior do agente financeiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - EMPREGADO SUBSTITUTO

Quando admitido para a função de outro, despedido sem justa causa, o empregado perceberá salário igual ao daquele com menor salário na função.

Relações de Trabalho - Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ESTABILIDADE GESTANTE

A gestante gozará de garantia de emprego, ficando protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa desde o momento da confirmação da gravidez até 150 (cento e cinquenta) dias após o parto, nos termos da letra b, do inciso II, do artigo 10º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Estabilidade Serviço Militar

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - SERVIÇO MILITAR

Fica assegurado ao empregado convocado para prestação do serviço militar, estabilidade no emprego, desde a convocação até 90 (noventa) dias após a baixa ou desincorporação.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - EMPREGADOS EM FASE DE APOSENTADORIA

Ao empregado, com um mínimo de 05 (cinco) anos de trabalho na mesma empresa, será garantido o emprego nos 12 (doze) meses que antecedem o seu direito à aposentadoria, ficando protegido contra a dispensa sem justa causa, conforme o Precedente Normativo nº. 85 do TST.

§ ÚNICO - Esta garantia se aplica aos casos de aposentadoria por idade (65 anos para o homem e 60 anos para a mulher) e por tempo de serviço (35 anos para o homem e 30 anos para a mulher).

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CONFERÊNCIA DE CAIXA

A conferência de valores de caixa será feita em presença do operador responsável. Sendo este impedido ou impossibilitado de acompanhá-la, não terá responsabilidade por erros ou diferenças eventualmente apuradas, ressalvadas a hipótese de recusa injustificada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CRECHES

Os estabelecimentos que tenham em seus quadros 30 (trinta) ou mais mulheres com mais de 16 (dezesseis) anos de idade, propiciará ou manterá convênios com creches para guarda e assistência de seus filhos no período de amamentação, de acordo com o artigo 389, § 1º, inciso IV, da CLT ou reembolsará o valor pago pela empregada.

Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - HORÁRIO NATALINO NAS EMPRESAS DE REVENDA DE VEÍCULOS MULTIMARCAS

EMPRESAS DE REVENDA DE VEÍCULOS MULTIMARCAS: No período de **01 a 24 de dezembro de 2014**, as empresas poderão trabalhar com seus empregados até as **20:00 (vinte) horas**, de segunda a sexta-feira, respeitando a jornada de 08:00 (oito) horas diárias e 44:00 (quarenta e quatro) horas semanais, com a possibilidade de 02:00 (duas) horas excedentes diárias, excetuando-se os dias

abaixo informados:

a) No período acima referido, para os empregados que trabalharem após as 19:00 (dezenove) horas de segunda a sexta-feira e após às 13:00 (treze) horas aos sábados, as empresas fornecerão lanche no valor de **R\$ 21,00 (vinte e um reais)**.

b) Nos dias **06, 13 e 20 de dezembro** (sábados), o horário será até as **18:00 (dezoito) horas**.

§ 1º. As empresas que já trabalham além das 19:00 (dezenove) horas de segunda a sexta-feira e além das 13:00 (treze) horas no sábado, por dispositivo legal, ficarão excluídas das obrigações desta cláusula.

§ 2º. A empresa estará dispensada do cumprimento da obrigação constante na alínea "a" desta cláusula, quando fornecer ou estiver fornecendo alimentação sob outra modalidade, inclusive o Programa de Alimentação ao Trabalhador, restaurante ou refeitório próprio.

§ 3º. Os empregados que trabalharem de segunda a sexta-feira, após as 19:00 (dezenove) horas e aos sábados, após as 13:00 (treze) horas, em regime de horas extras, durante o período natalino, farão jus a um adicional de 65% (sessenta e cinco por cento) para as primeiras 20:00 (vinte) horas mensais, 85% (oitenta e cinco por cento) para as excedentes de 20:00 (vinte) horas até 40:00 (quarenta) horas mensais, e de 100% (cem por cento) para as que ultrapassarem a 40:00 (quarenta) horas mensais.

§ 4º. A utilização do trabalho para todos os empregados no dia **24.12.2014**, será no máximo **até as 13:00 (treze horas)**.

§ 5º. Não haverá expediente no dia **31.12.2014**.

§ 6º. **PERÍODO DE DESCANSO:** As empresas respeitarão a jornada semanal de 44:00 (quarenta e quatro) horas e de 08:00 (oito) horas diárias (artigo 7º. da CF/88). As horas suplementares não excederão a 02:00 (duas) horas diárias, conforme disposto no artigo 59 da CLT. Fica garantido um período de descanso entre duas jornadas, de no mínimo 11:00 (onze) horas, em conformidade com o artigo 66 da CLT.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CARGA HORÁRIO DE TRABALHO

É mantida a carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e de 08 (oito) horas diárias de trabalho.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE TRABALHO AOS SÁBADOS - REVENDAS MULTIMARCAS

Faculta-se às empresas de **revendas de veículos multimarcas**, a utilização do regime de prorrogação e compensação de horário de trabalho aos sábados, nas seguintes condições:

a) O horário da jornada de trabalho poderá ser estendida até às 18h00 (dezoito) horas, não podendo a carga semanal exceder de 44h00 (quarenta e quatro horas).

§ ÚNICO - Os empregados e as respectivas turmas terão 04(quatro) horas consecutivas de folgas durante a semana, de segundas à sextas-feiras ou ainda poderão fazer revezamento trabalhando e cumprindo suas folgas em sábados alternados.

b) A empresa deverá fornecer gratuitamente o vale-refeição, no valor de **R\$ 21,00 (vinte e um reais)**, aos empregados que trabalharem **após às 13:00 (treze) horas aos sábados**. A empresa poderá fornecer alimentação sob outras modalidades, inclusive Programa de Alimentação ao Trabalhador, restaurante ou refeitório próprio, desde que garantido o valor mínimo de **R\$ 21,00 (vinte e um reais)**.

c) Os empregados que trabalharem aos sábados após às 13:00 (treze) horas, terão acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário-hora, correspondente ao trabalho prestado após esse horário à título de prêmio.

Controle da Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONTROLE DE FREQUÊNCIA AO TRABALHO

As empresas utilizarão, obrigatoriamente, controles de frequência, mediante livros, cartões ou fichas-ponto, inclusive aos empregados que prestam serviços externos.

Faltas

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ABONO DE FALTAS AO VESTIBULANDO

O empregado, nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior, poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do seu salário, conforme disposto no art. 473, inciso VII, da CLT.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - SEMANA DE CARNAVAL

SEMANA DE CARNAVAL – EMPRESAS DE REVENDA DE VEÍCULOS MULTIMARCAS: Não haverá expediente e o respectivo trabalho no período de carnaval, nos dias 16.02.2015, 17.02.2015 e no dia 18.02.2015 até às **13:00 horas**, podendo as horas do dia 16.02.2015 (segunda-feira) serem compensadas na mesma proporção da jornada liberada.

§ 1º. Faculta-se às empresas de revenda de veículos multimarcas, que optarem por não trabalhar no dia 14.02.2015 (sábado), antecedente ao carnaval, que a jornada do dia seja compensada na mesma proporção da jornada liberada.

§ 2º. SEMANA DE CARNAVAL – EMPRESAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS: Não haverá expediente e respectivo trabalho no dia 17.02.2015 (terça-feira).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - TRABALHO EM DOMINGOS E FERIADOS

Fica **proibida** a utilização do trabalho dos empregados nos dias de domingo, com **exceção** aos domingos de 23.11.2014, 14.12.2014 e 21.12.2014.

§ 1º. **Feriados e outros Domingos – Proibição - Multa:** Observada a Legislação de cada município da base territorial do Sindicato profissional e a Lei Federal nº. 11.603/2007, as empresas não poderão exigir o trabalho dos empregados nos feriados civis e religiosos, sejam eles nacionais estaduais ou municipais, e demais domingos não constantes do caput desta cláusula, sob pena de arcar com multa de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)** por domingo, feriado ou outra data em que o trabalho seja vedado, sendo que 50% deste valor será revertido em favor do Sindicato dos Empregados e 50% para o Sindicato Patronal. Não sendo pagos aos sindicatos, no mês relativo à ocorrência do trabalho, a multa será exigida judicialmente via ação de cumprimento ou outra medida legal cabível, com acréscimo de 20% (vinte por cento).

§ 2º. **Horário de Trabalho:** O trabalho nos domingos acordados será no horário das 09:00 (nove) às 17:00 (dezessete) horas, com a garantia de 01:00 (uma) hora de intervalo para refeição e descanso.

§ 3º. **Remuneração e Compensação das Horas Trabalhadas:** As horas trabalhadas nos domingos, previstos no "caput" desta cláusula, deverão ser remuneradas como extraordinárias, acrescidas do adicional de 100%, sem prejuízo quanto ao recebimento das comissões auferidas nesses dias e ao recebimento dos DSR normais no mês ou compensadas até 15 (quinze) dias após o domingo trabalhado, conforme acordado entre as partes (Lei nº. 605/49).

§ 4º. **Garantia de Comissão:** Fica garantido aos empregados para o trabalho desenvolvido, especificamente em feirões, a remuneração mínima pelo domingo

trabalhado de 1/30 (um trinta avos) da média de suas comissões, utilizando-se para base de cálculo a média das comissões auferidas nos últimos 03 (três) meses.

§ 5º. Alimentação: As empresas fornecerão aos empregados, que prestarem serviços nos domingos, o vale-refeição equivalente a **R\$ 21,00 (vinte e um reais)** ou alimentação de qualidade no valor correspondente.

§ 6º. Transporte: Aos empregados que trabalharem aos domingos, as empresas fornecerão gratuitamente os vales-transportes para ida/volta ao trabalho, ambos sem nenhum ônus para o trabalhador.

§ 7º. Número Máximo de Domingos/Mês: Na aplicação do caput desta cláusula as empresas deverão observar que nenhum empregado poderá trabalhar mais de 2 (dois) domingos em cada mês, sob pena de incidir na multa constante no § 1º.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ESTUDANTES

Fica vedada a prorrogação da jornada de trabalho dos empregados estudantes que comprovem a situação de regularidade escolar e que manifestem o desinteresse por esta prorrogação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ALIMENTAÇÃO

I - LOCAIS APROPRIADOS: A empresa que não dispuser de cantina, refeitório ou convênio para alimentação, destinará local em condições de higiene e capacitado para o preparo e ingestão da alimentação pelos empregados. **II - LANCHES:** Quando houver prestação de horas extras, após excedidos 45:00 (quarenta e cinco) minutos, o empregador fornecerá lanche ao empregado. Havendo impossibilidade ou desinteresse, o empregador reembolsará as despesas do empregado para aquisição de lanche no valor equivalente a **R\$ 21,00 (vinte e um reais)**.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - INTERVALO PARA LANCHE

Os intervalos de 15 (quinze minutos) para lanches serão computados como tempo de serviço na jornada diária do empregado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO

Fica estabelecida a possibilidade de celebração de Acordos Coletivos de Trabalho, sendo imprescindível a participação do Sindicato dos Empregados no Comércio de

Curitiba na negociação e lavratura destes Acordos, bem como na convocação de Assembléia Geral dos Empregados da mesma empresa, para decidir sobre os termos do referido Acordo.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - BANCO DE HORAS

As empresas que desejarem adotar o sistema de compensação de jornada de trabalho, denominado "Banco de Horas", nos termos do art. 59, § 2º., da CLT, com a redação da Lei nº. 9.601/98, deverão realiza-lo mediante Acordo Coletivo de Trabalho, nos termos da cláusula 40ª, com validade máxima de 02 (dois) anos, pelo qual poderá ser dispensado o acréscimo do salário, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 120 (cento e vinte dias), a soma das jornadas semanais previstas e não seja ultrapassado o limite máximo de 10 (dez) horas diárias.

§ 1º. Fica estabelecido que não serão objeto de compensação as datas já declinadas na presente Convenção Coletiva de Trabalho com a finalidade de descanso aos empregados.

§ 2º. Em caso de rescisão de contrato de trabalho, sem que tenha havido a compensação das horas extras trabalhadas, o empregado terá direito à indenização dessas horas, com o acréscimo de 100%, sendo que eventual saldo negativo será desconsiderado.

§ 3º. A ausência do empregado ao trabalho, para atender os seus interesses pessoais, desde que previamente ajustada com o empregador, poderá ser compensada através do banco de horas.

Férias e Licenças

Remuneração de Férias

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ADICIONAL DE FÉRIAS

As férias serão remuneradas com adicional de 1/3 (um terço) sobre o valor do salário, independentemente de serem proporcionais, integrais, indenizadas de forma simples ou em dobro; sem prejuízo do adicional, o empregado poderá, se quiser, converter em dinheiro 1/3 (um terço) do período das férias que irá gozar.

§ ÚNICO - FÉRIAS PROPORCIONAIS: Na cessação do contrato de trabalho, por pedido de demissão, os empregados perceberão férias proporcionais a base de 1/12 (um doze avos) por mês ou fração superior a 14 (quatorze) dias, conforme o

disposto na Súmula nº. 261 do TST.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - ASSENTOS

As empresas deverão fornecer assentos para os empregados nos locais de trabalho, que possam ser utilizados nas pausas verificadas na atividade e nos intervalos de atendimentos de clientes.

Uniforme

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - UNIFORMES

Quando o empregador exigir de seus empregados a utilização de uniformes ou qualquer tipo de indumentária, para o exercício da função ou trabalho, deverá fornecê-los gratuitamente, conforme disposto no Precedente Normativo nº. 115 do TST.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Somente serão aceitos para justificativa de faltas ao trabalho, os atestados médicos e/ou odontológicos dos profissionais da Previdência Social, da Entidade Sindical dos Empregados, da empresa ou organização por ela contratada.

Relações Sindicais

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - QUADRO DE AVISOS

As empresas destinarão local visível e de acesso permanente a seus empregados para, em seus estabelecimentos, serem divulgados avisos e comunicações do Sindicato dos Empregados, porém, não será permitida a afixação de matéria de

natureza político-partidária ou que contenha ataques a quem quer que seja.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - RAIS

As empresas deverão encaminhar à Entidade Sindical dos trabalhadores, uma via de sua RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, na mesma ocasião em que façam a entrega das demais aos órgãos oficiais competentes.

Disposições Gerais

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - BASE TERRITORIAL

A presente Convenção Coletiva de Trabalho aplica-se aos contratos individuais de trabalho dos empregados vinculados ao Sindicato dos Empregados no Comércio de **Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiuva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais e Tunas do Paraná.**

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - PENALIDADE

Em caso de descumprimento das obrigações da Convenção Coletiva de Trabalho, excluída a cláusula relativa à Contribuição Assistencial Patronal, incidirá a multa no valor equivalente ao piso salarial.

§ ÚNICO - A verificação do cumprimento da presente CCT caberá aos Sindicatos signatários.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - PROIBIÇÃO DE TERCEIRIZAÇÃO E OUTRAS FORMAS DE SUBSTITUIÇÃO DA CATEGORIA

Aos empregadores é proibida a contratação de trabalhadores terceirizados,

temporários, estagiários ou em caráter eventual ou exclusivo, para vendas aos domingos, feriados e dias pontes em que esteja proibido exigir o trabalho dos empregados da categoria. Não está autorizado o funcionamento das empresas da categoria econômica em qualquer localidade da base territorial, restando ainda proibida a venda inclusive em feirões, feirões de fábrica, exposições com venda, varejões, vendas em shoppings, estacionamento e quaisquer atividades que envolvam a venda de veículos nesses dias. Da mesma forma está vetado às montadoras, conforme a Lei nº. 6.729/79, que dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre, o funcionamento nesses dias, ficando a respectiva rede de concessionárias ou distribuidores responsável por fazer cumprir esta norma. A promoção de esforço de venda, feirões, feirões de fábrica, exposições de venda, varejões, vendas em shoppings, estacionamento e quaisquer atividades que envolvam venda de veículos nesse dias, implica em responsabilização da respectiva montadora e demais empresas envolvidas, mesmo que a mão-de-obra utilizada não mantenha vínculo de emprego com a concessionária/distribuidora envolvida, respondendo todos, solidariamente, pela multa constante da cláusula referente à proibição do trabalho em feriados e outros domingos.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - RENEGOCIAÇÃO

Na hipótese de alterações na legislação salarial em vigor ou alteração substancial de condições de trabalho e salário, as partes se reunirão para examinar seus efeitos e adotar as medidas que julgarem necessárias em relação às cláusulas de reajuste e pisos salariais, facultando-se o Dissídio Coletivo no caso de insucesso na negociação.

ARIOSVALDO ROCHA

Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE CURITIBA

ARI DOS SANTOS

Presidente

SIND DO COM VAREJ DE VEIC PECAS E ACES P VEIC NO EST PR